

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA  
EDUCAÇÃO**

**INTELECTO E HÁBITO: UMA ANÁLISE SOBRE FORMAÇÃO DA  
PESSOA EM PERSONAGENS DE GUY DE MAUPASSANT**

**ISABELLA CAROLINA DE FRANÇA MARTINS**

**MARINGÁ  
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

**INTELECTO E HÁBITO: UMA ANÁLISE SOBRE FORMAÇÃO DA  
PESSOA EM PERSONAGENS DE GUY DE MAUPASSANT**

Dissertação apresentada por ISABELLA CAROLINA DE FRANÇA MARTINS, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre (a) em Educação.

Linha de Pesquisa: História e historiografia da Educação.

Orientador(a):

Prof<sup>(a)</sup>. Dr(a).: TEREZINHA OLIVEIRA

Co-orientador:

Prof. Dr.: RAFAEL HENRIQUE SANTIN

MARINGÁ  
2023

ISABELLA CAROLINA DE FRANÇA MARTINS

**INTELECTO E HÁBITO: UMA ANÁLISE SOBRE FORMAÇÃO DA  
PESSOA EM PERSONAGENS DE GUY DE MAUPASSANT**

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Terezinha Oliveira (Orientador) – UEM

Prof. Dr. Rafael Henrique Santin (Co-orientador) - IFPR

Prof. Dr. Bruno Soares Miranda – USP

Prof. Dra. Camila Ezídio – Universidade do Porto

Prof. Dra. Lais Boveto – UEM

Prof. Dra. Meire Lóde Nunes - UNESPAR

06 de junho de 2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M386i

Martins, Isabella Carolina de França

Intelecto e hábito : uma análise sobre formação da pessoa em personagens de Guy de Maupassant / Isabella Carolina de França Martins. -- Maringá, PR, 2023.  
99 f.

Orientadora: Profa. Dra. Terezinha Oliveira.

Coorientador: Prof. Dr. Rafael Henrique Santin.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Intelecto. 2. Hábito (Filosofia). 3. Formação humana. 4. Comportamento. 5. Maupassant, Guy de, 1850-1893. I. Oliveira, Terezinha, orient. II. Santin, Rafael Henrique, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD 23.ed. 370.1

Síntique Raquel Eleutério - CRB 9/1641

Dedico este trabalho a aqueles, que assim  
como eu, amam e acreditam na Educação.

## AGRADECIMENTOS

Chegar nessa etapa da pesquisa, certamente, trata-se de um momento que proporciona um misto de sentimentos, entre eles, alegria, nostalgia, um pouco de melancolia, e com toda certeza, gratidão. Gratidão por tudo que vivi, li, refleti, escrevi e aprendi. Gratidão por não ter desistido dos meus sonhos, dos meus estudos e do meu, conseqüente, desenvolvimento. Gratidão pelas pessoas que conheci e que, de alguma forma, contribuíram para que eu me desenvolvesse intelectualmente e sentimentalmente. Eu, que nunca gostei tanto da palavra *gratidão*, hoje, dia oito de maio de dois mil e vinte três, percebo nela o sentido e a expressão da minha trajetória no Mestrado em Educação.

Sendo assim, acredito que é um dever agradecer a Universidade Estadual de Maringá e todo seu corpo docente e administrativo, em especial, o ao curso de Pedagogia e ao Programa de Pós em Educação (PPE) por, desde 2017, estar colaborando para que eu me percebesse como uma pessoa que está em constante transformação e que, ainda, conhece tão pouco sobre o mundo e todo conhecimento que nele existe.

Agradeço também a minha Orientadora Profa. Dra. Terezinha Oliveira, minha querida Terez, que com afeto, dedicação e exemplo me ensinou sobre o quanto somos responsáveis por nossas ações, escolhas, pelas pessoas e pelo mundo a nossa volta. Que com paciência e firmeza me mostrou a importância de buscar conhecimento e seguir firme e forte na missão que é ser *professor*. Terez, obrigada por me acolher, amar, orientar e dizer algo que nunca irei esquecer: “Isa, sua essência é de professor!”. Você, efetivamente, é um ser especial.

Obrigada ao professor Dr. Rafael Henrique Santin por ser meu Coorientador e por seus ensinamentos.

Agradeço ao meu esposo, Felipe Bento, por todo seu amor, apoio, dedicação e paciência. Obrigada por cuidar tão bem da nossa família, da nossa casa e de mim. Sem você, tudo teria sido mais difícil.

Agradeço a minha mãe, Eunice França, que por meio do amor, cuidado e do exemplo me ensinou a buscar pelos meus sonhos, a me dedicar ao que amo e a nunca desistir, por mais difícil que fosse a caminhada. Nesse sentido, aproveito, e agradeço também aos meus familiares, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e felizes por minhas conquistas.

Agradeço aos professores participantes da banca de qualificação e defesa por aceitarem participar desse momento tão importante da minha trajetória acadêmica e pelos ensinamentos que me oportunizaram. Agradeço também a todos os professores que já passaram pela minha vida, vocês, plantaram em mim a vontade de ensinar e educar.

Agradeço aos meus amigos de vida, de trabalho, de Graduação e Pós-Graduação. Em especial, a minhas amigas Carolaine Walter e Fernanda Souza, com quem compartilhei alegrias, inseguranças, experiências e descobertas. Vocês não imaginam o quanto me ensinam a ser uma pessoa e professora melhor.

Para finalizar, agradeço ao Grupo de Pesquisa GTSEAM, por proporcionar novos conhecimentos, debates e reflexões.

MARTINS, Isabella Carolina de França. **INTELECTO E HÁBITO: UMA ANÁLISE SOBRE FORMAÇÃO DA PESSOA EM PERSONAGENS DE GUY DE MAUPASSANT**. nº 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Terezinha Oliveira. Coorientador: Rafael Henrique Santin. Maringá, 2023.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os comportamentos e as ações políticas de personagens presentes nas obras de Guy de Maupassant, a fim de refletir sobre a formação humana com base nos conceitos de hábito para Aristóteles e intelecto para Tomás de Aquino. Nesse sentido, para compreensão do conceito de intelecto utilizamos como referencial teórico, principalmente, a questão 79 da *Suma Teológica* e o livro *A unidade do intelecto, contra os averroístas* de Tomás de Aquino. Já para refletirmos sobre o conceito de hábito, recorreremos aos livros I e II da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. De forma a representar a sociedade francesa do século XIX selecionamos as obras *Bola de Sebo* (1880), *O Colar* (1884) e *Bel-Ami* (1885) do escritor francês Guy de Maupassant (1850-1893). Por meio das obras de Maupassant foi possível evidenciar a presença do conceito de intelecto e de hábito nas ações e nos comportamentos das personagens em diferentes situações do cotidiano, de modo que observamos a influencia do medo e dos prazeres em suas escolhas, em suas decisões e ações. O encaminhamento teórico metodológico foi fundamentado na História Social, considerando as reflexões de François Guizot (1787-1874), Marc Bloch (1886-1944) e Fernand Braudel (1902-1985) que contribuíram para entendermos os acontecimentos sociais como oriundos das constantes mudanças sociais, políticas e econômicas. Ainda, compreendemos que um estudo dessa natureza deve seguir os princípios da longa duração, conceito formulado por Braudel (1992), haja vista que concebemos a possibilidade de encontrar na História ensinamentos sobre a sociedade e sobre os seres humanos do tempo presente. Por meio do nosso estudo foi possível considerar que o ser humano é dotado de potencialidade intelectual, e que esta, juntamente com hábitos virtuosos, pode se sobressair aos desejos e sentimentos, de modo que o ser humano possa aperfeiçoar seu modo de ser e agir.

**Palavras-chave:** Hábito. Intelecto. História da Educação. Comportamento. Guy de Maupassant.

MARTINS, Isabella Carolina de França. **INTELLECT AND HABIT: AN ANALYSIS ON THE FORMATION OF THE PERSON IN CHARACTERS OF GUY DE MAUPASSANT.** nº 99 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Terezinha Oliveira. Co-advisor: Rafael Henrique Santin. Maringá, 2023.

## ABSTRACT

This research aimed to analyze the behavior and political actions of the characters present in Guy de Maupassant's work, to reflect on human formation based on the Thomas Aquinas's concepts of intellect and Aristotle's ideas of habit. To understand the concept of intellect, we used as a theoretical reference, mainly, Thomas Aquinas's question 79 of the Summa Theologica and the The unity of the intellect, against the averroists. To reflect on the concept of habit, we turn to books I and II of Aristotle's Nicomachean Ethics. To represent the French society of the 19th century, we selected the works *Tallow Boll* (1880), *The collar* (1884) and *Bel-Ami* (1885) by the French writer Guy de Maupassant (1850-1893). Through the works of Maupassant, it was possible to evidence the presence of the concept of intellect and habit in the actions and behavior of the characters in different everyday situations, so that we observe the influence of fear and pleasure in their choices, in their decisions and actions. The methodological theoretical approach was based on Social History, considering the reflections of François Guizot (1787-1874), Marc Bloch (1886-1944) and Fernand Braudel (1902-1985) who contributed to understanding social events as arising from constant social changes, political and economic. Still, we understand that a study of this nature must follow the principles of long duration, a concept idealized by Braudel (1992), given that we conceive the possibility of finding teachings about society and human beings in our present time in History. Through our study, it was possible to consider that the human being is endowed with intellectual potential, and that this, together with virtuous habits, can stand out from desires and feelings, so that the human being can perfect his way of being and Act.

**Keywords:** Habit. Intellect. History of Education. Behavior. Guy de Maupassant.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	10
2. A FRANÇA DE MAUPASSANT: SÉCULO XIX .....	16
3. INTELECTO E HÁBITO: UM MODO DE SER E AGIR .....	44
4. A PRESENÇA IMPLÍCITA DO HÁBITO E DO INTELECTO NA NATUREZA HUMANA: UMA DEMONSTRAÇÃO A PARTIR DOS COMPORTAMENTOS E DAS RELAÇÕES SOCIAIS DAS PERSONAGENS DE MAUPASSANT. ....	66
4. 1 Contos Bola de Sebo e O e o livro Bel-Ami.....	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	88
REFERÊNCIAS.....	92

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi impulsionada por questionamentos da autora acerca da relação entre os pensamentos, ideias e reflexões dos seres humanos com suas ações. Sobre isso, perpassaram dúvidas sobre o quanto os seres humanos agem de acordo com o que professam ou com o que pensam, a forma como podem ter seu comportamento influenciado por seus sentimentos e quais são suas responsabilidades em relação a suas ações. Para responder a essas questões, por meio do conceito de intelecto formulado por Tomás de Aquino, procuramos compreender a influência de sua função operacional, que seria a de entender, racionalizar e pensar, na constituição do ser. Contamos também com o conceito de hábito entendido por Aristóteles, de modo a refletir sobre as ações das pessoas e como elas estão relacionadas com seus sentimentos e pensamentos. De forma a representar as ações humanas, selecionamos os contos *Bola de Sebo* (1880), *O Colar* (1884) e o livro *Bel-Ami* (1885) de Guy de Maupassant (1850-1893), escritor realista e naturalista francês do século XIX.

Como meio de contextualizar nosso leitor, escrevemos breves resumos sobre os contos e o livro de Maupassant utilizados como referência dessa pesquisa. No entanto, é válido recomendar a leitura completa, tanto para uma melhor e mais profunda compreensão da pesquisa, como para conhecimento histórico, haja vista que se tratam de narrativas que abordam a natureza humana e retratam a sociedade, especialmente, a francesa do século XIX. Portanto, iniciemos com *Bola de Sebo*, que foi publicada em 1880. A história se passou na França, na cidade de Rouen, no período final da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Um grupo de comerciantes decidiu ir para o Porto de Havre. O grupo era diverso, contendo nobres, burgueses e pessoas comuns. Dentre os comuns, estava Bola de Sebo, uma prostituta que recebeu esse nome devido às suas características físicas. Ao chegarem na comuna francesa de Tôtes, decidiram descansar. Porém, ao saírem, foram barrados por um oficial prussiano que impôs como condição para a liberdade que Bola de Sebo aceitasse deitar-se com ele. Com essa proposição, um misto de sentimentos atormentou o grupo. Alguns acreditavam que Bola de Sebo devia atender ao pedido do oficial, em detrimento daqueles que discordavam, gerando conflitos e manipulações.

O conto *O Colar* foi publicado em 1884 por Maupassant. Nesse conto, conhecemos a história de Mathilde Loisel, uma parisiense que sonhava com uma vida de riqueza e de elegância. Esposa de um simples empregado do Ministério da Instrução Pública, o Sr. Loisel, vivia uma vida simples e sem luxos. Um dia, seu esposo e ela receberam um convite para o baile do Ministério. Após conseguir um belo vestido, Mathilde pediu emprestado um colar de diamantes à sua amiga, a Sra. Forestier. Durante o baile, ela foi muito admirada e elogiada, mas, ao voltar para casa, percebeu que havia perdido o colar de sua amiga. Como sentiu-se envergonhada por não ter encontrado o colar, não revelou à amiga o ocorrido, mas decidiu comprar um novo idêntico no valor de 36000 francos e substituí-lo. Para pagar as dívidas adquiridas com a compra do novo colar, ela e seu marido conheceram a vida dos necessitados. Ele começou a trabalhar à noite, Mathilde, por sua vez, foi obrigada a realizar serviços pesados de casa, uma vez que já não podiam mais pagar por empregados domésticos. Depois de dez anos, Mathilde encontrou a Sra. Forestier e decidiu contar-lhe a verdade. Ao contar a história, a amiga respondeu: “Oh! minha pobre Mathilde! Mas o meu era falso! Valia, quanto muito quinhentos francos!” (MAUPASSANT, 1987, p. 8).

O livro *Bel-Ami* foi publicado em 1885 e narrou a história de ascensão social e econômica de um jovem chamado Georges Duroy, cujo apelido, em especial entre as mulheres, era *Bel-Ami*<sup>1</sup>. Filho de camponeses e suboficial devolvido à vida civil, Duroy era mais um rapaz pobre tentando a vida em Paris no final do século XIX. Depois de reencontrar um colega de regimento, sua sorte começou a mudar. Charles Forestier, chefe da seção política no jornal *La Vie Française*, foi o responsável por introduzi-lo no meio jornalístico. Devido sua beleza incontestável, bem representada em seu bigode característico e sedutor, Duroy se deu conta, assim que começa a frequentar o círculo de amigos de Forestier, do quanto seu charme poderia acelerar seus planos de ascensão social.

Acreditamos que a partir das obras selecionadas pudemos observar, por meio das personagens, seus comportamentos e suas ações de modo a refletir sobre como se relacionam com seus pensamentos, ideais, seus prazeres e suas

---

<sup>1</sup> *Bel-Ami* se refere a belo amigo.

dores. Entendemos que as personagens são um retrato das pessoas que constituíram a sociedade francesa do século XIX e, por se tratarem de uma representação, demonstram pensamentos, vontades e comportamentos intrinsecamente humanos que podem ser percebidos em pessoas de outros tempos. Evidentemente, cada tempo histórico requer um estudo específico, pois da mesma maneira que o ser humano influenciou na constituição da sociedade francesa do século XIX, esta, por sua vez, interferiu na formação das pessoas que faziam parte dela. Nessa perspectiva, Guizot (1839) evidenciou que os aspectos interiores do ser humano e os aspectos exteriores a ele são duas histórias intimamente conectadas, que se propagam mutuamente.

Nossa compreensão histórica tem sua fundamentação na História Social, abordada por Guizot (1787-1874), Marc Bloch (1886-1944), Fernand Braudel (1902-1985) e Jacques Le Goff (1924-2014). Conforme Braudel (1992), o tempo e as durações podem ser explicados por duas metáforas. A primeira se refere às ondas e as correntes profundas. Os eventos seriam as espumas que se formam na crista das ondas e a história do todo seria as correntes profundas (BOVETO, 2018). A segunda metáfora comparou a história com os vagalumes em uma noite escura. Os insetos seriam os eventos, que brilham e chamam a atenção, caberia aos historiadores estudar a escuridão. Nela, encontraríamos a economia, a vida coletiva, a organização social, as civilizações e suas mentalidades (BARROS, 2012).

Assim a palavra evento. De minha parte, quisera acantoná-la, aprisioná-la na curta duração: o evento é explosivo, "novidade sonante", como se dizia no século XVI. Com sua fumaça excessiva, enche a consciência dos contemporâneos, mas não dura, vê-se apenas sua chama. [...] Para mim, a história é a soma de todas as histórias possíveis, — uma coleção de mistérios e pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã (BRAUDEL, 1992, p. 45).

Nessa perspectiva, concordamos com Tocqueville (1997), ao afirmar em *O Antigo Regime e a Revolução*, que os eventos ou acontecimentos de uma certa sociedade não podem ser compreendidos no momento que ocorreram. Como destacou Guizot (1839), é preciso examinar os elementos que compõem a vida das pessoas que pertencem a uma dada sociedade, como suas instituições, seu comércio, sua indústria, suas guerras e as circunstâncias de seu

governo. Desse modo, nos utilizamos da História Social para enfatizar a importância de se entender o contexto social, econômico e político do período estudado, para que possamos dispor de uma compressão aprofundada da sociedade que nos propomos estudar ou dos acontecimentos que nela ficaram marcados. Ainda, percebemos que o trabalho do historiador deve conceber múltiplos períodos, considerando o acontecimento em seu todo. Portanto, a vida dos seres humanos seria um conjunto das substâncias do passado e de sua vida social atual, como disse Braudel (1992, p.43) “[...] uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem”.

Face a nossa concepção histórica para constituição da pesquisa, é relevante destacar que desde o início da Graduação em Pedagogia realizamos<sup>2</sup> pesquisas sobre a sociedade francesa do século XIX, utilizando como referencial bibliográfico as obras de Guy de Maupassant. A primeira foi uma pesquisa de iniciação científica (PIC), em que realizamos um estudo sobre a figura feminina e sua formação social com base nos contos *Bola de Sebo* (1880), *Mademoiselle Ffi* (1882), *Miss Harriet* (1884) e *O Colar* (1884). Em seguida, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também refletimos sobre a figura feminina no século XIX<sup>3</sup>, porém, nesse momento, agregamos como referência bibliográfica os romances *Memórias de duas jovens esposas* (1841), *A mulher de trinta anos* (1829 - 1842) e *Os pequenos burgueses* (1855) de Honoré de Balzac (1799-1850). No TCC, para a contextualização do período histórico ali estudado, nos debruçamos sobre as condições políticas, sociais e econômicas da Europa.

Na presente pesquisa, nosso enfoque foi analisar os comportamentos e ações de ambas as personagens, tanto do sexo feminino, como masculino, procurando refletir sobre os conceitos de intelecto para Tomás de Aquino e hábito para Aristóteles. Para nossa contextualização, buscamos entender a França do século XIX, sua conjuntura política, econômica e social, e como esses aspectos influenciaram no modo de vida dos franceses deste século e certamente, do posterior.

---

<sup>2</sup> Com isso, quero dizer, eu, Isabella e minha Professora e Orientadora Terezinha Oliveira.

<sup>3</sup> MARTINS, Isabella Carolina de França. A mulher do século XIX sob os olhares de Guy de Maupassant e Balzac. Orientadora: Terezinha de Oliveira. 2021. 26 f. TCC (Graduação) – Curso de Pedagogia, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

Nossa pesquisa adentra ao campo da Educação, uma vez que acreditamos que ela seja responsável pela formação humana, introduzindo e reproduzindo valores éticos e morais de uma dada sociedade e estimulando o exercício da razão, reflexão e argumentação. Na própria *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9.394/96* foi instituído que a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim, a educação abrange os aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais da formação do ser humano. Além disso, para conviver em sociedade, exercer seu papel de cidadão e estar qualificado para o trabalho é necessário conhecer e reproduzir os valores morais e éticos estabelecidos, bem como utilizar-se de sua racionalidade com plenitude.

Nesse sentido, de modo a estruturar nossa pesquisa, estabelecemos como objetivo geral: analisar os comportamentos e as ações políticas das personagens presentes nas obras de Guy de Maupassant, a fim de refletir sobre a formação da pessoa com base nos conceitos de intelecto para Tomás de Aquino e de hábito para Aristóteles. Para contemplá-lo, instituímos como objetivos específicos: compreender como o contexto social e político do século XIX na França influenciou na formação da pessoa e na composição das obras de Guy de Maupassant; entender os conceitos de intelecto para Tomás de Aquino e hábito de Aristóteles, com o propósito de compreender a natureza social da pessoa; demonstrar a presença implícita dos conceitos filosóficos de intelecto para Tomás de Aquino e de hábito para Aristóteles por meio dos comportamentos e das relações das personagens presentes em obras de literatura de Guy Maupassant. Os objetivos específicos citados contribuíram para a efetivação de nossa análise e se tornaram nosso fio condutor para a construção de nossas seções, de modo que, na mesma ordem que foram apresentados, serão abordados a seguir. Inicialmente, nos ocupamos da contextualização da França do século XIX a partir da Revolução Francesa, nesse momento, também apresentamos Guy de Maupassant. A escolha de apresentar o autor no mesmo momento que a contextualização se deu pelo fato de entendermos que tanto a constituição do ser de Maupassant e a concepção de suas obras, foram amplamente influenciadas pelo contexto que ele pertenceu, por isso, pretendemos realizá-la de modo que o leitor possa compreender a história do século XIX na França e em meio a isso, a vida de Guy Maupassant.

Em nossa terceira seção, por seu turno, procuramos explicitar os conceitos de intelecto para Tomás de Aquino, abordando os treze artigos da questão 79 da *Suma Teológica* e o livro *A unidade do intelecto, contra os averroístas*, com o auxílio de comentadores. Ambas as obras explicitaram sobre o intelecto, solucionando as dúvidas acerca desse conceito, refletindo sobre seus problemas e o modo como ele influenciou na constituição da pessoa. Também versamos sobre o conceito de hábito para Aristóteles presente na *Ética a Nicômaco*, de modo a entender como podemos estabelecer uma relação entre o intelecto e o hábito, e como isso se apresenta nas ações e nos comportamentos dos seres humanos. Na quarta seção realizamos uma análise literária dos contos escolhidos com base nos preceitos de Bosi (1986) e Massaund (2007) para entender as personagens, o lugar, suas motivações e ações, para que assim, possamos perceber nelas os conceitos de intelecto e hábito. Para finalizar esta pesquisa, apresentamos nossas considerações finais e referências.

## 2. A FRANÇA DE MAUPASSANT: SÉCULO XIX

*E para ele terminara, findara para sempre. Uma vida! Alguns dias e nada mais! Nasce-se, cresce-se, é-se feliz, espera-se, depois se morre. Adeus! Homem ou mulher, jamais voltarão para a terra! Ainda assim, cada qual traz em si o desejo febril e irrealizável de alcançar a eternidade, cada qual é uma espécie de universo dentro do universo, e cada qual logo se aniquila totalmente no estrume dos novos germes. As plantas, os animais, os homens, as estrelas, os mundos, tudo se anima e depois morre para se transformar (MAUPASSANT, *Bel-Ami*, 2012, p. 147).*

Assim como em outras dissertações, teses e pesquisas científicas<sup>4</sup>, inicie esta seção contextualizando o século de vida de Guy de Maupassant (1850-1893) aos leitores. Isso porque, ao tomarmos como referência seus romances, entendemos que Maupassant viveu em um século e em um lugar e que esses, por sua vez, influenciaram em sua condição como escritor. O esforço na compreensão de uma obra deve admitir que ela apresente reflexos da história política, econômica, social e literária da qual seu autor fez parte. Bastos (2011, p.14) afirmou que:

A obra se afasta do mundo e, se não o fizer, não conseguirá se constituir como obra de arte. Contudo, a dialética consiste em que, embora se afaste do mundo, a obra o traz em si. Literatura e mundo (ou sociedade, para sermos mais concretos) são polos opostos de uma relação dialética.

Entendemos que por meio da compreensão do século estudado, no caso desta pesquisa, o século XIX, vislumbraremos o contexto em que essas pessoas, que buscamos compreender, foram formadas. Uma vez que os seres humanos e seus comportamentos são influenciados pelo meio social que viveram, e paralelamente, esse mesmo meio é concebido e constituído por esses seres humanos. Ora, é como Marc Bloch (2001, p. 55) assinalou: “[...] ciência dos

---

<sup>4</sup> (BRANCO, 2017); (LIMA, 2019); (BERNADINO, 2020).

homens, no tempo [...]”, por isso, vemos que o empenho em interpretar as ações desses indivíduos, como temos a intenção de realizar a partir das obras de Guy de Maupassant, perpassa pela imersão e apreensão de seu tempo.

É preciso esclarecer, ainda, que não temos a intenção de discorrer cronologicamente sobre cada fato ocorrido no século XIX, na França, mas realizar uma análise que nos permita apreender a situação social, econômica e política da época. Tomemos como ponto de partida a Revolução Francesa (1789), movimento de grande influência no desenvolvimento do século XIX. Em *O Antigo Regime e a Revolução*, obra na qual Alexis de Tocqueville (1997) realizou um exame minucioso sobre esse momento, vimos indícios do que seria concretizado apenas no final da primeira metade do século XIX<sup>5</sup>.

Para Tocqueville (1997, p. 67) a Revolução Francesa foi uma revolução social e política e não somente um meio de desconstruir o “[...] império de crenças religiosas [...]”<sup>6</sup>. Nas instituições sociais ou políticas, a Revolução não se inclinou nem a “[...] perpetuar a desordem e torná-la de certa maneira estável, nem a metodizar a anarquia, como dizia um dos seus principais adversários, mas antes a aumentar o poder e os direitos da autoridade pública” (TOCQUEVILLE, 1997, p. 67). Para o autor, ela não transformou o caráter da civilização francesa e muito menos a essência das leis sobre as quais a sociedade repousava. Seu efeito teria sido a destruição de tudo aquilo que representava e derivava das instituições aristocráticas e feudais. Contudo, a organização da sociedade continuou fundamentada nas classes sociais, revestindo-se de novas roupagens e interesses verticalizados à classe que se tornara dominante, a burguesia.

Por mais radical que tenha sido a Revolução, inovou muito menos de que se supõe geralmente: mostrarei isto mais tarde. A verdade é que destruiu inteiramente ou está destruindo (pois ela ainda continua) tudo que, na antiga sociedade, derivava das instituições aristocráticas e feudais, tudo que a elas se ligava de

---

<sup>5</sup> Como por exemplo, a concretização da burguesia como classe social e o abandono concreto do Antigo Regime.

<sup>6</sup> Durante o Antigo Regime a sociedade francesa era estruturada pelos seguintes estados: clero, nobreza e burguesia. Tocqueville se refere ao império de crenças religiosas, pois o rei, absolutista, governava segundo a *Teoria do Direito Divino*. Lopes (1992) afirma que, essencialmente, é correto explicar que o direito divino se refere ao estabelecimento do direito de governar ser uma delegação de Deus ao rei. Entretanto, caso o leitor deseje se aprofundar sobre a temática, em seu artigo *O direito divino dos reis: para uma história da linguagem política no Antigo Regime*, Lopes acrescentou novas ideias a essa proposição.

uma ou outra maneira, tudo que delas trazia uma marca por menor que fosse. Do antigo mundo só conservou o que sempre foi alheio a estas instituições ou podia existir sem elas. A Revolução não foi de maneira alguma um acontecimento fortuito. Realmente pegou o mundo de improviso embora nada mais fosse que o complemento do trabalho mais longo e do término repentino e violento de uma obra à qual dez gerações tinham trabalhado (TOCQUEVILLE, 1997, p. 67).

A aversão ao Antigo Regime e suas instituições contribuiu para o enfraquecimento da nobreza e, conseqüentemente, para ascensão e fortalecimento da burguesia. A primeira parte do século XIX foi o momento de protagonismo dessa classe social e do desenvolvimento econômico mercantil que culminaria na consolidação do capitalismo. Apesar de entendermos essa afirmação como apropriada, é preciso pensar que a ascensão da burguesia, principalmente na França, não se constituiu de modo linear e crescente. Entre 1815 e 1830, após o fim do Império Napoleônico, a França viveu o momento da Restauração Francesa ou também denominado de Restauração Bourbon (OLIVEIRA, 1997). Os governos de Luís XVIII e Carlos X almejavam o reestabelecimento dos princípios do Antigo Regime, embora não tenham conseguido dissolver as conquistas liberais dos revolucionários e recuperar a monarquia absolutista (LIMA, 2019). Como veremos adiante, em 1830, a Restauração foi substituída pela Monarquia de Julho com Luís Filipe.

Jules Michelet (1988), em seu livro produzido no ano de 1846, chamado *O Povo*, descreveu sua visão da sociedade francesa e como o povo pobre estava inserido nela. Segundo o autor, desde a Revolução nenhum governo teria se preocupado com a agricultura, de modo que o surgimento da indústria ocasionou seu enfraquecimento. Paris, centro da França, se dirigia rumo a tornar-se uma cidade de fábricas e manufaturas (TOCQUEVILLE, 1997). Na literatura do século XIX percebemos os reflexos e as representações do processo de industrialização, que eram foco ou tema de segundo plano das narrativas, como podemos perceber no romance *Os miseráveis* de Victor Hugo (2017):

Após ter deixado sua filha com o casal Thénardier, Fantine seguiu viagem até Montreuil-sur-Mer. Partira de sua terra natal há dez anos. Ao voltar, encontrou-a em franco progresso. A principal atividade industrial da cidade era fabricar o azeviche inglês e uma imitação dos vidrilhos pretos da Alemanha (VICTOR HUGO, 2017, p. 25).

O foco dos investimentos estava na indústria, o peso das contribuições destinadas a ela recaía sobre os ombros do povo em um momento que o trabalho da fiandeira era substituído pelo tear mecânico. O camponês estava perdendo suas frentes de trabalho e, conseqüentemente, suas terras, nessa perspectiva, o campo já não possuía mais o mesmo frescor (MICHELET, 1988). Para o camponês, a cidade se tornava viva e brilhante, o campo, por seu turno, triste e pobre. Entendemos com esse cenário que, nesse momento, a França estava passando por uma reconfiguração econômica e social que afetaria o modo de vida das pessoas, seus valores éticos e morais e a percepção do que era valorizado ou não pela sociedade.

O conflito entre a cidade e o campo também foi amplamente abordado na literatura desse século, sobretudo, nas narrativas que tratavam sobre a ascensão social do homem. Segundo Hervot (1993), especificamente na literatura francesa, o binômio campo-cidade é correspondente ao binômio província-Paris, como encontramos na obra *Bel-Ami* de Maupassant com a personagem Georges Duroy, ou em *Pai Goriot* de Honoré de Balzac (1799-1850) com a personagem Rastignac. Em ambas as obras, as personagens passaram seus primeiros anos em cidades provincianas sonhando com o momento que poderiam se mudar para Paris, onde ascenderiam socialmente e constituiriam sua fortuna:

— O que fazes em Paris? — perguntou Forestier. Duroy levantou os ombros: — Morro de fome, pura e simplesmente. Quando meu tempo de serviço terminou, quis vir para cá para... para fazer fortuna ou apenas viver em Paris (MAUPASSANT, 2012, p. 13)

Para Hervot (1993), Paris era um mito da modernidade e um paraíso para aqueles que desejavam se promover, de modo que na época, uma das primeiras etapas para a elevação social de um jovem ambicioso era a saída da província. Além da representação na literatura, o economista suíço Sismonde de Sismondi (2009, p. 28), em sua obra *Novos Princípios de Economia Política*, retratou que:

Não há mais camponeses nos campos: eles foram obrigados a dar lugar aos jornaleiros; já quase não há artesãos nas cidades,

ou mestres independentes de uma pequena indústria, mas somente trabalhadores manuais.

A vontade de mudança do camponês para cidade era cada vez mais latente: “O do camponês não é um simples passeio; ele admira tudo na cidade, deseja tudo, aí permaneceria se pudesse” (MICHELET, 1988, p. 45). Apesar da cidade ser atraente, Michelet defendeu a ideia de que ela não deveria ser acusada pelo desejo dos camponeses de estabelecerem morada, com seus impostos e custo de vida altos, a cidade realizava o possível para afastá-los: “Mas nada o afasta; nenhuma condição é suficientemente dura. Ele entrará como criado, operário, simples ajudantes das máquinas e ele próprio máquina” (1988, p. 45).

O historiador francês salientou outras barreiras que expulsavam o camponês da vida nas cidades, tais como: pedágio de entrada; ingresso em uma profissão; lentidão de aprendizagem; segregamento de confrarias e corporações. Entretanto, com o surgimento da máquina, não havia a necessidade de raciocínio, força ou habilidades específicas. Essa justificativa foi retomada também por Marx (2013) quanto ao uso de força feminina e infantil nas indústrias. Diante disso, o camponês almejava o trabalho como operário:

O operário, por pouco que ganhe, é objeto de inveja para o camponês. Ele, que chama burguês ao fabricante, é um burguês para o homem do campo. Este o vê passear aos domingos trajados como um senhor. Preso à terra, acredita que um homem capaz de levar consigo sua profissão, de trabalhar sem se preocupar com as estações, geadas ou granizo é livre como um pássaro. Não sabe e não quer se informar sobre as servidões do empregado de indústria (MICHELET, 1988, p. 44).

Ainda que os camponeses estimassem o trabalho como operário, ao se depararem com o dia a dia na cidade e na indústria percebiam que elas não eram como imaginavam. A exemplo, o salário de um operário, o camponês não concebia como uma pessoa poderia ser miserável com um ganho de três a cinco francos, já que ele vivia apenas com dois. No entanto, ao contrário do que imaginavam, a vida no campo, diferentemente da cidade, não apresentava “tentações”, sendo possível acumular economias: “Mas como é difícil, quanta força de vontade, quanto autodomínio é necessário para segurar o dinheiro e

fechar o bolso quando tudo pede que ele se abra” (MICHELET, 1988, p. 47). Diante das dificuldades, os camponeses, por vezes, desejam voltar ao campo.

Que ele pense bem. Ao campo, uma vez abandonado, não se volta mais. Os que vêm para trabalhar como criados e partilham a maior parte dos gozos dos patrões não querem de modo algum voltar a vida de abstinência. Os que se tornam operários das manufaturas gostariam de regressar aos campos, se pudessem; em pouco tempo estão enervados, incapazes de suportar os trabalhos pesados, as bruscas variações de tempo: o ar livre os mata (MICHELET, 1988, p. 45)

Com o crescimento da força operária, os salários tornavam-se miseráveis, conforme Michelet (1988), a população sujeita as máquinas compreendia cerca de quatrocentos mil pessoas. O aumento de mão de obra era um dos responsáveis pelo aumento da fabricação de mercadoria, conseqüentemente, com sua ampliação, os preços diminuían e o produto se encontrava ao alcance dos pobres. Todavia, a aquisição não era o único efeito decorrente do aumento da fabricação, sendo destacado pelo autor as crises que acometeram Paris (1818; 1825; 1830; 1836). Para Michelet, essas crises possuíam a mesma causa, a saber, a superprodução.

[...] esquece-se tudo; o industrial acredita, estimula, pressiona, força homens e coisas, operários e máquinas; o Bonaparte industrial de 1820 reaparece por um momento; depois é o estoque parado, a asfixia, a venda com prejuízo (MICHELET, 1988, p. 72).

Também sobre a superprodução, Sismondi (2009) anunciou que esse desenvolvimento poderia acarretar desemprego e miséria. O sistema não padeceria por ter obtido maior capacidade de produção, mas por utilizar este poder para produzir aquilo que não apresentava procura. Do mesmo modo que o consumo necessita da renda, a produção depende da demanda.

O aumento da produção de mercadoria que atenderia às necessidades e aos desejos dos consumidores representava um bem para sociedade. Porém, a produção, ao ultrapassar o consumo e a renda do consumidor, estaria sob pena de destruir o capital (SISMONDI, 2009). Economistas de gerações anteriores, como David Ricardo (1996), afirmavam que o consumo se constituía em uma potência ilimitada, de forma que toda produção encontraria um consumidor. Esse

pensamento levou os produtores a causarem um abarrotamento dos mercados que constituiu, como assinalou Sismondi (2009, p. 30) “[...] a desgraça do mundo civilizado [...]”.

Nessa perspectiva, considerando o século XIX, em um período posterior, Hobsbawm (2015) afirmou que por volta de 1830 já se reconhecia as crises como fenômenos regulares no comércio e nas finanças. Apesar disso, a sociedade francesa acreditava no potencial da indústria e pensava ser mais apta a fabricar do que a vender (MICHELET, 1988). Os industriais, comumente, consideravam que as crises eram causadas por enganos particulares. Hobsbawm (2015) citou o exemplo da especulação nas bolsas americanas e a interferência externa nas atividades da economia capitalista. As crises não eram entendidas pelos industriais como uma dificuldade do sistema em si. Nessas circunstâncias, as vendas das mercadorias eram realizadas a preços irrisórios e o industrial recaía sobre seu operário, aproveitando-se da queda de seu salário. Devido as frequentes trocas de mão de obra, o industrial considerava o operário como um número que, com o progresso da indústria, logo seria dispensável: “[...] são o defeito do sistema; nesse mundo de ferro em que os movimentos são tão precisos, o único senão é o homem” (MICHELET, 1988, p. 74).

O operário teria se tornado um acessório da máquina, sendo exigido dele apenas movimentos monótonos e repetitivos, fáceis de compreender (MARX, 2016). Michelet (1988) relatou que as classes inferiores francesas se encontravam em um estado de depressão e de degeneração física e moral. A carga que antes era carregada pelos escravos na antiguidade, no século XIX, estava sendo dividida entre o povo que participava das misérias e baixezas da existência (MICHELET, 1988).

De 1789 a 1830, isto é, durante 41 anos, uma luta entre o Antigo Regime e a Nova França foi travada. Esta última, governada pela burguesia industrial, questionava as tradições, a história, as lembranças do Antigo Regime e seus homens, representados pela aristocracia (TOCQUEVILLE, 2018). Em 1830 a burguesia industrial teve seu triunfo, de modo que ela passou a ser a principal dirigente da sociedade, se estabelecendo nos cargos políticos e econômicos.

A onda revolucionária de 1830 foi, portanto, um acontecimento muito mais sério do que a de 1820. De fato, ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa

Ocidental. A classe governante dos próximos 50 anos seria a "grande burguesia" de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis, aceita por uma aristocracia que se apagou ou que concordou em promover políticas primordialmente burguesas, ainda não ameaçada pelo sufrágio universal, embora molestada por agitações externas causadas por negociantes insatisfeitos ou de menor importância, pela pequena burguesia e pelos primeiros movimentos trabalhistas (HOBSBAWM, 2015, p. 81).

Isso foi possível pelo fato de que Luís Filipe, rei da França entre 1830 e 1848, foi favorável aos interesses da burguesia industrial. Tendo sido, por isso, comumente intitulado de o Rei burguês<sup>7</sup>. Tocqueville (2018, p. 26) em *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*, descreveu o então rei como alguém que praticava a ordem Sendo, por isso, considerado como 'amigo da lei', moderado em suas ações, porém não em seus desejos. Possuía preferência pela indústria ao invés do interesse pelas letras e belas artes, o que fazia, conforme Tocqueville, que ele se assemelhasse mais a um comerciante do que a um príncipe.

Esses vícios derivavam dos instintos naturais da classe dominante, de seu poder absoluto, do desalento e da própria corrupção da época. O rei Luís Filipe muito contribuiu para reforçar tais vícios; ele foi o acidente que tornou a enfermidade mortal. Embora esse príncipe descendesse da raça mais nobre da Europa e ocultasse no fundo de sua alma todo o orgulho advindo dessa herança, não se considerando indubitavelmente semelhante a qualquer outro homem, possuía a maior parte das qualidades e dos defeitos que pertenciam mais particularmente às camadas subalternas da sociedade (TOCQUEVILLE, 2018, p. 26).

A antiga aristocracia teria sido vencida e o povo estaria esquecido. Os assuntos econômicos e políticos estavam sendo tratados entre os membros da burguesia industrial que, em maior parte, seguiam suas próprias opiniões e os interesses de sua classe. Essa situação política refletia nas relações sociais e no modo de vida francês. A partir das obras *Bola de Sebo*, *O Colar* e *Bel-Ami* de Maupassant, observamos que a burguesia acreditava ser superior a outras classes, isso devido a sua intensa ascensão e o seu empoderamento com as medidas de Luís Filipe. As classes inferiores, por sua vez, desejavam pertencer

---

<sup>7</sup> No tempo presente, em vídeo aulas ou em pesquisas da web encontramos o termo "Rei Burguês" para designar o rei Luís Filipe devido seu interesse pela indústria e pela burguesia.

a classe burguesa, tendo em vista que era o acúmulo de riquezas que determinavam sua ascensão.

Em termos políticos, a monarquia de Luís Filipe foi caracterizada pelo domínio de uma única classe. No entanto, como Tocqueville (2018) destacou, dois são os fatores que justificariam a ruína de um governante. O primeiro, governar para uma única camada social, e em segundo seus vícios, como o egoísmo e a indiferença, tornando-o indigno de mantê-lo no cargo. No caso de Luís Filipe, é ainda necessário ressaltar os casos de corrupção que colaboraram com que a opinião pública desprezasse cada vez mais o grupo social governante (MARTINS RAUTA, 2020).

Antes de nos aprofundarmos na revolução de 1848 e como ela sucedeu, com base no livro *A era das revoluções* de Hobsbawm (2015), observamos três transformações fundamentais que ocorreram, entre 1789 e 1850, na França e no mundo. A primeira, anunciada pelo autor, foi o aumento da população no Estados Unidos, Inglaterra e alguns países da Europa. Devido à falta de um censo demográfico rigoroso antes do século XIX, não era possível examinar com precisão e rapidez o crescimento da população, mas por outro lado, é certo afirmar que se tratou de um aumento sem precedentes até então. A exemplo, Hobsbawm (2015) citou os Estados Unidos (EUA) que de 1790 a 1850 obtiveram um crescimento de quase seis vezes, isto é, sua população de quatro milhões passou para vinte e três milhões. A população do Reino Unido, por sua vez, teria duplicado entre 1800 e 1850, assim como as populações da Prússia, Rússia, Noruega, Dinamarca, Suécia, Holanda e Itália. Já as de Portugal e Espanha expandiram em um terço.

A segunda transformação foi em relação as comunicações. As ferrovias da França, Grã-Bretanha, EUA e Bélgica já possuíam considerável importância prática em 1848. Países como Estados Unidos e Bélgica aumentavam suas redes de estradas, enquanto a França, entre 1800 e 1847, construiu aproximadamente 2 mil milhas de sistemas de canais de navegação (HOBBSAWM, 2015). Com isso, o total da tonelagem mercante do mundo ocidental duplicou entre 1800 e 1840. Naturalmente, a terceira transformação se tratou do crescimento do volume do comércio e da emigração.

Entre 1816 e 1850, perto de cinco milhões de europeus deixaram seus países nativos (quase quatro-terços deles para as Américas), e dentro dos países as correntes de migração interna eram bem maiores. Entre 1780 e 1840, o comércio internacional em todo o mundo ocidental mais do que triplicou; entre 1780 e 1850, ele se multiplicou em mais de quatro vezes. Por padrões posteriores, tudo isto foi sem dúvida muito modesto, \* mas, por padrões anteriores, e afinal de contas estes eram os padrões utilizados pelos contemporâneos para estabelecer comparações com sua época, eles estavam além dos sonhos mais loucos (HOBSBAWM, 2015, p. 122).

Falemos agora em particular sobre o desenvolvimento da França. Hobsbawm (2015) declarou que o talento e a capacidade inventiva do empresário francês não encontraram paralelo na Europa e no mundo. Os franceses foram os primeiros a desenvolver as lojas de departamentos, a propaganda, a fotografia por Nicephore Niépce e Daguerre e o descolorante a base de cloro com Berthollet. A França detinha reservas de capital que, conforme o autor supracitado, era exportado com o auxílio de sua capacidade técnica para todo o continente europeu. Paris era concebida como um centro internacional de finanças que se comparava a Londres, e que em tempos de crise, chegava a superá-la (HOBSBAWM, 2015).

Em 1840, o empreendimento francês fundou as companhias de gás em Veneza, Florença, Verona e Pádua e, por seguinte, obteve a permissão para fundá-las na Espanha, no Cairo, em Alexandria e na Argélia. Também estava como responsável de financiar as ferrovias do continente europeu, com exceção da Alemanha e da Escandinávia (HOBSBAWM, 2015). Entretanto, diferentemente dos outros países, a população francesa cresceu lentamente sem dar grandes saltos. O poderio industrial francês na década de 1840 era o maior entre os países europeus, sendo que ela “[...] possuía tanta energia a vapor quanto todo o resto do continente junto” (HOBSBAWM, 2015, p. 126).

Efetivamente, a partir de 1789 o ritmo das mudanças econômicas e políticas foi crescente, e a partir de 1830 acelerou-se rapidamente. Por volta de 1840, problemas sociais decorrentes do industrialismo, da nova classe (o proletariado, constituído pelos operários) e a intensa urbanização se transformaram em pautas recorrentes nas discussões da Europa Ocidental e de seus políticos e administradores (HOBSBAWM, 2015). Em 1846, mais uma vez, a crise econômica atingiu a França e movimentou a forma de organização do

país, contribuindo para as Revoluções de 1848 ou a *Primavera dos Povos*. Braudel (2018), no prefácio de *Lembranças de 1848...* de Tocqueville (2018), expôs sobre como o cenário de crise desestruturou diferentes frentes de economia e, por conseguinte, a ordem social:

A colheita de cereais de 1846 foi ruim; os preços alimentares subiram de 100% a 150%; a crise atingiu prontamente a indústria têxtil, as minas, a siderurgia. Os salários dos trabalhadores caíram 30% e o desemprego aumentou. “A onda de preços altos passou pelo país como uma inundação e, como uma inundação que se retira, deixou atrás de si toda uma população sinistrada, com as economias aniquiladas. Muito frequentemente, como testemunham os Monts-de-Piété, o próprio mobiliário foi empenhado.” A crise abalou fortemente o crédito, o programa de construção de ferrovias foi suspenso. “Adiou-se assim o gasto de quase 1 bilhão de francos em obras públicas, vale dizer que se renunciou a aproximadamente 500 milhões em jornadas de trabalho, à taxa de dois francos por jornada.” Esta crise múltipla, ao mesmo tempo antiga e nova — antiga na medida em que nasce, como sempre no passado, no setor da economia agrícola, e nova na medida em que atinge a indústria, os têxteis, a siderurgia e o crédito —, esta crise foi, com toda certeza, o fator precedente à Revolução (BRAUDEL, 2018, p. 15).

Braudel (2018) considerou que a crise havia surgido na economia agrícola e se propagado às indústrias têxteis, a siderúrgica e ao crédito, de forma que uma situação ocasionou o surgimento da outra. Em consonância, Marx (2012) salientou dois acontecimentos econômicos agrícolas mundiais que aceleraram o descontentamento dos indivíduos com a economia e com as condições de vida, sendo a doença da batata inglesa e a quebra de safra de 1845 e 1846. A insatisfação com o atual governo monárquico, a ausência de representação política da classe média, juntamente com a crise econômica e a degradante situação de trabalho, motivou a classe trabalhadora a buscar uma nova forma de sistematização da sociedade. Nesse sentido, dois aspectos foram essenciais para que essa movimentação acontecesse, sendo eles: a Revolução Francesa e as Teorias Socialistas<sup>8</sup>.

Conforme Hobsbawm (2015), a Revolução Francesa teria ensinado as pessoas que não era necessário sofrer injustiças e aceitá-las de forma pacífica.

---

<sup>8</sup> Iniciada por Marx e Engels e em seguida estruturada formalmente no livro intitulado de *Manifesto do Partido Comunista (1848)*, publicado originalmente por Marx e Engels em fevereiro de 1848 as vésperas da Revolução.

O autor salientou que, nos séculos anteriores, as pessoas acreditavam que os reis eram escolhidos pela vontade divina, o que fazia com que elas acreditassem que suas ações e decisões fossem ideais. Porém, com a Revolução de 1789, o povo teria se tornado difícil de governar, por não mais conceber o rei como um ser divino e perfeito. Somado a isso, a classe trabalhadora almejava a efetivação dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade<sup>9</sup>, de modo que ela fosse integrada nas decisões políticas e econômicas. Com efeito, se tratou de ações e pensamentos que acarretaram uma mudança na forma de entender e estar no mundo o que influenciou, por sua vez, nos interesses e nos comportamentos das pessoas.

Para Tocqueville (2018), as Teorias Socialistas, ou o que ele também chamou de “[...] a filosofia da Revolução de Fevereiro [...]” (p. 64) foi essencial para suscitar a rivalidade entre as classes. Em seu discurso proferido em janeiro de 1848, ele alertou sobre o início de uma revolução proletária.

Senhores, permiti-me dizer-vos que creio que vos enganais. Sem dúvida, a desordem não está nos fatos, mas entrou bem profundamente nos espíritos. Olhai o que se passa no seio dessas classes operárias, que hoje, reconheço, estão tranquilas. É verdade que não são atormentadas pelas paixões políticas propriamente ditas, no mesmo grau em que foram por elas atormentadas outrora; mas não vedes que suas paixões, de políticas, tornam-se sociais? Não vedes que pouco a pouco propagam-se em seu seio opiniões, ideias que de modo nenhum irão somente derrubar tal lei, tal ministério, mesmo tal governo, mas a sociedade, abalando as bases nas quais ela hoje repousa?

Para Tocqueville (1987), a classe operária estava propagando a ideia de que as propriedades e as riquezas eram divididas de forma desigualitária. Com isso, imbuídos pelas premissas da Revolução Francesa, das Teorias Socialista e pelo sentimento de injustiça, a classe operária realizou movimentações, protestos e barricadas. De modo a reivindicar melhores condições de vida, trabalho e de participação política.

Os trabalhadores e a queixosa pequena burguesia, prestes a desabar no abismo dos destituídos de propriedade, partilhavam, portanto, dos mesmos descontentamentos. Estes

---

<sup>9</sup> Lema defendido pela Revolução Francesa.

descontentamentos por sua vez uniam-nos nos movimentos de massa do "radicalismo", da "democracia" ou da "república" [...] (HOBSBAWM, 2015, p. 28)

Com efeito, no dia 23 de fevereiro de 1848, Tocqueville (2018, p. 41) escreveu: “Embora morasse bem próximo do palácio dos Negócios Estrangeiros, não ouvi a fuzilaria que tanta influência exerceu sobre os destinos, e adormeci sem saber que tinha visto o último dia da Monarquia de Julho”. Com a abdicação de Luís Filipe, foi instituído o Governo Provisório, que era constituído pelas diferentes camadas que compunham a classe da burguesia.

O governo provisório, erigido sobre as barricadas de fevereiro, necessariamente refletiu em sua composição os diversos partidos entre os quais se dividiu a vitória. Ele nada podia ser além de um compromisso entre as muitas classes que haviam se unido para derrubar o trono de julho; seus interesses, no entanto, contrapunham-se hostilmente. A maioria desse governo era composta de representantes da burguesia. A pequena burguesia republicana era representada por Ledru-Rollin e Flocon, a burguesia republicana, pelo pessoal do National, a oposição dinástica, por Crémieux, Dupont del'Eure etc. A classe operária tinha apenas dois representantes, Louis Blanc e Albert. Porfim [...] (MARX, 2012, p. 33).

O governo provisório, em sua maioria composto pela burguesia, não atendeu as reivindicações da classe operária e ainda buscou deslegitimar sua influência (MARX, 2012). Diante disso, os trabalhadores exigiram a Proclamação da República, estando dispostos a lutar por isso. Entretanto, como elucidado por Marx (2012), em 25 de fevereiro a República ainda não havia sido proclamada e os ministérios já estavam sendo distribuídos entre a classe burguesa presente no governo provisório.

Dessa vez, porém, os trabalhadores estavam decididos a não tolerar uma escamotagem parecida com a de julho de 1830. Eles estavam dispostos a retomar a luta e impor a república pela força das armas. Foi com essa mensagem que Raspail se dirigiu ao Hôtel de Ville: em nome do proletariado parisiense, ele ordenou ao governo provisório que proclamasse a república; se essa ordem do povo não se cumprisse dentro de no máximo duas horas, ele retornaria à frente de 200 mil homens (MARX, 2012, p. 34).

A burguesia recusou as exigências da classe trabalhadora fortalecendo o rompimento entre burguesia e proletariado. Nas obras que analisamos na quarta seção dessa pesquisa, observamos uma divisão econômica e social entre as classes nobre, burguesa e trabalhadora. A exemplo disso, em *Bola de Sebo*, as personagens burguesas demonstraram preferência em se relacionar apenas com outras personagens da mesma classe ou de uma classe superior. De modo que, apenas quando possuíam algum interesse conversavam com as pessoas de classes inferiores. Isso nos permitiu observar uma valorização da riqueza, de modo que quem a possuía era mais valorizado do que aquele que não a detinha.

Marx (2012, p. 45) considerou que “[...] o verdadeiro local de nascimento da república burguesa não é a vitória de fevereiro, é a derrota de junho”. De 23 a 26 de junho de 1848 ocorreu o primeiro embate entre burguesia e proletariado, conhecido como a Insurreição de Junho.

Isolado de seus aliados pequeno-burgueses e camponeses e sem uma liderança global, o proletariado parisiense sofreu uma derrota sangrenta. A insurreição constituiu uma viravolta na revolução em toda a Europa. A contrarrevolução assumiu contornos definitivos e partiu para o contra-ataque (MARX, 2012, p. 49).

Com o apoio da Guarda Nacional por ordem de Cavaignac, então ministro da França, a burguesia sufocou a insurreição proletária: “Mais de três mil insurretos foram massacrados depois da vitória e quinze mil foram deportados sem julgamento” (MARX, 2011, p. 19). As revoltas contribuíram para que a burguesia aceitasse o sufrágio universal<sup>10</sup>: “[...] a Revolução de Fevereiro proclamara imediatamente o sufrágio universal e direto. Os republicanos burgueses não puderam desfazer esse ato” (MARX, 2011, p. 28). Em 10 de dezembro de 1848, Luís Bonaparte foi o primeiro e único eleito como presidente da Segunda República Francesa<sup>11</sup>. Não havendo mais a possibilidade de sua reeleição, em 1852, ele provocou um golpe de Estado que o consagrou como Imperador (Napoleão III da França) que perdurou até 1870 (MARX, 2012).

---

<sup>10</sup> Sufrágio Universal estabeleceu o direito de voto a todos os adultos do sexo masculino. Apesar de ser denominado como Universal, neste momento se caracteriza como um sufrágio masculino.

<sup>11</sup> A primeira República foi proclamada no dia 21 de setembro de 1972, como processo da Revolução Francesa.

A partir de 1849, a importação e a exportação francesa aumentaram gradativamente para em 1850 atingir seu pleno florescimento (ENGELS, 2012); (MARX, 2012). “As taxas de importação para a França somaram, nos primeiros nove meses de 1848, 63 milhões de francos; em 1849, 95 milhões de francos; e, em 1850, 93 milhões de francos” (MARX, 2012, p. 109). E ainda, em setembro de 1850 ultrapassou em mais de um milhão o valor de 1849. O regime de Bonaparte impulsionou a especulação e a atividade industrial, acarretando um desenvolvimento industrial que jamais teria sido possível na monarquia de Luís Filipe (ENGELS, 2011). Com uma França mais industrial, os interesses se transformaram, acarretando uma mudança nas relações econômicas, políticas e sociais. No conto *Bola de Sebo*, Maupassant, ao descrever a burguesia a separou, de modo a iniciar pelos comerciantes, para no final apresentar os proprietários de indústria. Acreditamos que essa forma de apresentar as personagens tenha sido proposital, de modo a enfatizar a classe que possuía menos riquezas em vista daquela que detinha mais.

Foi nessa conjuntura política, social e econômica, que nasceu Guy de Maupassant. Mais precisamente em 5 de agosto de 1850 o autor teve seu primeiro sopro de vida. O lugar exato de seu nascimento não é um consenso entre seus biógrafos, alguns autores apontam que o escritor francês teria nascido na cidade de Fécamp, já outros indicam o castelo de Miromesnil no povoado de Tourville-surArques.

Em seus primeiros anos de juventude, Maupassant viveu em Fécamp, na região da Normandia (HERVOT, 2010). Aprendeu a ler precocemente e demonstrava possuir uma memória ímpar. Conforme Hervot (2010), influenciado por sua mãe, Laure Le Poittevin, Maupassant interessava-se pelas obras de Shakespeare, o que o auxiliava a adquirir conhecimentos sobre a língua inglesa. Por meio de Virgílio e Homero aprendeu sobre a Antiguidade grega e latina. Foi Laure quem lecionou ao seu filho as suas primeiras aulas de leitura e escrita, era de seu desejo que Maupassant se interessasse pelas letras e perseguisse o mesmo caminho de seu tio, Alfred Le Pottevin (DUMESNIL, 1947). À medida que Laure fornecia a seu filho uma aprendizagem consolidada na cultura humanista, permitiu que ele convivesse com camponeses normandos e crescesse livre em contato com a natureza. Apenas quando Maupassant completou treze anos foi

que sua mãe confiou sua educação a instituições escolares, inicialmente religiosas e, posteriormente, laicas (HERVOT, 2010).

Desejava que essa semelhança se acentuasse ainda mais e que, como o tio, o menino gostasse das letras, e por isso fez o possível para que depois seguisse essa inclinação. Pois ela considerou que era necessário tomá-lo logo para formar o espírito. Ela se interessava pelo espetáculo da natureza, fazia-o descrever o que via, participava de suas brincadeiras, acompanhava-o quando se encontrava com os pescadores, dirigia suas leituras. Reteve os textos com estranha facilidade – como Alfred Le Poittevin – e desde muito jovem entrou em contato com os clássicos. Ele devia a Shakespeare, lendo Macbeth e Sonho de uma noite de verão, seus primeiros entusiasmos poéticos, suas primeiras emoções dramáticas (DUMESNIL, 1947, p. 83-84).

Aos vinte e três anos, por meio de sua mãe, Maupassant conheceu seu mestre e futuramente, amigo, Gustave Flaubert. Devido a amizade deste com o tio de Maupassant, Flaubert o recebeu com carinho. Sob a influência, inicialmente de sua mãe, e por seguinte de seu mestre, o aprendiz descobriu a importância da observação minuciosa da sociedade e de sua documentação rigorosa (HERVOT, 2010). Como escritor, seu mestre reiterava a necessidade da originalidade, algo que afligiu o escritor francês. Léon Henrique, amigo de Maupassant, relatou a Dumensil (1947) que, em alguns momentos, Maupassant viu-se preso pelo tormento da cópia. Entretanto, destacamos o objetivo de Maupassant como escritor no prefácio de *Pierre et Jean*:

Seu objetivo não é contar-nos uma história, divertir-nos ou emocionar-nos, mas forçar-nos a pensar, entender o sentido profundo e escondido dos acontecimentos. De tanto ter visto e meditado, ele olha o universo, as coisas, os fatos e os homens de um certo modo que lhe é próprio e que resulta de suas observações refletidas. É essa visão pessoal do mundo que ele tenta nos comunicar ao reproduzi-la em um livro. Para nos comover, como ele próprio se comoveu diante do espetáculo da vida, ele deve reproduzi-la para nós com uma semelhança escrupulosa (MAUPASSANT, 1888, p. 4).

Seu caráter observador é percebido em suas obras devido a riqueza dos detalhes, a precisão das descrições dos lugares e dos costumes apresentados, sejam eles dos parisienses, camponeses, marinheiros, pescadores normandos, burgueses ou nobres. Identificamos em suas produções a representação da vida

social em sua totalidade, à medida que ele, por meio de suas personagens e eventos, expôs as contradições existentes na sociedade. Apoiado em sua vivência, Maupassant retratou, com fidelidade, a sociedade de sua época e os momentos históricos que presenciou (LIMA; LEITE, 2015). A exemplo disso, temos o tempo dedicado ao jornalismo, o que contribuiu para a composição da narrativa de *Bel-Ami* (1885) e à sua participação na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) que favoreceu a composição de *Bola de Sebo* (1880), obras que analisamos na quarta seção desta dissertação.

A precisão das personagens e dos fatos narrados por Maupassant também se deveu ao fato de que ele escreveu no período denominado realista e naturalista do século XIX. O realismo surgiu como fruto das transformações da sociedade francesa do século XIX, a partir da formação de novas classes sociais tornou-se necessário que elas fossem retratadas de forma verossímil e de modo que expressassem como realmente elas se constituíam, e não somente do ponto de vista da nobreza. De maneira que, apesar de não se considerar pertencente a uma corrente literária em específico, percebemos nas obras do autor o desejo do efeito do real, no qual pequenos detalhes, que à primeira vista parecem ser desnecessários<sup>12</sup>, contribuem para a constituição do todo e para a imersão do leitor em sua obra.

Para legitimar suas sensações, sugere as circunstâncias mais gerais – hereditariedade, condição social, caráter dominante, profissão, idade, experiências, encontros que se formaram essas personagens, e as circunstâncias contemporâneas do momento da observação (HERVOT, 1995, p. 134).

Machado (1995) ressaltou que a história paralela<sup>13</sup> foi, frequentemente, lembrada nas obras de Maupassant como, por exemplo, a já citada guerra de 1870, os locais da Normandia e as personagens históricas francesas. É preciso acrescentar, ainda, que Maupassant, em suas narrativas, não apresentou apenas os acontecimentos históricos que perpassaram a França do século XIX, mas também retratou a sociedade que o cercava, em especial, os costumes e hábitos da burguesia e o modo como essa classe social interagiu com a nobreza

---

<sup>12</sup> Sobre o realismo indicamos a leitura do capítulo *O efeito do Real* de Roland Barthes (1971).

<sup>13</sup> Machado, ao dizer histórias paralelas, referiu-se aos momentos e eventos históricos que Maupassant vivenciou.

e com os camponeses. Nas obras selecionadas para análise nesta dissertação, *Bola de Sebo* (1880), e *O Colar* (1884) e *Bel-Ami* (1885) observamos o retrato da burguesia, a arquitetura de seus lares, seus objetivos e anseios, sua rivalidade com a nobreza e, ao mesmo tempo, seu desejo de pertencer a ela.

Em nosso entendimento, esses aspectos difundidos em suas narrativas colaboraram para que seus escritos tivessem contornos verdadeiros e reais a suas personagens e aos acontecimentos centrais. Para Dumesnil (1947), Maupassant teria realizado um trabalho de historiador e geógrafo, ambientando seu leitor a atmosfera desejada, detalhando até mesmo os aspectos corriqueiros dos lugares e de sua época. Acrescentamos ainda, que consideramos Maupassant um historiador dos costumes, que retratou as pessoas de sua época em sua integralidade.

Para produzir o efeito de real, Maupassant sempre volta ao passado e oferece detalhes do momento histórico em que viveu, recorre também a lugares existentes, presentes na sua memória particular, tais como as cidades de Paris, Rouen, Tôtes, Havre, e os castelos de Uville e de Champignnet. O autor constrói uma ilusão completa da verdade, as paisagens e as personagens são verossímeis dentro do modelo social de sua época (LIMA; LEITE, 2015, p. 246).

A composição das personagens, em suas obras, foi uma importante ferramenta para a construção de uma narrativa verossímil. Lima (2017) enfatizou que Maupassant fundamentou suas personagens em indivíduos com quem conviveu para que fossem realistas. O escritor criou personagens fictícias, mas que são lógicas e contextualizadas à sua época, tornando seu testemunho, em nossa interpretação, histórico. De modo a legitimar suas personagens, trouxe em suas narrativas circunstâncias gerais como: hereditariedade, suas características dominantes, a idade, sua condição social, profissão, as experiências e encontros que formaram essas personagens. Ele não exaltou as virtudes, nem escondeu os defeitos das personagens que representou, sejam elas normandas, parisienses, camponeses ou burgueses. A exemplo de sua narrativa realista, vejamos o que Maupassant (2015, p. 2) escreveu acerca da classe camponesa do século XIX:

Era dia de mercado; os camponeses e suas esposas foram para Goderville por todas as estradas que levam à cidade. Os homens caminhavam com passos calmos, lançando os corpos para a frente cada vez que moviam as longas pernas tortas, deformadas pelo trabalho áspero; por pressão no guidão, que levanta o ombro esquerdo e desloca a cintura; para a colheita do trigo, que obriga a separar os joelhos para melhor afirmar-se numa terra; em uma palavra: por todas as tarefas lentas e cansativas no campo. Suas blusas azuis, rígidas, brilhantes, como se envernizadas, adornadas com um pequeno padrão branco na gola e nos punhos, inchavam em torno de seu torso ossudo e pareciam balões prestes a subir, dos quais se projetavam uma cabeça, dois braços e dois pés. As mulheres também carregavam grandes cestos, dos quais se projetavam cabeças de galinhas por um lado, cabeças de pato do outro. Caminhavam com passo menor e mais animado que os homens; elas tinham um busto fino e ereto, envolto em um pequeno xale raquítico amarrado ao peito chato, e suas cabeças estavam cingidas com um pano branco, preso aos cabelos e coroados com um pequeno gorro (MAUPASSANT, 2015, p. 2).

Confrontando o que anteriormente discutimos sobre a classe camponesa com base nos escritos de Michelet (1988), observamos que suas descrições são realistas e não possuem o objetivo de reivindicação social, rebaixamento e/ou exaltação de uma determinada classe, mas partem do princípio de que era necessário refletir sobre a realidade como ela se apresentava aos indivíduos. Suas personagens são consistentes, sua linguagem está em conformidade com a sua condição e com o ambiente do qual faz parte (DUMESNIL, 1947). O trabalho de Maupassant foi construído com base em pessoas reais e o modo como elas viveram, amaram, pensaram, sentiram, se relacionaram, como faziam sua fortuna, ou até mesmo, como chegaram à falência, sendo este um meio relevante para se conhecer a vida de um povo ou sociedade.

A classe nobre e burguesa comumente foi representada por meio das personagens de Maupassant, o que contribuiu para nós leitores entendermos como elas coexistiam e eram vistas socialmente. Em *Bel-Ami*, o escritor francês retratou a história de Georges Duroy, uma personagem arrivista, filho de camponeses e que sonhava em ascender socialmente. Em certo ponto de sua carreira, ao adentrar o meio burguês e conseguir fazer parte dessa classe, o personagem desejou ir além e tornar-se um nobre por meio da compra de títulos.

O senhor mandará gravar minhas iniciais no cronômetro - G.R.C., em letras enlaçadas sobre uma coroa de barão. Surpresa, Madeleine, pôs-se a sorrir. Quando saíram, ela tomou seu braço com certa ternura. Considerava-o verdadeiramente astuto e forte. E agora que possuía renda, precisava de um título, estava correto. O comerciante o cumprimentou: “Pode contar comigo, ficará pronto na quinta-feira, senhor barão” (MAUPASSANT, 2012, p. 250).

A prática de compra de títulos por parte da burguesia, e outras apropriações dos costumes da nobreza<sup>14</sup>, demonstrava um desejo dessa classe em se apoderar dos valores nobres e adaptá-los a sua realidade. Ribeiro (1983, p. 19) em seu estudo sobre a etiqueta no Antigo Regime, assinalou: “Esta imitação é um dos grandes veículos da difusão das boas maneiras: é exibindo os gestos prestigiados que os burgueses adquirem estatuto nobre”. Com base na afirmação de Ribeiro (1983), em nosso entendimento, a compra de títulos também representava um desejo da nova burguesia de se reafirmar perante as outras classes, assumindo uma condição de superioridade e de civilidade. Em consonância, Hobsbawm (2015) afirmou que as classes em ascensão possuíam a tendência de perceber os padrões de conforto, luxo e poder da antiga classe superior como um modelo a ser seguido. Com isso, percebemos que o fim da sociedade aristocrática não significou o fim de sua influência. Os salões burgueses eram decorados com ouro, veludo, espelhos, imitações de cadeiras e de mobílias no estilo de Luís XV. Em *Bel-Ami*, a personagem Georges Duroy, ao entrar em um salão burguês, descreveu:

Ao entrar no salão, ele novamente teve a sensação de penetrar em uma estufa. Nos quatro cantos do aposento, grandes palmeiras abriam suas folhas elegantes, subiam até o teto e depois se expandiam como um repuxo. Nos dois lados da lareira, um sobre o outro, cauchos redondos como colunas dispunham suas longas folhas de um verde sombrio, e sobre o piano, dois arbustos desconhecidos, arredondados e cobertos de flores, um todo rosa e outro todo branco, pareciam plantas fictícias, inacreditáveis, belas demais para serem verdadeiras. [...] As paredes eram revestidas de tecido antigo de um violeta apagado, crivado de pequenas flores de seda amarela, do tamanho de um botão de florete. Sobre as portas pendiam reposteiros de um azul acinzentado, feitos com tecido de farda de soldado, onde estavam bordados alguns cravos de seda vermelha. Poltronas de todas as formas e tamanhos

---

<sup>14</sup> Sobre os costumes da nobreza indicamos a obra *Memórias de duas Jovens Esposas* (1841) de Balzac, na qual o autor expôs alguns dos costumes dessa classe.

espalhavam-se ao acaso pelo apartamento, canapés, sofás enormes ou minúsculos, puffes e tamboretas, todos cobertos de seda Luís XVI ou do belo veludo de Utrecht, com fundo creme e desenhos cor de vinho (MAUPASSANT, 2012, p. 31).

A sociedade burguesa, como chamou Hobsbawm (2015, p. 131) era a sociedade do *parvenu*<sup>15</sup> e do *selfmade-man*, isto é, do homem que se fez por si mesmo e é por isso, que o autor estabeleceu como “[...] Bel-Ami de Maupassant, a figura típica da década de 1880”. Isto porque, a personagem principal da obra *Bel-Ami*, Georges Duroy, representou a figura de um arrivista que desejava ascender socialmente, economicamente e politicamente e, por vezes, sem considerar os meios e as consequências para tanto. Nesse sentido, vemos no século XIX a possibilidade de um homem mudar de classe social, tendo em vista que o pré-requisito eram as riquezas. Entender isso, permitiu observarmos os comportamentos e as ações das personagens dos contos e do livro analisado, de modo a entender a motivação de suas ações e desejos.

As mulheres burguesas do século XIX, foram apresentadas por Hobsbawm (2015, p. 135) como seres ignorantes e passivos e, ainda: “[...] sem instrução, pouco práticas, teoricamente assexuadas, sem património e protegidas [...]”. Por outro lado, por meio da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizada na graduação em Pedagogia, citada anteriormente em nossa introdução, que possuiu como referência bibliográfica as obras literárias de Balzac (1799-1850), *A mulher de 30 anos* (1841) e *Memórias de duas jovens esposas* (1829-1842) e de Maupassant, *Bola de Sebo* (1880), *O Colar* (1884) pudemos ter uma outra visão da mulher nobre e burguesa, a de influenciar os indivíduos do sexo masculino a sua volta<sup>16</sup>.

Perrot (2017), como forma de ilustração, comparou a mulher a um marionetista que, por trás dos bastidores puxa os fiozinhos enquanto os homens se movimentam na cena pública. “Inspiradora da decisão política, muitas vezes tomada ‘sobre o travesseiro’, a mulher, em si tão pouco criminosa, é a verdadeira instigadora do crime” (PERROT, 2017, p. 154). Tanto no papel de mãe, esposa,

---

<sup>15</sup> *Parvenu* em francês, conforme o dicionário de Crambridedge, refere -se a alguém que consegue ascender a uma posição de maior privilégio ou tornar-se um homem de sucesso. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/parvenu>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

<sup>16</sup> Essa mesma visão, encontramos também no artigo: Serviço social e educação: uma análise sobre a educação feminina no século XIX da autora Jane Cristina Franco de Lima.

ou irmã, ela poderia influenciar as decisões masculinas. No entanto, como pudemos perceber em nossa pesquisa de TCC, era preciso que ela obtivesse prestígio e autoridade sobre aquele que desejava persuadir. Em ambas as obras que citamos anteriormente, em algum momento, a mulher apresentou essa atribuição, a título de exemplo, consideramos, a seguir, duas situações. Em *O Colar*, conto de Maupassant, a personagem principal Mathilde Loisel, fez com que seu marido entregasse todas suas economias para que ela fosse ao baile com a roupa que desejava. E ao final da narrativa, devido ao desejo de sua esposa, ele foi conduzido à uma situação em que precisou trabalhar em dois empregos para findá-la.

Ela refletiu alguns segundos, fazendo as contas e pensando também na soma que poderia pedir sem provocar uma recusa imediata e uma exclamação de espanto no econômico funcionário. Enfim, respondeu hesitando: — Não sei ao certo, mas me parece que com quatrocentos francos eu conseguiria. Ele empalidecera um pouco, pois reservara justamente essa soma para comprar uma carabina e participar de caçadas, no verão seguinte, no Vale de Nanterre, com alguns amigos que iam, ali, aos domingos, alvejar as calhandras. Entretanto, disse: — Pois seja. Dou os quatrocentos francos. Mas trate de arranjar um lindo vestido (MAUPASSANT, 1987, p. 22).

Em *Bel-Ami*, Madeleine Forestier, inicialmente esposa do Sr. Forestier, era uma figura feminina encantadora, inteligente, firme e interessada pelas letras e pelos assuntos políticos e econômicos. No decorrer da história, foi nos revelado que Madeleine era a autora dos artigos e notícias publicados no nome de seu esposo no jornal em que ele trabalhava. Com a morte do Sr. Forestier, observamos na personagem uma precisão e um domínio de suas decisões. Georges Duroy, a partir do ocorrido e com a vontade que já era existente, lhe propôs em matrimônio. Porém, para aceitar, Madeleine instituiu a seguinte condição:

Quero ser livre, totalmente livre em todos os meus atos, meus passos, minhas saídas, sempre. Eu não toleraria controle, ciúmes, nem discussões sobre minha conduta. Que fique bem entendido que me eu comprometeria a jamais prejudicar o nome do homem com quem me casasse, e jamais o tornaria odioso ou ridículo. Mas também seria preciso que esse homem visse em mim uma igual, uma aliada, não uma inferior nem uma esposa obediente e submissa. Sei que minhas ideias não são as de todo

mundo, mas eu não mudaria de maneira alguma. Isso é tudo. (MAUPASSANT, 2012, p. 152).

O casamento com Madeleine era desejado por Duroy, a imposição não seria recusada. Para Hervot (2014, p. 261) “A personagem Duroy não somente sabe se servir dos conselhos preciosos de suas companheiras, em especial de Madeleine [...]”. Desse modo, nos momentos de escrita ou de tomada de decisões, Madeleine representava uma professora a Duroy, o auxiliando a encontrar o melhor caminho ou a melhor forma. É claro que, além da paixão, entendemos que Duroy buscou se casar com ela, pois percebia que poderia ascender ao seu lado: “Sim, por que não tentar, ele mesmo, essa conquista? Como seria forte com ela, e temível! Como poderia subir depressa, ir longe, de modo seguro!” (MAUPASSANT, 2012, p. 148). No entanto, é perceptível a existência de interesses mútuos.

A concepção de casamentos como uma espécie de associação ou negócio não era estranha aos homens e as mulheres do século XIX (HERVOT, 1995)<sup>17</sup>. Nessa perspectiva, o casamento representava um meio seguro e lícito de abertura de portas para a alta sociedade. Efetivamente, na literatura da época, essa concepção marcou a trajetória de diferentes personagens, sobretudo, os arrivistas. Em *Bel-Ami*, temos o exemplo do próprio Georges Duroy, já mencionado, e da personagem do Senhor Walter que se casou com a Senhora Walter por conveniência financeira “[...] nascida Basile-Ravalau, filha do banqueiro do mesmo nome” (Maupassant, 2012, p. 25). Desse modo, o casamento configurava-se, pelo menos em um primeiro momento, como uma associação na qual ambas as partes têm algo a ganhar. Compreender esse modo de relacionamento permitiu que observássemos com um outro olhar as relações sociais entre os homens e as mulheres das obras que nos propusemos a analisar.

Na segunda parte do século XIX, além das mulheres nobres, burguesas e camponesas, vemos o surgimento da mulher operária. Como brevemente explicitado anteriormente, Marx (2013) esclareceu que com a utilização da maquinaria, a força física tornou-se dispensável, dando-se ênfase a utilização de

---

<sup>17</sup> Na literatura observamos o casamento como um negócio na obra *Memórias de duas jovens esposas* de Balzac por meio da personagem Renata, que se casou com a personagem Luís apenas para não retornar ao convento.

trabalhadores com pouca força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Outro fator importante para o emprego de mão de obra feminina e infantil era o baixo custo que essas duas forças de trabalho representavam. De acordo com Engels (2010), as mulheres trabalhavam de doze a treze horas por dia e ganhavam de 8 a 9 libras por semana. Mesmo grávidas, deveriam permanecer em seus postos até o momento do parto. Com o nascimento dos bebês poderiam ficar em casa por apenas três ou quatro dias. Era comum que mulheres operárias tivessem partos mais complicados ou que abortassem com maior facilidade (ENGELS, 2010).

Além de as mulheres sofrerem o debilitamento físico geral comum a todos os operários fabris, quando grávidas elas são obrigadas a trabalhar até quase o momento do parto – evidentemente, se deixam de trabalhar muito antes, correm o risco de se verem substituídas e postas na rua e, além do mais, perderiam o salário. É frequente que mulheres que trabalharam até tarde num dia tenham o parto na manhã seguinte e não é incomum que a criança nasça na própria fábrica, entre as máquinas [...] (ENGELS, 2010, p. 198).

A participação feminina no trabalho industrial assalariado, inicialmente, foi cadenciada à necessidade familiar. A essa figura era destinada a tarefas consideradas não qualificadas, subordinadas e específicas como, por exemplo, o manejo com tecidos (PERROT, 2017). A situação da classe operária, tanto a masculina como a feminina, conforme o desenvolvimento agressivo da indústria, tornou-se degradante e insalubre, o que colaborou para um intenso sentimento de inimizade e hostilidade da classe trabalhadora em relação a figura do patrão.

Assim como a representação da sociedade francesa do século XIX e a figura feminina estavam presentes nos contos e romances de Maupassant, a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) foi palco frequente de suas narrativas. Esse momento foi de grande impacto na vida e na obra do escritor francês, haja vista que com vinte anos foi convocado para guerra e recebeu a função de escrivão da 2ª divisão em Rouen (LIMA, 2017). Nesse período, Guy de Maupassant estava iniciando seus estudos em direito, que tiveram que ser interrompidos devido sua entrada na tropa francesa.

Do mesmo modo que observava e retratava a vida dos camponeses, burgueses e nobres, Maupassant também observou as tropas, as populações das cidades invadidas e os parisienses sitiados. No entanto, ao mesmo tempo que suas observações favoreceram para que ele entendesse e registrasse todas essas situações e elaborasse suas histórias, elas também contribuíram para que Maupassant compreendesse seu caráter degradante e formasse opiniões contrárias a ela (DUMENSIL, 1947). No livro *Bola de Sebo*, selecionamos uma passagem de Maupassant que acreditamos demonstrar seu olhar sobre as tropas e seu espírito:

Durante dias e dias, haviam atravessado a cidade os destroços do exército batido. Não eram tropas, mas hordas em debandada. Os homens tinham a barba longa e suja, os uniformes em farrapos, e avançavam cansadamente, sem bandeira, sem ordem. Pareciam todos acabrunhados, curvados, incapazes de um pensamento ou de uma resolução, a marchar unicamente por hábito e a tombar de fadiga logo que paravam (MAUPASSANT, 1987, p. 3).

Apesar de ter seu início marcado em julho de 1870 e seu fim em maio de 1871, a Guerra Franco-Prussiana poderia, facilmente, ter ocorrido nos anos de 1866, 1867 ou 1869. França e Prússia, durante esses anos, já possuíam conflitos e flertavam em torno de uma guerra (WAWRO, 2003). No entanto, Bismarck ainda estava buscando a consolidação da ideia de uma Alemanha unificada e Napoleão III, por sua vez, desejava aprimorar seus exércitos.

Conforme Wawro (2003), três crises sucessivas em 1870 foram responsáveis por desencadear a guerra que desde 1866 estava sendo formada. A primeira crise dizia a respeito da aceitação por parte de Guilherme I ao título alemão de *Kaiser*<sup>18</sup> ou Imperador da Confederação da Alemanha do Norte. O rei da Prússia parecia entusiasmado com a ideia, na medida em que na inauguração do Reichstag<sup>19</sup> da Alemanha do Norte em fevereiro de 1870, pediu por uma 'união nacional' e uma 'pátria alemã comum'. Napoleão III ao saber de suas palavras anunciou a Bismarck um ataque, caso a Prússia se movimentasse novamente. A segunda crise centrou-se em uma ferrovia financiada por

---

<sup>18</sup> Imperador.

<sup>19</sup> Parlamento.

Bismarck. Era de interesse estratégico do Chanceler alemão que a Prússia tivesse uma ferrovia e um túnel através da Suíça.

Não querendo parecer o agressor, Bismarck foi deliberadamente vago quanto à natureza do interesse prussiano, mas seu significado foi rapidamente adivinhado em Paris. Em 1866, Bismarck aliou-se à Itália para derrotar os austríacos. Agora, tendo a Itália se desviado da órbita francesa por causa da anexação de Nice e Savoy por Napoleão III em 1860 e sua obstinada defesa da Roma papal, Bismarck estava insinuando a existência de uma aliança prusso-italiana voltada para a França, que seria muito facilitado por uma ligação ferroviária através da Suíça. Como pretendido, o discurso inflamou a legislatura francesa, onde deputados furiosos insistiram que o imperador traçasse a linha com Bismarck (WAWRO, 2003, p. 50).

A terceira crise se refere ao que a imprensa francesa chamava de *l'affaire español-prussienne*<sup>20</sup>. De acordo com Wawro (2003), a corte espanhola estava à procura de uma nova casa real desde a deposição em 1868 dos Bourbons. Com o apoio da Prússia, em setembro de 1869, um agente espanhol se aproximou do príncipe Leopold Von Hohenzollern Sigmaringen e ofereceu a ele o trono. Bismarck, pensando nos desdobramentos que essa ação poderia acarretar, em maio de 1870, escreveu ao pai de Leopold e o pressionou a aceitar o trono para seu filho por motivos patrióticos (WAWRO, 2003). Com isso, o Chanceler agiria antes que Napoleão III pudesse reagir e a França ainda estaria cercada por monarquias alemãs. Três semanas depois, Leopold aceitou a oferta espanhola, porém seu reinado não durou muito tempo. Pressionado pelo embaixador francês na Prússia, Vincent Benedetti, Leopold retirou sua candidatura em 12 de julho.

Com a renúncia do príncipe Leopold, Guilherme I foi obrigado a assinar e a publicar um documento afirmando estar envolvido com a renúncia de Leopold e assegurando que a Prússia não ofereceria mais candidatos ao trono. No encontro entre Benedetti e Guilherme I, o embaixador francês transmitiu as exigências extras de Gramont. O rei da Prússia ouviu em silêncio e foi embora, em seguida informou sua comitiva para cancelar sua audiência com Benedetti que aconteceria mais tarde (WAWRO, 2003). Essa situação gerou o 'Despacho

---

<sup>20</sup> O negócio espanhol-prussiano.

de Ems', que se tratou de uma adulteração feita por Bismarck em uma carta do imperador da Prússia, em que este parecia insultar o povo francês:

Embora Bismarck, que estava jantando com Moltke e Roon quando o telegrama chegou, poderia ter recomendado a guerra para punir os franceses por seu tratamento rude ao rei prussiano, ele estava determinado a fazer os franceses declarar guerra à Prússia, de modo a desencadear as alianças do sul da Alemanha e garantir a neutralidade das outras grandes potências. [...] O “despacho Ems”, escrito por um dos colegas do Ministério das Relações Exteriores de Werther, teria de servir (WAWRO, 2003, p. 55).

Em 14 de julho, Napoleão III determinou que o exército francês chamasse suas reservas. A guerra franco-prussiana durou cerca de dez meses e com isso, novas alterações políticas e sociais, de modo que em *Bola de Sebo* observamos personagens com sentimentos e opiniões extremamente patrióticos e outros não tanto. Durante o tempo que Paris estava ocupada pelos prussianos, os alimentos ficaram escassos, o inverno rigoroso e as pessoas abandonadas. Com a derrota da França pela Prússia na Batalha de Sedan, Luis Bonaparte foi preso e seu Império teve fim (VARES, 2014). No conto citado anteriormente, Maupassant elucidou sobre a situação de fome que a França passava: quando a personagem Bola de Sebo abriu sua cesta que continha uma grande variedade de alimentos, as pessoas buscaram sua amizade para poderem desfrutar com ela de alguma comida, mesmo ela sendo uma prostituta, algo recriminado por eles.

A fome crescia, alterando os espíritos, e nenhum botequim, nenhum negócio de vinho aparecia, pois a aproximação dos prussianos e a passagem das tropas francesas esfomeadas haviam espantado todas as indústrias. Os homens correram às propriedades, à beira do caminho, em busca de provisões, mas nada ali encontraram, nem mesmo pão, pois o campônio desconfiado ocultava suas reservas, com medo de ser pilhado pelos soldados, que, nada tendo para comer, tomavam à força o que descobriam (MAUPASSANT, 1987, p. 7).

No início de 1871, insatisfeitos com as condições internas e externas de Paris, a população parisiense foi contrária ao governo e conquistou a autonomia da capital. A Comuna de Paris, segundo Vares (2014) era constituída de membros da Guarda Nacional, contando com mais de 100 mil trabalhadores armados que, durante aproximadamente dois meses, governaram Paris

adotando uma gestão democrática. Meses depois, a Terceira República de Paris foi proclamada e Louis Adolphe Thiers foi eleito como presidente do Governo Provisório de Defesa Nacional.

[...] a Assembleia forçou Thiers a assinar o Tratado de Frankfurt e a reprimir duramente os comunards – como ficaram conhecidos os socialistas parisienses que se rebelaram contra o governo. Com efeito, monarquistas e republicanos não só tiveram que aceitar a ultrajante multa imposta por Bismarck como foram obrigados a ceder parte da Alsácia-Lorena aos alemães (VARES, 2014, p. 484).

Conforme Vares (2014), em 1873, Mac-Mahon teve um importante papel à frente do exército, sendo responsável por derrotar a Comuna e por esse feito, foi eleito presidente da República. Poucos anos depois, em 1875, por meio da votação da Constituição, a República foi formalizada. Uma união momentânea entre republicanos e orleanistas tornou-se decisiva para a estabilidade política da recém efetivada República, embora não tenha sido capaz de extinguir a diferença existente entre esses dois grupos (VARES, 2014).

A história da França, da mesma forma que a trajetória de vida de Guy de Maupassant, não foi linear. Assim como a França, Maupassant passou por momentos de glória, mas outros bastante conturbados. Durante seu tempo de produção literária, o que diríamos ser aproximadamente 10 anos, publicou mais de trezentas obras, dentre elas, contos, peças teatrais, novelas e romances. Maupassant passou pela cena literária como um cometa, porém seus registros permaneceram. No dia 5 de agosto de 1893, o escritor francês morreu em um hospital psiquiátrico.

Apesar de uma morte precoce, Maupassant contribuiu para que pesquisadores e historiadores tivessem um retrato, por meio da literatura, da sociedade francesa do século XIX, de sua mentalidade, de seus costumes e hábitos. E ainda, contrastando seus contos narrativos com as referências históricas, entendemos que as transformações, sejam elas, políticas, econômicas, sociais ou culturais refletiram e refletem na formação dos seres humanos e na percepção de seu entorno, mas, por outro lado, esses seres humanos, também, influenciam na construção de seu meio.

Nesse sentido, na seção a seguir nos propomos a retroceder no tempo, em termos históricos, e a analisar os conceitos de intelecto fundamentado em Tomás de Aquino e de hábito, concebido por Aristóteles. Com a terceira seção objetivamos entender esses conceitos e como eles se apresentam no cotidiano dos seres humanos, na forma como pensam, agem e se relacionam.

## **INTELECTO E HÁBITO: UM MODO DE SER E AGIR**

*Não nos é vedado o acesso a nenhum século, somos admitidos a todos; e se desejamos, pela grandeza da alma, ultrapassar os estreitos limites da fraqueza humana, há um vasto espaço de tempo a percorrer. Poderemos discutir com Sócrates, duvidar com Carnéades, encontrar a paz com Epicuro, vencer a natureza humana com a ajuda dos estoicos, ultrapassá-la com os cínicos. Já que a Natureza nos permite entrar em comunhão com toda a eternidade, por que não nos desviarmos dessa estreita e curta passagem do tempo e nos entregarmos com todo nosso espírito àquilo que é ilimitado, eterno e partilhado com os melhores? (SÊNECA, Sobre a brevidade da vida, 14-1)*

Nesta seção, temos o intuito de examinar os conceitos de intelecto para Tomás de Aquino e hábito para Aristóteles, de forma que, posteriormente, possamos compreender a natureza dos comportamentos das personagens presentes nas obras analisadas de Guy de Maupassant e, por seguinte, dos seres humanos de um modo geral. Efetivamente, essa tomada de posição, reflete nosso entendimento sobre o conceito de intelecto e de hábito como essenciais para compreendermos a natureza da alma humana, de modo que possamos questionar as motivações e o caráter dos comportamentos das pessoas.

O conceito de intelecto, inicialmente pensado por Aristóteles<sup>21</sup>, tempos depois foi reformulado por Tomás de Aquino sendo abordado primordialmente

---

<sup>21</sup> Encontramos o conceito de intelecto presente nas obras *De Anima* e na *Ética a Nicômaco*.

na questão 79 da *Suma Teológica*, e em seguida, em seu livro intitulado *A unidade do intelecto, contra os averroístas*, escrito por volta de 1270. Em ambas as obras, o teólogo e filósofo buscou responder questionamentos e solucionar equívocos acerca do intelecto, desse modo, as teremos como base para examinar e discorrer sobre esse conceito. Para o conceito de hábito, por sua vez, tomamos como referência o livro I e II da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. Nesse livro, o filósofo buscou compreender o hábito como uma virtude moral e sua relação com as ações dos seres humanos.

Ao investigar acerca do que diferenciaria o ser humano como espécie humana dos outros animais, Aristóteles observou no *De Anima* e na *Ética a Nicômaco*, que o ser humano seria formado por uma alma dividida em três partes: vegetativa, sensitiva e intelectiva. A alma vegetativa possuiria as funções mais elementares da vida, como o nascimento, a nutrição, o crescimento e a reprodução, sendo encontrada nas plantas, nos animais e nos seres humanos. A alma sensitiva, por seu turno, seria responsável pela percepção sensível, o apetite e o movimento e ainda incorporaria as funções da alma vegetativa, de forma que estaria presente nos animais e nos seres humanos. Já a alma intelectiva, a mais elevada entre elas, se caracterizaria pela função intelectiva, isto é, o conhecimento, o entendimento, o pensamento ou raciocínio, além de acumular as funções da alma sensitiva e vegetativa, e esta, por sua vez, estaria presente apenas nos seres humanos.

A vida parece ser comum até as próprias plantas, mas agora estamos procurando o que é peculiar ao homem. Excluamos, portanto, a vida de nutrição e crescimento. A seguir há uma vida de percepção, mas essa também parece ser comum ao cavalo, ao boi e a todos os animais. Resta, pois, a vida ativa do elemento que tem um princípio racional (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco* I, 35, 1098 a).

Do mesmo modo, Tomás de Aquino estabeleceu: “Ora, a diferença constitutiva do homem é ser racional, qualidade esta que se lhe atribui em virtude do princípio intelectivo. Logo esta é a forma do homem” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 76). Nesse sentido, por possuir as três partes da alma, em especial, o princípio intelectivo, o ser humano, entre os seres em geral, seria o mais perfeito pois, diferentemente dos animais, o ser humano teria a possibilidade de

conhecer e apreender a verdade das coisas<sup>22</sup>. Ferreira Filho (2016) salientou que para alcançar o conhecimento, a alma intelectual necessita do corpo devido aos sentidos, visto que se assim não fosse, conheceríamos como almas separadas e sem corpo.

O inteligível é recebido pelo intelecto e os sensíveis são recebidos pelos sentidos, ou seja, para que haja a possibilidade do conhecimento, é de extrema importância o corpo unido à alma, portanto as espécies inteligíveis pelas quais nossa alma conhece não derivam de formas separadas (FERREIRA FILHO, 2016, p. 43).

Desse modo, Tomás de Aquino, a partir de Aristóteles, compreendeu a alma humana em uma perspectiva de totalidade, isto é, não se trata de uma alma destinada aos sentidos e outra ao pensamento, mas uma mesma alma que pensa e sente. Por isso, aprofundaremos acerca do conceito de intelecto e as questões suscitadas por Tomás de Aquino. Para tanto, examinaremos os treze artigos da questão 79, com a contribuição de outras questões da *Suma Teológica*, como por exemplo, a questão 76, do opúsculo<sup>23</sup> e de comentadores do tema. Em seguida, observaremos como o hábito pode, juntamente com o intelecto, aperfeiçoar o modo de inteligir e agir do ser humano, de modo que ele se constitua como um ser virtuoso.

No primeiro artigo da questão 79, Tomás de Aquino buscou responder se o intelecto é uma potência da alma, ou sua própria essência. As defesas que assumiram o intelecto como a essência da alma são fundamentadas por meio de passagens de Agostinho, que afirmava ser a mente, o mesmo que intelecto e, por Gregório de Nissa, que igualou o modo de inteligir do ser humano ao dos anjos. Para desmitificar e responder as questões inicialmente instituídas, Tomás de Aquino retomou o *De Anima* quando Aristóteles definiu o intelecto como uma potência da alma:

---

<sup>22</sup> “Ora, a alma intelectual, como já se estabeleceu antes, tem por ordem da natureza, o grau ínfimo, entre as substâncias intelectuais; pois, não tendo naturalmente infuso o conhecimento da verdade, como os anjos, deve hauri-la nas coisas divisíveis, por via dos sentidos, como diz Dionísio. Ora, a natureza não falta com o necessário a nenhum ser. E, por isso, a alma intelectual deve ter não só a faculdade de inteligir, mas também a de sentir” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 76, art. 5, sol.).

<sup>23</sup> *A unidade do intelecto, contra os averroístas.*

Dentre as potências da alma, como dissemos, todas as mencionadas subsistem em alguns seres; em outros, só algumas delas e, em alguns, apenas uma. E mencionamos como potências a nutritiva, a perceptiva, a desiderativa, a locomotiva e a racionativa (ARISTÓTELES, *De anima*, liv. II, cap. 3, 414a29).

O intelecto não poderia ser a essência da alma, visto que nela possuímos outras partes, como por exemplo, a parte nutritiva e a perceptiva. Todas essas potências juntas, permitiriam ao ser humano ser capaz de crescer, nutrir-se, sentir e entender. Segundo Tomás de Aquino, apenas Deus ou os anjos possuiriam o intelecto como a essência da alma, pois se configurariam como seres eternos, perfeitos e incorruptíveis: “Ora, só em Deus é que se identifica o intelecto com a essência. Ao passo que em todas as criaturas inteligentes, o intelecto é uma potência do inteligente” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art.1, sol.). Sobre os anjos, Tomás de Aquino declarou que: “Nos anjos não pode haver outra virtude senão a intelectiva e a vontade, conseqüente ao intelecto” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, resp. 3). Portanto, nos seres humanos, o intelecto é a potência da alma e não a sua essência. Podemos denotar que para o filósofo e teólogo, o intelecto assumia uma categoria relevante e significativa entre as potências da alma, ao dizer que Deus, um ser divino, eterno e perfeito, possuía o intelecto como sua essência.

No segundo artigo, debateu-se sobre o intelecto ser ou não uma potência passiva<sup>24</sup>. A primeira consideração fundamental para compreendermos o intelecto como uma potência passiva, ideia defendida por Tomás de Aquino, é de que a operação do intelecto é exercida sobre o ser universal. Apenas o intelecto divino, que é a essência de Deus, estaria para o ser universal como ato do ser total, por isso, não se configuraria como potência, e sim, como ato puro. Conseqüentemente, entende-se que Deus já possui todo conhecimento, ou seja, Deus é aquele que tudo sabe e tudo entende. Já o intelecto criado, isto é, dos seres humanos, por não conhecer na universalidade, é virtude passiva em

---

<sup>24</sup> A palavra “passiva” neste contexto não significa ausência de atividade, mas sim, de potência a ser recebida ou padecer (no sentido de admitir). “Terceiro, diz-se que alguém padece, comumente, só porque o que é potencial em relação a alguma causa recebe aquilo em relação ao que era potencial, sem ser privado de nada. E, deste modo, diz-se que padece tudo o que passa da potência para o ato, mesmo quando se aperfeiçoa. Assim, o nosso entender é padecer” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 2. sol.).

relação ao ser universal total, pois não é eterno e nem perfeito, estando apenas em potência de se tornar ato:

Porém, o intelecto humano, ínfimo na ordem dos intelectos e maximamente remoto da perfeição do intelecto divino, é potencial em relação aos inteligíveis; e, no princípio, é como uma tábua em que nada está escrito, como diz o Filósofo. E isto se vê claramente do fato de, a princípio, sermos inteligentes só em potência; depois é que nos tornamos inteligentes em ato. — Assim, pois, é claro que o nosso entender é um como padecer, conforme o terceiro modo da paixão. E, por consequência, o intelecto é uma potência passiva (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 2. sol.).

Esta passagem traz a segunda ponderação fundamental para entendermos o intelecto como uma potência passiva, a comparação do intelecto humano a uma tábua rasa. Ora, o intelecto possível, antes de aprender e/ou descobrir encontra-se em potência, ou seja, como uma tábua na qual nada está escrito, mas que possui capacidade para ser “preenchida”. No entanto, após aprender ou descobrir, se tornaria ato em relação a habilitação da ciência<sup>25</sup>. Boveto e Oliveira (2021) observaram que a mente humana possui a capacidade para conhecer, tendo em vista que a passividade para Tomás de Aquino se refere ao estado em potência do intelecto que admite a recepção do conhecimento. Conforme as autoras, definir o intelecto em ato seria considerá-lo algo pronto, o que acarretaria a ausência de necessidade de aprendizagem. Por isso, a definição de intelecto como uma tábua rasa demonstra que a atividade racional humana necessita estar em movimento para que o intelecto vá de potência de conhecer para o conhecimento em ato.

Pertinente ao problema do intelecto possível, no livro *A unidade do intelecto, contra os averroístas*, Tomás de Aquino buscou esclarecer equívocos propagados por Averróis<sup>26</sup>. O primeiro que trataremos nesta seção, refere-se ao filósofo árabe conceber o intelecto possível como único para todos os seres humanos. “Mas, seja como for sobre o intelecto agente, dizer que o intelecto possível é um só para todos os homens se mostra impossível de muitas maneiras” (TOMÁS DE AQUINO, *A Unidade do Intelecto...*, § 83). A

<sup>25</sup> (TOMÁS DE AQUINO, *A unidade do intelecto...*).

<sup>26</sup> Averróis (1126-1198) foi um filósofo e pensador muçulmano ibérico que estudou e escreveu sobre filosofia, teologia, medicina, astronomia, física, direito islâmico e linguística.

impossibilidade que se observou em relação a essa concepção foi de que, se há um intelecto para todos, existiria uma única pessoa que compreenderia e que utilizaria de sua vontade<sup>27</sup> e escolha, sendo ela, a mesma para todos os seres humanos. Ou seja, uma ausência de divergência de pensamentos, opiniões e ideias.

Ademais, se todos os homens entendem com um único intelecto, seja como for que se una a eles, quer como forma quer como motor, segue-se por necessidade que seja numericamente único o próprio entender de todos os homens, que seja simultâneo e a respeito de um único inteligível. Por exemplo, se eu entendo uma pedra e tu igualmente, seria preciso que fosse uma única e a mesma operação intelectual tanto para mim quanto para ti [...]. De onde, se houver muitos homens tendo um só olho, a visão de todos não seria senão uma única a respeito do mesmo objeto e ao mesmo tempo. Semelhantemente, portanto, se o intelecto for um único para todos, segue-se que seja apenas uma única a operação intelectual de todos os homens, que entendem o mesmo ao mesmo tempo (TOMÁS DE AQUINO, *A Unidade do Intelecto...*, §88).

No artigo segundo da questão 76 da *Suma Teológica*, Tomás de Aquino também tratou sobre dúvidas referentes a multiplicidade do princípio intelectual, de acordo com a multiplicidade de corpos, ou a existência de apenas um único intelecto para todos os seres humanos. Em sua solução, o filósofo trouxe um pensamento que acreditamos ser primordial para compreender o que nos torna únicos, enquanto seres humanos, e a relevância do intelecto para tanto:

É absolutamente impossível que haja um só intelecto para todos os homens. E isto é evidente se, segundo a opinião de Platão, o homem é o seu intelecto mesmo. Pois, daí resultaria que, se Sócrates e Platão tem o mesmo intelecto, ambos são o mesmo

---

<sup>27</sup> Para Tomás de Aquino o intelecto está ligado à vontade, dessa forma, o ser humano é responsável por suas escolhas, sendo elas boas ou más. Disto, advém o fato de Tomás criticar a concepção de Averróis que acreditava que o intelecto estaria separado do corpo, o que, conseqüentemente, separaria a vontade do corpo e isentaria o ser humano de suas escolhas: Além disso, de acordo com a postura destes, os princípios da filosofia moral são destruídos, pois suprime-se o que nos cabe. Com efeito, nada nos cabe senão pela vontade; de onde, também isso mesmo que nos cabe ser chamado de voluntário. Ora, a verdade cabe ao intelecto, como é patente pelo que Aristóteles diz no livro III Sobre a Alma [9,432b5] e pelo fato de que, nas substâncias separadas, há intelecto e vontade; ainda pelo fato de que acontece amar-se ou odiar-se algo, em geral, pela vontade, assim como odiamos o gênero dos ladrões, como diz Aristóteles na sua Retórica [II, 4, 138 a 5-6]. Portanto, se o intelecto não é algo deste homem, de modo que seja verdadeiramente uno com ele, mas se una a ele apenas pelas figurações ou como motor, não haverá vontade neste homem, mas no intelecto separado. Assim, este homem não será senhor do seu ato, nem nenhum ato dele será louvável ou repreensível, o que é demolir os princípios da filosofia moral (TOMÁS DE AQUINO, *A Unidade do Intelecto...*, §78).

homem e não se distinguirão um do outro senão pelo que lhes for exterior a essência (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 76, art. 2. sol.).

Efetivamente, o intelecto está em conformidade com a multiplicidade de corpos, de modo que cada pessoa possui seu próprio princípio intelectual, o que certamente, proporciona que cada ser humano construa, desenvolva e amplie seus próprios conhecimentos. É preciso destacar que a potência intelectual é algo comum a todos as pessoas, isto é, todo ser humano possui a capacidade de conhecer. Porém, se o intelecto fosse quantitativamente o mesmo para todos os seres humanos, teríamos todos o mesmo pensar.

Na sociedade, por meio das relações e interações entre os indivíduos, percebemos que o inteligir em alguns está em potência e em outros, em ato. Essa afirmação pode ser exemplificada por meio da relação entre um professor e um aluno. Na qual o professor detém o conhecimento da ciência que ensina em ato, o aluno, por seu turno, possui esse conhecimento em potência<sup>28</sup>. Essa condição humana torna possível o processo de ensino e aprendizagem e, por isso, Tomás de Aquino comparou o ser humano a uma tábua rasa. Dessa maneira, as pessoas são formadas por aquilo que conhecem e aprendem, conseqüentemente, entendemos a partir de Tomás de Aquino uma possibilidade de aperfeiçoar o ser e agir do ser humano.

No terceiro artigo da questão 79, Tomás de Aquino indagou se deve admitir um intelecto agente. Em sua solução, o mestre dominicano trouxe duas concepções: a primeira de Platão<sup>29</sup> e a segunda de Aristóteles. Tomás de Aquino, do mesmo modo que Aristóteles, acreditava na necessidade da existência do intelecto agente, o que Santin (2018) considerou como sendo uma faculdade do intelecto. Essa faculdade (intelecto agente) possibilitaria a passagem do intelecto passivo a ato, abstraindo os aspectos inteligíveis das coisas para que o intelecto possível tenha acesso a elas.

Mas Aristóteles, de um lado não admitindo a subsistência das formas das coisas naturais, sem matéria; e de outro, dizendo que

---

<sup>28</sup> “E, portanto, deve-se, diferentemente e conforme Aristóteles, dizer que o mestre causa a ciência no discípulo, conduzindo-o de potência a ato (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 117, art. 1. sol.).

<sup>29</sup> Para Platão não havia necessidade de conceber um intelecto agente (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 3. sol.).

as formas existentes na matéria não são inteligíveis em ato, resulta que as naturezas ou formas das coisas sensíveis, que inteligimos, não são inteligíveis em ato. Ora, nada passa da potência para o ato senão por um ser em ato; assim, o sentido torna-se atual pelo sensível atual. Logo, é necessário admitir-se uma virtude, no intelecto, que atualize os inteligíveis, abstraindo as espécies das condições materiais. E essa é a necessidade de se admitir um intelecto agente (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 3. sol.).

Para explicar o intelecto agente, Aristóteles utilizou a analogia da luz. Assim como as cores, objeto próprio da vista, tornam-se visíveis devido a iluminação da luz, assim o objeto inteligível, contido em potência nas imagens, torna-se atual se for iluminado pelo intelecto agente. Gardeil (1967) considerou que o intelecto agente se trata de uma potência ativa que teria a função de elevar ao nível inteligível o objeto que, no estado sensível, não se encontra em conveniente grau de imaterialidade, abstraindo assim, o que há de imaterial no objeto.

O quarto artigo da questão 79 buscou responder se o intelecto agente faz parte da alma ou está fora dela. Este debate se insere em uma discussão mais ampla abordada na questão 76 e na obra *A Unidade do Intelecto...*, por Tomás de Aquino, a fim de refutar a ideia defendida por Averróis, de que o intelecto seria uma substância separada do corpo. A partir dos estudos das obras de Aristóteles como, por exemplo, o *De Anima*, Tomás de Aquino concluiu que o intelecto não possui um órgão em específico, como a visão que se encontra nos olhos. Entretanto, mesmo sem um órgão próprio ao intelecto, ele faz parte do corpo, unido a ele como forma<sup>30</sup> e sendo o intelecto uma das capacidades da alma: “[...] o intelecto é separado do seguinte modo, porque não é uma capacidade no corpo, mas é uma capacidade na alma; a alma, porém, é ato do corpo” (TOMÁS DE AQUINO, *A Unidade do Intelecto...*, §27). Do mesmo modo, o intelecto agente, conforme a concepção tomasiana, faz parte da alma:

O intelecto agente, de que se fala o Filósofo, faz parte da alma. E isso se evidencia considerando que é necessário admitir-se, além da alma intelectual humana, a existência de um intelecto superior, do qual a alma obtém a virtude de entender. Pois,

---

<sup>30</sup> “Resta, portanto, só o modo ensinado por Aristóteles, a saber, que tal homem entende porque o princípio intelectual é a sua forma. Assim, pois, da operação mesma do intelecto resulta que o princípio intelectual está unido ao corpo como forma” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 76, art. 1. sol.).

sempre, o ser participante, móvel, imperfeito, preexige algo de anterior a si, que seja tal, por essência, imóvel e perfeito. Ora, a alma humana é intelectiva, por participação da virtude intelectual. E a prova está em que é intelectiva, não na sua totalidade, mas só em parte; pois, chega à inteligência da verdade, pelo discurso e pelo movimento, argumentando (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 4. sol.).

O intelecto agente estaria na alma de forma que, participando do intelecto superior, auxilia a alma a atualizar os inteligíveis. Conforme os ensinamentos da fé cristã, apenas Deus se configura como intelecto separado, como esclareceu Tomás de Aquino (*ST*, I, q. 79, art. 4. sol.): “[...] o intelecto separado é Deus mesmo, Criador da alma e só em quem ela acha a sua beatitude, como a seguir se mostrará. Por onde, dele é que a alma humana participa a luz intelectual [...]”. Em função disso, diferentemente do intelecto superior (Deus) que para o autor é ato puro, o ser humano possui inteligência imperfeita e necessitaria de um movimento de reflexão e argumentação para alcançar a verdade. Em continuidade ao estudo sobre o intelecto agente, no quinto artigo da quarta questão, buscou-se examinar se ele é único para todos. Tomás de Aquino conclui que é necessário compreender vários intelectos agentes, seguindo a pluralidade das almas. Dessa forma, assim como cada alma pertence a um corpo particular e individual, o intelecto agente também.

Se, porém, tal intelecto faz parte da alma, sendo uma virtude dela, necessário é admitirem-se vários intelectos agentes, segundo a pluralidade das almas, multiplicadas com a multiplicação dos homens, como já antes se disse (q. 76, a. 2). Pois, diversas substâncias não podem ter a mesma virtude, numericamente única (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 5. sol.).

No sexto e sétimo artigo, Tomás de Aquino tratou da memória, respondendo se ela está ou não presente na parte intelectiva da alma e se ela é ou não uma potência diferente do intelecto. Em sua concepção, a memória estaria presente no intelecto pois é de sua natureza conservar as espécies inteligíveis: “A memória é, portanto, o tesouro ou o lugar conservativo das espécies” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 7). Nesse sentido, a memória é responsável por preservar conhecimentos ou habilidades adquiridas no passado. Conforme Ferreira Filho (2016), trata-se de um processo de

reminiscência, que preserva a forma das coisas apreendidas e que poderão ser relembradas após muito tempo.

A exemplo disso, pensemos na vida cotidiana. Um indivíduo aprendeu a dirigir aos dezoito anos de idade, porém volta a dirigir cinco anos depois. Esse sujeito possui o ato de dirigir em sua memória, para voltar conduzir um automóvel ele precisa recordar-se das práticas necessárias para tanto, diferentemente de uma pessoa que nunca dirigiu. Neste caso, é preciso que primeiramente a pessoa aprenda a dirigir, haja vista que possui a potência para tanto, e em seguida conserve esse aprendizado em sua memória. Percebemos que, para Tomás de Aquino, a memória não é apenas receptáculo dos acontecimentos da vida do ser humano, mas uma capacidade de conservar o que foi apreendido anteriormente pelo intelecto e fornecer ao mesmo esse conhecimento com vistas à sua atualização.

As espécies inteligíveis ora estão no intelecto só potencialmente, e então o intelecto é chamado de potencial; ora estão segundo o acabamento último do ato e, então, o intelecto entende em ato; ora, estão de um modo intermédio entre a potência e o ato, e então o intelecto se chama habitual; e, deste último modo, o intelecto conserva as espécies, mesmo quando não as entende em ato (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 6. resp. 3).

Além disso, para Tomás de Aquino a memória se caracterizaria como uma faculdade unicamente humana: “A memória, como conservativa das espécies, não nos é comum com os animais” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 6. resp. 1). Conforme Oliveira (2010), por mais que os animais, assim como os seres humanos, lembrem dos processos de seu dia a dia e de suas necessidades corpóreas como, por exemplo, onde e como conseguir alimento e água, apenas as pessoas são capazes de criar memórias intelectivas. Nessa lógica, a memória permite que os seres humanos possuam consciência da temporalidade, isto é, do passado, do presente e do futuro<sup>31</sup>, de forma que seja possível, por meio da oralidade, da escrita, de imagens e de artefatos, preservar o passado e o que já foi apreendido. O que não ocorre nos animais, visto que

---

<sup>31</sup> Acreditar na possibilidade de um futuro, isto é, projetar-se no tempo, foi um dos aspectos fundamentais para o prevailecimento da espécie humana, haja vista que o ser humano é o único com tal capacidade (HARARI, 2011).

sua memória estaria vinculada ao fator genético, em que as informações necessárias estão codificadas em seus genes (HARARI, 2015).

Em relação a memória ser ou não uma potência diferente do intelecto, Tomás de Aquino defendeu que a única distinção no intelecto seria entre o intelecto possível e o intelecto agente, visto que é necessário que um princípio seja potência ativa e outro, potência passiva. A memória, por seu turno, se configuraria como uma qualidade do intelecto possível: “Por onde é claro, que a memória não é potência diferente do intelecto. Porém, é da essência da potência passiva conservar, bem como receber” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 7. sol.). A partir disso, vemos que a memória é inerente ao homem, possibilitando que ele aprenda e conserve esse aprendizado o utilizando quando necessário.

No oitavo artigo debate-se se a razão é uma potência diferente do intelecto. Para entendermos esse problema, faz-se necessário pensar em duas observações que foram salientadas por Tomás de Aquino. A primeira, a operação própria do intelecto e a da razão e a segunda, a comparação entre a forma de inteligência dos anjos e dos seres humanos. Em *A Unidade do Intelecto...* (§ 60) o filósofo e teólogo afirmou que a operação própria do intelecto é entender: “[...] de acordo com a doutrina de Aristóteles, é preciso considerar os princípios dos atos a partir dos atos, parece que isso deve ser considerado primeiro a partir do ato mesmo, próprio do intelecto, que é entender”. A razão, por sua vez, seria: “[...] ao passo que raciocinar é proceder de uma para outra inteligência, para conhecer a verdade inteligível” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 8, sol.). Com efeito, o intelecto é o entender propriamente dito e a razão é o movimento que se realiza para se conhecer e chegar até a verdade inteligível. Conforme Ferreira Filho (2016), o raciocínio humano opera por meio do método de pesquisa e invenção para compreender os primeiros princípios, isto é, conhecimentos tidos como absolutos. Depois, pelo método da dedução, o intelecto revisita os primeiros princípios, à luz dos quais examina o que descobriu.

Desse modo, compreendemos que a razão não é uma potência diferente do intelecto, mas que possuem atos distintos, conhecer é ato do intelecto e raciocinar é ato da razão. Por isso, em sua solução Tomás de Aquino declarou: “A razão e o intelecto, no homem, não podem ser potências diversas” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 8. sol.). Ou seja, para ser a mesma potência, não

é necessário que realizem a mesma operação. Nesse sentido, como seres humanos, temos tanto a possibilidade de conhecer (ato do intelecto), como a possibilidade de raciocinar (ato da razão). Essas duas qualidades permitem que as pessoas possuam novas descobertas, experiências e conhecimentos, o que pode ocasionar em novas forma de ser e estar em sociedade.

Resolvida essa primeira observação, pensemos agora sobre a forma como os anjos e os seres humanos apreendem a verdade das coisas. Para Tomás de Aquino, os anjos, diferentemente das pessoas, já possuem perfeitamente o conhecimento da verdade inteligível, de modo que não necessitam realizar o movimento da razão para conhecer. Os seres humanos, por seu turno, possuem um processo para apreenderem a verdade das coisas, processo o qual a razão é responsável por auxiliar a transitar de um conhecimento a outro. Dessa forma, o ser humano precisa conhecer, pesquisar, refletir e argumentar até que alcance a verdade.

Ora, é patente que o raciocinar está para o inteligir, como o ser movido para o repousar, ou o adquirir para o possuir; dos quais termos um pertence ao perfeito, o outro, porém, ao imperfeito. E como o movimento sempre procede do imóvel e termina no repouso, daí vem que o raciocínio humano, por via de inquisição ou de invenção, procede de certos princípios absolutamente inteligidos, que são os primeiros princípios; e, de novo, por via do juízo, volta, decompondo, aos primeiros princípios, à luz dos quais examina o que descobriu. Ora, é manifesto, que o ser movido e o repousar, mesmo nas coisas naturais, não se reduzem a potências diversas, mas a uma só e mesma; pois, é pela mesma natureza que uma coisa se move e repousa localmente. Logo, com muito maior razão, pela mesma potência inteligimos e raciocinamos. E assim, é claro que, no homem, a razão e o intelecto constituem a mesma potência (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 8. sol.).

No artigo nono o debate ainda se concentra sobre a razão, entretanto, neste momento se questionou se é o caso da razão superior e da razão inferior serem potências distintas. Conforme Tomás de Aquino, elas são a mesma potência, porém se diferenciam por meio de sua função, de modo que uma é designada a sapiência e outra a ciência:

Por onde, a razão superior e a inferior são uma só e mesma potência; distinguindo-se, porém, pela função dos atos e pelos diversos hábitos; assim, à razão superior se atribui a sapiência

e, à inferior, a ciência (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 9. sol.).

Santin e Oliveira (2019) observaram que não é possível distinguir razão superior e inferior de um ponto de vista estrutural, mas identificar diferentes formas de se exercitar o intelecto, de modo que a razão superior seria voltada para sapiência, que se refere a um saber mais profundo e permanente e a razão inferior, convergiria para um saber transitório capaz de instigar o intelecto a alcançar a sapiência.

Assim, quando nós conseguimos atingir “a verdade das coisas”, isto é, os aspectos essenciais da realidade que reproduzem, ainda que imitativa e imperfeitamente, a coisa pensada no intelecto divino no ato da criação, aí sim alcançamos a sabedoria, a razão superior. Quando conhecemos a realidade de maneira superficial, no sentido de não atingir sua essência necessária, temos então o hábito da ciência -uma inclinação para o conhecimento da verdade cuja realização depende de um ato voluntário (SANTIN; OLIVEIRA, 2019, p. 463).

A razão inferior é subordinada e regulada pela razão superior, o que nos remeteu ao artigo anterior em que Tomás de Aquino definiu a razão como um movimento necessário ao ser humano para se chegar à verdade. No entanto, a transição entre razão superior e inferior é dependente das motivações e ações dos seres humanos, na medida em que se interessam em tornar um conhecimento que, inicialmente, era superficial, em aprofundado, a partir de novas descobertas, pesquisas e reflexões: “A razão inferior é considerada como deduzida da superior e como por esta regulada, enquanto os princípios, de que usa aquela, são deduzidos dos princípios desta e por eles regulados (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 9. resp. 2).

No décimo artigo, Tomás de Aquino refletiu sobre a inteligência ser ou não uma potência diferente do intelecto. Em sua solução, percebemos a preocupação em esclarecer o significado do vocábulo inteligência, que seria o ato mesmo do intelecto, neste caso, o inteligir. O filósofo e teólogo esclareceu que em alguns livros árabes os anjos são denominados de ‘inteligência’, visto que inteligem em ato. Nos livros gregos, todavia, são denominados como ‘intelectos’ ou ‘mente’. Dessa forma, a inteligência não se diferencia do intelecto como uma potência, mas como ato da potência. Além disso, Tomás de Aquino

esclareceu que Aristóteles, Boécio e Damasceno admitiam quatro intelectos, sendo eles, o agente, o possível, o habitual e o atual. O agente e o possível se configuram como potências diferentes, pois nos seres existem a potência ativa e outra passiva. Os intelectos habitual e atual referem-se aos estados do intelecto possível. Estando em ato primeiro (ciência) chama-se habitual e, em ato, segundo (sabedoria) chama-se atual. Como Santin (2018) salientou é notável que Tomás de Aquino esforçou-se para deixar claro seu conceito de intelecto, procurando afastar-se das controvérsias conceituais decorrentes de diferentes interpretações.

No décimo artigo, também consideramos importante destacar a respostas da terceira objeção, na qual Tomás de Aquino estabeleceu certo movimento originário da potência intelectual para se alcançar a sabedoria. Primeiramente, a potência intelectual apreende algo, o que o filósofo e teólogo estabeleceu como intelecção, por conseguinte, ordena o que apreendeu a conhecer ou operar em outra coisa, e a isto se definiu como intenção, por terceiro deve-se indagar, o que considerou como cogitação. Em quarto é preciso examinar o que foi cogitado, alcançando assim a sabedoria. É interessante destacarmos que, Tomás de Aquino demonstrou que em conjunto com a sabedoria deveria estar a prudência, de modo que só seria sábio aquele que também fosse prudente, como podemos observar: “[...] o exame do que foi cogitado, à luz de princípios certos, chama-se saber ou ter sabedoria, nisso consistindo a prudência ou sapiência, pois, pertence a sapiência julgar [...]” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 10. resp. 3). Por fim, ao crer estar certo, é necessário pensar em como manifestar a verdade a outros.

No décimo primeiro artigo foi examinado se o intelecto especulativo e o prático são potências diversas. O filósofo e teólogo concluiu que o primeiro não comanda o que apreendeu para a ação, apenas para a consideração da verdade, já o segundo, ordena para ação. Como salientado por Ferreira Filho (2016), uma potência não pode se transformar em outra, logo, não se trata de duas potências distintas, mas de uma diferença operativa:

E nisto está a diferença entre o intelecto especulativo e o prático; o que aquele apreende não se ordena à operação, mas só à consideração da verdade; ao passo que, o apreendido, por este se ordena à operação (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 11, sol.).

Em seu décimo segundo artigo, Tomás de Aquino esclareceu se a *sindérese* era ou não uma potência distinta das outras. A *sindérese*, em sua concepção, não se tratava de uma potência, mas de um hábito natural<sup>32</sup>:

Por onde, também os princípios das coisas operáveis, naturalmente ínsitos em nós, não pertencem a uma potência especial, mas a um hábito natural especial, a que chamamos *sindérese*. E, por isso, se diz que a *sindérese* instiga ao bem e murmura contra o mal, enquanto, pelos primeiros princípios, procedemos a descobrir e julgamos do descoberto. Logo, é claro, a *sindérese* não é uma potência, mas um hábito natural (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 12. sol.).

Rocha, Albertuni e Espíndola (2010, p. 1681) definiram a *sindérese* como: “[...] uma espécie de “centelha” da consciência com a função de direcionar o comportamento”. Portanto, compreendemos a *sindérese* como uma “intuição” que se constitui como um hábito natural infuso por Deus e distinto da consciência, que contribuiria para que o ser humano tomasse decisões assertivas.

O décimo terceiro e último artigo da questão 79, questionou sobre a consciência ser uma potência da alma. Em sua solução, Tomás de Aquino concluiu que a consciência se configuraria como um ato da alma e não uma potência. Para explicar sua afirmação, ele principiou pelo significado etimológico da palavra consciência: “Segundo, pois, a propriedade do vocábulo, a consciência importa a ordenação da ciência para alguma coisa, porquanto, consciência significa ciência com outra coisa” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 13. sol.). Isto posto, a aplicação da ciência se estabelece como ato em relação a alguma coisa. Em seguida, Tomás de Aquino trouxe atributos que podem ser designados a consciência, sendo eles: testificar, instigar e acusar.

E essa aplicação se faz de três modos. — Primeiro, quando reconhecemos ter ou não feito alguma coisa, segundo a Escritura (Ecle 7, 23): Porque sabes na tua consciência que também tu muitas vezes tens dito mal de outros. E, neste caso, diz-se que a consciência testifica. — Segundo, quando pela

---

<sup>32</sup> Princípios naturalmente conhecidos por si mesmo, podendo ser pertencentes a natureza do ser/pessoa ou a um princípio exterior (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 12); (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II, q. 51, art. 1.).

nossa consciência julgamos dever fazer alguma coisa, ou não. E então, diz-se que a consciência instiga ou liga. — Terceiro, quando, pela consciência, julgamos que alguma coisa foi bem ou mal feita. E então, diz-se que a consciência acusa ou remorde (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 13. sol.).

É notável como ambos os atributos designados são consequência da ciência do ser humano em relação ao ato praticado, como salientou Tomás de Aquino. Assim, nós, seres humanos, temos a ciência de que estamos fazendo algo de errado ou de bom. Ao admitir a consciência em ato, admite-se também que o ser humano é o senhor de suas ações e responsável por suas escolhas e pelos atos praticados. Com efeito, a consciência permite que reflitamos sobre nossos pensamentos e nossas ações, de forma que as aperfeiçoemos a partir de nossas experiências. Finalizando sua argumentação, Tomás de Aquino explicitou o porquê de autores como Jerônimo, Basílio e Damasceno entenderem o termo consciência como sinônimo de *sindérese*, tendo em vista que: “[...] como o hábito é o princípio do ato, às vezes se atribui o nome de consciência ao hábito primeiro natural, a saber, a *sindérese*” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 79, art. 13. sol.).

A partir da análise dos artigos da questão 79, compreendemos que o conceito de intelecto para Aristóteles e Tomás de Aquino era admitido como a potência da alma que nos identifica como seres humanos, como a forma do corpo e nossa função como ser humano racional<sup>33</sup>. Conforme Tomás de Aquino: “Deve-se admitir que o intelecto, princípio da operação intelectual, é a forma do corpo humano. Pois, aquilo que faz, primariamente, com que um ser opere, é a forma do ser ao qual se atribui a operação” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 76, art. 1. sol.).

Após refletirmos sobre a condição intelectual do homem, segundo Tomás de Aquino, para aprofundarmos nossos estudos sobre o ser humano e a relação de seus pensamentos, ideais e palavras com suas ações e comportamentos, de modo a entendê-lo como um ser racional que é capaz de pensar, escolher e agir

---

<sup>33</sup> [...] se realmente assim é [e afirmamos ser a função do homem uma certa espécie de vida, e esta vida uma atividade ou ações da alma que implicam um princípio racional; e acrescentamos que a função de um bom homem é uma boa e nobre realização das mesmas; e se qualquer ação é bem realizada quanto está de acordo com a excelência que lhe é própria; se realmente assim é] [...] (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, liv. II, 1098 a).

por vontade própria, faz-se necessário retomarmos o livro I da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles.

Nessa obra, o filósofo realizou uma investigação acerca da felicidade, em resumo, de como o ser humano pode alcançá-la e qual sua relação com nosso caráter. Para o filósofo grego, a partir do momento em que a pessoa possuísse consciência de sua essência intelectual e a transparecesse em suas ações, estaria cumprindo com sua função no cosmos. Conseqüentemente, ao cumprir sua função com excelência, seria possível que ela alcançasse a felicidade, nomeada por Aristóteles como *eudaimonia*<sup>34</sup>, isto é, a realização completa do ser.

No entanto, a alma humana, além de possuir a capacidade de entender, possuiria a faculdade para crescer/nutrir-se e sentir, como elucidamos acima. O que observamos em nossa sociedade e, anteriormente pensado por Aristóteles, é que o ser humano, muitas vezes, é movido por sua vontade<sup>35</sup> e, que essa vontade pode ser guiada tanto pelos sentidos, como pelo intelecto<sup>36</sup>. De acordo com Aristóteles, na alma há algo de racional, mas também, algo de irracional:

A respeito são feitas afirmações bastante exatas, mesmo nas discussões estranhas à nossa escola; e delas devemos utilizar-nos agora. Por exemplo: que a alma tem uma parte racional e outra parte privada de razão. Que elas sejam distintas como as partes do corpo ou de qualquer coisa divisível, ou distintas por definição mas inseparáveis por natureza, como côncavo e o convexo na circunferência de um círculo [...] (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, liv. I, 1102 a).

---

<sup>34</sup> Nas palavras de Zingano (1994, p.11) a *eudaimonia* seria: Desejar a eudaimonia como último fim não significa desejar um certo fim em detrimento de outros, mas sim desejar uma harmonia entre nossos fins; a eudaimonia é, assim, a realização completa e harmoniosa de fins primários, fins primários sendo aqueles fins em vista dos quais todas as outras coisas são feitas.

<sup>35</sup> Tomás de Aquino, assim como Aristóteles, reafirmou que a escolha era o fator responsável por mover todas as outras faculdades: O sujeito do hábito, porém, considerado absolutamente como virtude, não pode ser senão à vontade, ou alguma potência movida por ela. **E a razão é que a vontade move todas as demais faculdades, de certo modo racionais, para os seus atos, como já dissemos. E, portanto, é por ter boa vontade que o homem age bem.** Logo, a virtude que nos leva a agir bem atualmente, e não só em possibilidade, é necessário exista ou na vontade mesma, ou em alguma potência enquanto movida por esta (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 56, art. 3. sol. *grifo nosso*).

<sup>36</sup> A origem da ação, sua causa eficiente, não final, é a escolha, e a da escolha é o desejo e o raciocínio com um fim em vista. Eis aí por que a escolha não pode existir nem sem razão e intelecto, nem sem uma disposição moral; pois a boa ação e o seu contrário não podem existir sem uma combinação de intelecto e de caráter (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, I.VI, 35, 1139 a).

Na parte racional estaria o intelecto, responsável pela especulação, reflexão e racionalização, já na parte irracional as sensações, os apetites e as paixões e, mesmo possuindo fins diversos, ambas as partes são inseparáveis por natureza, assim como também observou Tomás de Aquino:

Assim como, pois, a superfície pentagonal não o é, pela figura pentagonal e pela tetragonal, porque esta seria inútil, desde que está contida naquela; assim também Sócrates não é homem, por uma alma, e animal, por outra, senão por uma só e mesma (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 76, sol.).

Devido as partes da alma possuírem a mesma natureza, Aristóteles e Tomás de Aquino acreditavam na possibilidade de uma das partes predominar, e até mesmo, governar a outra, como destacou o mestre dominicano na questão 76 da *Suma I*: “A terceira razão da impossibilidade está em que uma operação da alma, quando intensa, impede a outra; o que de nenhum modo se daria se o princípio das ações não fosse essencialmente uno” (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q. 76, sol). E do mesmo modo, o filósofo grego:

Que, de certo modo, o elemento irracional é persuadido pela razão, também estão a indicá-lo os conselhos que se costumam dar, assim como todas as censuras e exortações. E, se convém afirmar que também esse elemento possui um princípio racional, o que possui princípio (como também o que carece dele) será de dupla natureza: uma parte possuindo-o em si mesma e no sentido rigoroso do termo, e a outra com a tendência de obedecer-lhe como um filho obedece ao pai (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, liv. II, 1103 a).

No entanto, a questão que se apresenta é de ordem filosófica-moral na medida em que é preciso saber como a parte intelectual pode se sobressair sob a parte sensitiva da alma. A resposta encontramos no livro II da *Ética a Nicômaco*, no qual Aristóteles estabeleceu a virtude moral como um meio para tanto. Segundo o filósofo existem duas espécies de virtudes, uma intelectual e a outra moral. A primeira adquirimos por intermédio do ensino, necessitando de tempo e experiência. Já a segunda, obteríamos por meio dos hábitos. Conforme MacIntyr (2001, p. 262), a distinção entre os dois modelos de virtudes aristotélicas, inicialmente, é dada pelo modo como são adquiridas, sendo: “[...] as virtudes intelectuais são adquiridas por meio de instrução, as virtudes do

caráter por meio do exercício habitual”. No entanto, o autor ressaltou que para Aristóteles a virtude intelectual e a virtude moral não podem se separar, pois assim como o exercício da inteligência requer prática, o caráter moral necessita da inteligência para entender uma disposição natural e sua virtude correspondente:

Nós nos tornamos justos ou corajosos ao realizar atos justos ou corajosos; nós nos tornamos teórica ou praticamente sábios em consequência da instrução sistemática. Contudo, esses dois tipos de educação moral estão intimamente relacionados. Quando transformamos nossas disposições, inicialmente naturais, em virtudes do caráter, fazemo-lo por meio do exercício gradual dessas disposições *kata ton orthon logon*. O exercício da inteligência é o que faz a grande diferença entre uma disposição natural de certo tipo e a virtude correspondente. Inversamente, o exercício da inteligência prática requer a presença das virtudes do caráter; caso contrário, degenera-se ou permanece desde o início mera capacidade engenhosa de ligar meios a qualquer fim, em vez de ligá-los a fins que sejam genuínos bens para o homem. Segundo Aristóteles, então, excelência de caráter e inteligência não podem separar-se (MACINTYR, 2001, p. 262, *grifo do autor*).

Ambas as virtudes não surgiriam no ser humano de forma natural, tendo em vista que nada que existe naturalmente poderia criar um hábito que vá de encontro a sua natureza, a exemplo disso, Aristóteles (*Ética a Nicômaco*, liv. II, 20, 1103 a) citou a pedra que não pode se mover para cima e o fogo que não pode dirigir se para baixo. No entanto, como apreendemos por meio de MacIntyr (2001), a virtude intelectual (educação) e a virtude moral estão intrinsecamente relacionadas, de modo que os hábitos podem ser apreendidos e aperfeiçoados por meio da educação e de sua prática contínua, podendo se assemelhar a uma segunda natureza: “O hábito, meu caro, não é senão uma longa prática que acaba por fazer-se de natureza” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, liv. VI, 15, 1152 a). Semelhantemente, a virtude intelectual é conservada por meio dos hábitos.

Assim como o hábito não é adquirido de modo natural, para se alcançar a virtude são necessários hábitos virtuosos. Conforme Aristóteles, o ser humano não nasce virtuoso, porém ele possui a capacidade de se tornar virtuoso, do mesmo modo que possuímos a potência para entender. A definição de virtude apresentada por MacIntyr (2001, p. 321) em *Depois da virtude* contribuiu para

que a entendêssemos como algo que pode ser adquirido, a depender do ser humano: “[...] virtude é uma qualidade humana adquirida, cuja posse e exercício costuma nos capacitar a alcançar aqueles bens internos às práticas e cuja ausência efetivamente nos impede, para todos os efeitos, de alcançar tais bens”.

Nesse sentido, o hábito se configura como uma habilidade humana capaz de regular as ações e demonstrar o modo de pensar e ser da pessoa. Ora, Aristóteles defendeu que o ser humano só realmente aprende uma ação quando a realiza na prática, ou só realmente é o que diz ser quando possui ações intencionais condizentes com o que professa. Desse modo, acreditamos que o conceito de hábito é primordial para entendermos as virtudes morais, as relacionando com os componentes emocionais e racionais do ser humano, com vistas a compreender a natureza de seus vícios e de suas virtudes.

Com as virtudes dá-se exatamente o oposto: adquirimo-las pelo exercício, como também sucede com as artes. Com efeito, as coisas que temos de aprender antes de poder fazê-las, aprendemo-las fazendo; por exemplo, os homens tornam-se arquitetos construindo e tocadores de lira tangendo esse instrumento. Da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos, e assim com a temperança, a bravura, etc (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, liv. II, 1103 b).

Aristóteles, em seguida, destacou dois fatores em relação as virtudes morais. O primeiro é que as virtudes morais são estabelecidas por meio das relações entre os seres humanos, então, como salientamos anteriormente, uma pessoa só é corajosa quando sua ação demonstrar sua coragem. O segundo seria que os hábitos podem determinar diferentes tomadas de decisões por diferentes pessoas em uma mesma circunstância. A exemplo disso, pensemos na metáfora utilizada por La Boetie que, em seu livro *Discurso sobre a servidão voluntária*, narrou a história de dois cães irmãos, amamentados pelo mesmo leite e adotados por Licurgo. A criação de um dos cães era restrita a permanecer na área da cozinha, já o outro, era acostumado a correr pelos campos. Certo dia, com o propósito de demonstrar a influência da educação na vida do ser humano, Licurgo colocou os dois cães no meio de uma praça e próximo a eles um prato de sopa e uma lebre. O cão, habituado a permanecer apenas na cozinha, correu para a sopa, já o irmão habituado a correr livremente pelos campos foi em direção a lebre. Vemos que o modo como foram educados e, conseqüentemente,

os hábitos que lhes foram inculcados com o tempo determinaram diferentes reações, mesmo que se tratasse de irmãos. Portanto, tanto a forma como somos educados e os hábitos que conservamos influenciam diretamente no nosso modo de agir, e por isso, MacIntyr (2001) destacou que as virtudes intelectuais e as virtudes morais não podem separar-se.

Ainda, a excelência moral relaciona-se com os prazeres e as dores. Segundo Aristóteles, é devido ao prazer que praticamos ações consideradas como ruins, ou nos abtemos de certas ações pelo medo da dor que elas podem nos causar: “[...] é por causa do prazer que praticamos más ações, e por causa da dor nos abtemos de ações nobres” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, liv. II, 10, 1104 b). No entanto, os prazeres e as dores se configuram como uma via de mão dupla, pois é possível que por meio deles o sujeito se torne um ser humano melhor, buscando-os ou evitando-os:

Demos por assentado, pois, que a virtude tem que ver com prazeres e dores; que, pelos mesmos atos de que ela se origina, tanto é acrescida como, se tais atos são praticados de modo diferente, destruída; e que os atos de onde surgiu a virtude são os mesmos em que ela se atualiza (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, liv. II, 15, 1105 a).

Com efeito, para Aristóteles era pertinente vivenciar os diferentes sentimentos de prazer ou dor, como a tristeza, o medo, a ira, a compaixão, a confiança ou a alegria, contudo, era necessário praticá-los com mediania. Era preciso que as pessoas sentissem os prazeres e as dores de forma apropriada, com os objetos e pessoas adequadas, pelo motivo correto e de maneira pertinente. Isso, apenas uma pessoa com sabedoria prática poderia fazer, conforme o filósofo observou:

A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consiste numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, liv. II, 1107 a).

É relevante destacarmos que nem todas as ações ou paixões admitiriam o estado de mediania, independente da forma que fossem exercidas, como evidenciou Aristóteles:

Mas nem toda ação e paixão admite um meio-termo, pois algumas tem nomes que já de si mesmo implicam maldade, como o despeito, despudor, a inveja, e, no campo das ações, o adultério, o furto, o assassinio. Todas essas coisas e outras semelhantes implicam, nos próprios nomes, que são más em si mesmas, e não o seu excesso ou deficiência. Nelas jamais pode haver retidão, mas unicamente o erro. E, no que se refere a essas coisas, tampouco a bondade ou a maldade dependem de cometer adultério com a mulher apropriada, na ocasião com a mulher apropriada, na ocasião e da maneira convenientes, mas fazer simplesmente qualquer delas é um mal (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, liv. II, 15, 1107 a).

Portanto, a pessoa dotada de sabedoria prática compreenderia que os prazeres e as dores devem ser sentidos em mediania e que certas ações não admitiriam um meio-termo, independentemente da situação ou circunstância. Aristóteles compreendia que não seria uma tarefa fácil definir o meio-termo, por isso, aconselhava que se não fosse capaz de encontrá-lo, que escolhesse o que mais se assemelha a ele. Em suma, para Aristóteles, o agir constante em busca do meio-termo geraria um hábito, este, por sua vez, conforme repetições constantes durante determinado tempo poderia se tornar uma segunda natureza do ser humano, a qual seria difícil de mudar.

Desse modo, em nosso discernimento, o intelecto, juntamente com os hábitos virtuosos possibilitaria a saída da “caverna”<sup>37</sup>, isto é, o abandono de uma existência puramente sensitiva e locomotiva semelhante a vida dos animais para uma vida intelectual e racional, em busca da verdade. Não é sem razão que Tomás de Aquino entendia o intelecto como condição fundamental do ser humano. É isso que essencialmente torna o ser humano diferente de outras espécies e permite que ele seja senhor de suas ações.

Nesse sentido, é com base na definição dos conceitos anteriormente explicitados e pensando no contexto social, político e econômico da França do século XIX que analisamos os comportamentos e as ações das personagens das obras: *Bola de Sebo* (1880); *O Colar* (1884); *Bel-Ami* (1885); de Guy de Maupassant. Com efeito, entendemos as personagens como representações das pessoas da sociedade do século XIX, mas que também demonstram

---

<sup>37</sup> Metáfora com base na alegoria Caverna de Platão apresentada em A República no livro VII.

pensamentos e atitudes atemporais, isto é, que transcendem os séculos e fazem parte dos seres humanos em si mesmos.

#### **4. A PRESENÇA IMPLÍCITA DO HÁBITO E DO INTELECTO NA NATUREZA HUMANA: UMA DEMONSTRAÇÃO A PARTIR DOS COMPORTAMENTOS E DAS RELAÇÕES SOCIAIS DAS PERSONAGENS DE MAUPASSANT.**

*Com sol e chuva você sonhava  
Queria ser melhor depois  
Você queria ser o grande herói das  
  estradas  
Tudo que você queria ser  
  Sei um segredo  
  Você tem medo [...]  
  Mas não importa, não faz mal  
Você ainda pensa e é melhor do que nada  
  Tudo que você consegue ser [...]  
(BORGES, Lô; BORGES, Márcio. *Tudo o  
que você podia ser*, 1972).*

Nesta seção, apresentamos o resultado da nossa análise literária dos contos *Bola de Sebo* (1880) e *O Colar* (1884) e do livro *Bel-Ami* (1885) de Guy de Maupassant, de modo que possamos refletir sobre contexto no qual as personagens estavam inseridas e os conceitos de intelecto e hábito apresentados no capítulo anterior com base nas personagens e em suas ações. Para a construção da análise literária, recorreremos, em especial, aos estudos e recomendações de Bosi (1986) e Massaund (2007). Ambos os autores contribuíram para realizarmos uma leitura consciente, construirmos uma análise e elaborarmos um discurso de compreensão das obras selecionadas para esta pesquisa. A partir disso, é possível que o leitor desenvolva uma ideia do que o autor/escritor da obra desejou transmitir com sua concepção.

Conforme Massaund (2007), uma análise se refere a um processo de decomposição de partes fundamentais, assim, a análise literária trata-se de desmontar o texto literário buscando conhecer os elementos que o estruturam. Ainda, para o autor, a análise constitui um modo de ler, perceber e entender a obra e, portanto, uma forma de se ensinar a ler e entender. Em conformidade,

Fiorin (1995) advertiu sobre o conceito de texto, sendo este, um objeto de significação dotado de sentido e de uma organização específica, diferentemente da frase. Isso significa, portanto, a necessidade de estabelecer um relevo especial ao exame dos mecanismos e procedimentos que compõem o texto.

Cabe lembrar que a palavra texto provém do verbo *latino texo, is, texui, textum, texere*, que quer dizer tecer. Da mesma forma que um tecido não é um amontoado desorganizado de fios, o texto não é um amontoado de frases, nem uma grande frase. Tem ele uma estrutura, que garante que o sentido seja apreendido em sua globalidade, que o significado de cada uma de suas partes dependa do todo (FIORIN, 1995, p. 165-166, grifo do autor).

Com efeito, a análise não deve constituir-se a partir da palavra pela palavra, mas da palavra como um intermediário entre o leitor e um conteúdo de ideias, emoções, sentimentos e ações que compõem o texto. Nesse processo de decomposição do texto, é relevante destacar, o papel do intérprete. Para Bosi (1986, p. 275) interpretar é eleger “[...] (ex-legere: escolher) [...]”, entre as possibilidades semânticas aquelas que permitem respondermos à questão: “[...] o que o texto quer nos dizer?”. Desse modo, conforme o autor, o intérprete pretende e ambiciona elaborar um discurso de compreensão, tornando sua leitura singular, em universal a uma certa comunidade de leitores.

Nessa perspectiva, buscamos tornar visível os conceitos de intelecto e hábito nas ações humanas por meio das personagens de Maupassant. Para tanto, seguimos o percurso de leitura e escrita delineado por Massaud (2007) para realizar uma análise literária, que consistiu em, inicialmente, realizar uma leitura integral e descontraída, isto é, um primeiro contato com a obra. E posteriormente, uma releitura de análise, assinalando no texto as passagens que chamaram nossa atenção ou que envolveram problemas de entendimento por nossa parte. Para resolução desse problema de entendimento, o autor recomendou a consulta do dicionário que pode permitir a compreensão das denotações das palavras e de expressões. Na releitura também se faz necessário apontar e interpretar as constantes ou recorrências textuais. Nas narrativas de Maupassant, com caráter predominantemente realista, percebemos com frequência repetições textuais, como por exemplo, em *Bel-Ami*, quando descrevendo Georges Duroy, o autor enfatizou o quanto era um jovem

sedutor e ambicioso. A partir da leitura integral do livro, compreendemos que essa característica ressaltada pelo autor é essencial para entendermos a forma como Duroy se relacionava com as outras personagens.

Massaund (2007) salientou também a necessidade de se recorrer a fontes secundárias, como a biografia e ao contexto histórico o qual o autor pertenceu. Em conformidade, Bosi (1986) elegeu como papel do intérprete recuperar para o leitor o evento complexo, subjetivo e histórico ao qual o escritor deu forma, de modo a tratar a interpretação literária como um projeto cultural aberto. Isto é, entender que o entorno político, social e cultural influencia diretamente, tanto na produção da obra do escritor, como em nossa interpretação singular.

Daí que se torna útil ter em conta que a análise trabalha com elementos extrínsecos, elementos formais e elementos intrínsecos. Os primeiros referem-se aos aspectos exteriores da obra, ao contexto em que se inscreve, e por isso poderiam ser chamados de contextuais, como a biografia do autor e da obra, as relações do texto com a Política, a História, a Sociologia, a Antropologia, a Estatística etc. Os elementos formais dizem respeito à obra em si, e por isso podem confundir-se em os extrínsecos, como a análise do tecido metafórico, a ironia, a ambiguidade, o ritmo, a métrica, a técnica de composição etc. Os elementos intrínsecos propriamente ditos remontam aos aspectos “interiores”, situados “dentro” da malha expressiva das imagens, símbolos, etc., e correspondem ao que se denomina de “conteúdo”, ou a camada que circulam as forças motrizes (MASSAUND, 2007, p. 33).

Realizada a leitura consciente e conhecendo os aspectos externos e internos da vida do autor, devemos partir para compreensão da microanálise e da macroanálise, as reconhecendo como os próximos estágios para uma análise literária. Conforme Massaund (2007), a microanálise se refere a análise particularizada das microestruturas que compõem a narrativa, sendo elas: o tempo; o lugar; as personagens; as ações. É buscar entender o tempo e o lugar em que a obra se passou, no caso de Maupassant, a França do século XIX. Se suas personagens são planas, isto é, personagens bidimensionais, que não são amplamente desenvolvidas na narrativa, não possuem profundidade, um defeito e apenas uma qualidade, ou personagens redondas. Esta última, “[...] ostentariam a dimensão que falta às outras e, por isso, possuiriam uma série complexa de qualidades ou/ e defeitos” (MASSAUND, 2007, p. 110).

Naturalmente, conhecendo as personalidades e características principais das personagens, compreenderemos a coerência de suas ações, observando o quanto elas retratam a descrição comportamental concebida pelo autor.

Ao pretenderem nos dar a representação exata do que acontece na vida, evitam com cuidado qualquer dissertação sobre os motivos, e se limitam a fazer desfilar diante de nossos olhos as personagens e acontecimentos. Em vez de explicar o estado de espírito de uma personagem, os escritores objetivos procuram a ação ou o gesto que esse estado de alma, fatalmente, deve levar este homem a comprimir numa determinada situação. E eles o fazem se comportar de tal maneira no livro inteiro que todos seus atos, todos seus movimentos sejam o reflexo de sua natureza íntima, de todos os seus pensamentos, de todas as suas vontades e todas suas hesitações. Eles escondem, portanto, a psicologia em vez de espalhá-la, fazem dela a carcaça da obra, como a ossatura invisível é a carcaça do corpo humano. O pintor que faz nossos retratos não mostra nosso esqueleto (MAUPASSANT, 1987, p. 710).

Em um estágio seguinte, passamos para macroanálise, que condiz a interpretar as microestruturas, anteriormente analisadas no estágio da microanálise, de forma conectada, procurando entender como e porque esses fatores se relacionam e a forma como isso pode afetar no desenvolvimento da personagem.

Visto que objetiva a sondagem dinâmica e totalizante dos que está por “dentro” das, ou implícito nas, microestruturas, a macroanálise identifica-se antes de tudo por sua verticalidade, pois anela investigara esfera dos conceitos, sentimentos e emoções que subjaz ao plano das microestruturas (MASSAUND, 2007, p. 88).

Por fim, parte-se para o momento de escrita, reflexão e reescrita, de modo a empreender a construção de um discurso narrativo que torne sua leitura individual e singular em um texto de sentido inteligível, que colabore com o olhar do outro sobre a obra, mas que também vá além disso, agregando novas ideias e percepções.

#### 4. 1 Contos *Bola de Sebo* e *O Colar* e o livro *Bel-Ami*.

Para efeitos didáticos, principiaremos pelos contos *Bola de Sebo* (1880) e *O Colar* (1884), e por último, o livro *Bel-Ami* (1885). Focaremos em entender as personagens e observar suas ações, seguindo os conselhos e estágios propostos por Massaund (2007), de modo que possamos perceber a presença dos conceitos de intelecto e hábito.

Logo no primeiro parágrafo do conto *Bola de Sebo*, percebemos um esforço de Maupassant em apresentar a situação da Guerra Franco-Prussiana para o leitor, em especial, na cidade de Rouen. Seu esforço não foi em vão, a descrição da cidade auxiliou, como leitora, a vislumbrar e a imaginar a situação de vida dos moradores dessa cidade e o porquê, de alguns deles, estarem procurando se mudar para outros destinos.

Durante dias e dias, haviam atravessado a cidade os destroços do exército batido. Não eram tropas, mas hordas em debandada. [...] Viam-se principalmente os mobilizados, gente pacífica, rendeiros tranquilos, curvados sob o peso do fuzil; rapazolas espertos, fáceis de assustar e de entusiasmar, tão prontos para o ataque como para a fuga; depois, no meio deles, alguns culotes vermelhos, sobreviventes de uma divisão esfacelada numa grande batalha; artilheiros sombrios a ombrear com aquela milícia colorida; e, por vezes, o brilhante capacete de um dragão de passo arrastado que seguia penosamente a marcha mais rápida dos soldados de infantaria (MAUPASSANT, 1987, p. 3).

Em meio à guerra, dez passageiros buscavam sair da cidade amedrontados por especulações sobre uma iminente invasão: “Os prussianos iam entrar em Rouen, diziam”<sup>38</sup>. A vida na cidade estava parada, as lojas fechadas e as ruas desertas, suas esperanças estavam em porto Havre, no momento ocupado por franceses. Esse interesse de saída, fez com que dez passageiros recorressem aos oficiais alemães solicitando uma autorização para viajar. Essa situação reafirma o que descrevemos na segunda seção dessa pesquisa, quando discorremos sobre a Guerra Franco-Prussiana e compreendemos que se tratou de um momento de desestabilidade política, econômica e social, que gerou desemprego e fome na França.

---

<sup>38</sup> (MAUPASSANT, 1987, p. 3).

Nessa viagem, inicialmente, conhecemos Sr. Loiseau e a sua esposa, Sra. Loiseau, dois atacadistas de vinho. O homem, havia adquirido o patrimônio de um antigo chefe que estava a falência, e conseguiu construir sua própria fortuna. Conforme a descrição de Maupassant, começamos a conhecer mais sobre a personagem: “Vendia péssimo vinho aos pequenos negociantes do campo e passava entre seus amigos e conhecidos por um espertalhão e tanto, um verdadeiro normando, cheio de manhas e jovialidade”<sup>39</sup> Pelo meio que ascendeu socialmente e pelo seu comércio de vinhos, entendemos que se tratava de um pequeno burguês e pela forma como Sr. Loiseau era visto por seus conhecidos, acreditamos que podemos encaixá-lo em um arrivista social, temática amplamente abordada por Maupassant nas narrativas que escreveu sobre os burgueses. Já sobre a Sra. Loiseau, Maupassant nos revelou as seguintes informações “[...] mulher, grande, forte, despachada, de voz grossa e decisão rápida, representava a ordem e a aritmética da casa comercial, que ela animava com aquela atividade gaiata”<sup>40</sup>.

Próximo a esse casal, estava o Sr. CarréLamadon e a Sra. CarréLamadon. O primeiro, descrito como um grande negociante, proprietário de três tecelagens de algodão, oficial da legião de honra e membro do Conselho Geral. Já a mulher, “[...] consolo dos oficiais de boa família que iam servir em Rouen. Sentada diante do marido, miúda, toda bonitinha, aconchegada nas suas peliças, ela espiava com ar de desagrado o interior da carruagem”<sup>41</sup>. Assim, concluímos que se tratava de uma família pertencente a alta burguesia e como Maupassant (1983, p. 12) observou, “[...] pertencentes a uma casta superior [...]” em contraposição o Sr. e a Sra. Loiseau.

Em seguida, conhecemos o Conde e a Condessa Hubert de Bréville, nobres, conforme a descrição de Maupassant (1987, p. 6): “[...] o conde e a condessa Hubert, de Bréville, usavam um dos nomes mais antigos e mais nobres da Normandia [...]. Completado a apresentação desses seis personagens, Maupassant os elegeu como representantes da “[...] ala endinheirada, serena e forte da sociedade, a “gente direita”, quem tinha religião e princípios”<sup>42</sup>. Em

---

<sup>39</sup> (MAUPASSANT, 1897, p. 5).

<sup>40</sup> (MAUPASSANT, 1983, p. 11).

<sup>41</sup> (MAUPASSANT, 1983, p. 6).

<sup>42</sup> (MAUPASSANT, 1983, p. 21, *grifo do autor*).

concordância com Lima e Tabak (2016), também percebemos o esforço narrativo de Maupassant em retratar todas as instâncias, desde a baixa burguesia à nobreza, trazendo para a literatura os costumes e hábitos das diferentes classes, e ainda, um olhar realista e pessimista sobre a natureza humana.

Ainda, como passageiros da diligência, duas freiras e próximo a elas, um homem, Cordunet, democrata, que há vinte anos estava vivendo em bares, já havia gastado a herança de seu pai e, agora, aguardava impientemente pela República e uma mulher, cujo apelido era Bola de Sebo. Bola de Sebo, é efetivamente, nossa personagem redonda. Percebemos que Maupassant, nesse conto, buscou trazer uma profundidade e um caráter realista às personagens, descrevendo sua classe social, características físicas e suas vivências, no entanto, elas ainda não foram apresentadas com a mesma intensidade e pluralidade como Bola de Sebo:

A mulher, uma dessas chamadas galantes, era célebre por sua gordura precoce, que lhe valera o apelido de Bola de Sebo. Miúda, redondinha, gordinha com dedos rechonchudos estrangulados nas falanges como fieira de curtas salsichas, com uma tez luzidia e tensa, o seio enorme a rebentar a blusa, era no entanto apetitosa e desejada, de tal modo agradava à vista o seu frescor. Seu rosto era uma maçã vermelha, um botão de peônia prestes a florir; e ali se abriam, no alto, dois magníficos olhos negros, sombreados de grandes cílios espessos, que mais escuros os tornavam; embaixo, uma boca encantadora, pequena, úmida para o beijo, mobiliada de dentinhos brilhantes e microscópicos. De resto ela possuía, pelo que diziam, inapreciáveis qualidades (MAUPASSANT, 1987, p. 6).

Refletindo sobre a descrição, percebemos que sua aparência foi construída com base em alimentos, seus dedos foram comparados a salsichas, seu rosto a uma maçã e sua pele reluzente, fresca e apetitosa lembrando uma fruta ou alimento. Para Lima e Tabak (2016), Bola de Sebo representou os miseráveis e os excluídos da sociedade do final do século XIX. Sua caracterização, por exemplo, adentra a objeção, a descrevendo como excessivamente corpulenta e ainda, comparando seu corpo a uma bola de sebo. Em relação a sua personalidade, vemos que era adepta ao bonapartismo, extremante religiosa, enérgica e segura sobre quem ela era e com o que trabalhava, apesar de no decorrer da narrativa, demonstrar certa insegurança em relação ao que os outros passageiros pensavam e esperavam dela.

Com a entrada de Bola de Sebo na carruagem, passageiras que pensavam ser mais honradas, murmuraram expressões como [...] “prostituta” [...] e [...] “vergonha pública” [...] <sup>43</sup>. Esse sentimento de asco compartilhado uniu as três mulheres, a tornando amigas. A mesma atitude de união por acreditarem que eram pessoas “melhores” que os outros passageiros, observamos nos homens:

E os três trocavam olhadelas rápidas e amistosas. Embora de condições diferentes, sentiam-se irmãos, pelo dinheiro, da grande maçonaria dos que possuem, daqueles que fazem tilintar o ouro ao mergulhar a mão no bolso (MAUPASSANT, 1987, p. 7).

A partir dos comportamentos apresentados pelas personagens burguesas e nobres, percebemos certo sentimento de superioridade dessas duas classes em relação as outras, de modo que os burgueses buscavam se relacionar apenas com aqueles que acreditam estar próximo ou no mesmo nível social e econômico que eles. Se considerarmos aqui o conceito de intelecto de Tomás de Aquino, entenderemos que todos os seres humanos possuem a potência de entender e raciocinar, o que torna um equívoco acreditar que um ser humano é melhor do que outro, haja vista que todos possuem o mesmo potencial intelectual.

Em certo momento da viagem os passageiros ficaram presos na neve, de modo que a fome de todos foi crescendo a cada instante, alterando os espíritos e, para piorar a situação, não havia nenhum estabelecimento próximo, no qual pudessem comprar comida. Entretanto, diferentemente de outros passageiros, Bola de Sebo preparou uma cesta com alimentos para caso sentisse fome.

Todos os olhares estavam voltados para ela. Depois o cheiro se espalhou, dilatando as narinas, fazendo vir às bocas uma saliva abundante, com uma dolorosa contração da mandíbula sob as orelhas. O desprezo das senhoras por aquela rapariga tornava-se feroz; era como que um desejo de matá-la ou de arremessá-la do carro sobre a neve, ela, com o seu copo de prata, a sua cesta e as suas provisões (MAUPASSANT, 1987, p. 7).

---

<sup>43</sup> (MAUPASSANT, 1983, p. 6).

A ideia de Bola de Sebo gerou um sentimento de inveja, raiva e até mesmo, um desejo de morte por parte de algumas passageiras. Na terceira seção desta pesquisa, refletimos sobre o pensamento filosófico-moral de Aristóteles, perpassando pelo meio-termo, pelos sentimentos e ações que não dispõem de uma mediania e como os comportamentos dos seres humanos estão intrinsicamente ligados aos prazeres e as dores. Nesse sentido, com essa passagem, entendemos que a dor de ver, Bola de Sebo em evidência, alguém que para aquelas mulheres da burguesia era dispensável e ainda estando ela em posição de alguém que detém mais bens que elas, gerou um sentimento de inveja e raiva. A inveja, por exemplo, é um dos sentimentos que, segundo Aristóteles, não admite um meio-termo, sendo um mal para o ser humano sentir.

Mesmo com o desprezo expressado pelas personagens, Bola de Sebo ofereceu para que partilhassem de sua refeição: “Então o marido, modulando a voz, perguntou se a "encantadora companheira" lhe permitia oferecer um pedacinho a Mme. Loiseau. "Mas certamente, meu senhor", respondeu Bola de Sebo com um sorriso amável [...]”<sup>44</sup>. No entanto, comer o alimento significava para as mulheres que elas deveriam conversar com Bola de Sebo, ora: “Não podiam comer as provisões daquela rapariga sem lhe falar”<sup>45</sup>. De modo que com a interação, a Sra. Loiseau e a Condessa de Breuille sentiram uma proximidade e empatia por Bola de Sebo, descobrindo que seus ideais sobre política eram os mesmos. Adiante, observamos que esse sentimento das mulheres em relação a personagem central foi se transformando em conformidade com os interesses dos passageiros e em relação ao que Bola de Sebo poderia lhes oferecer.

Passando-se onze horas de viagem, chegando em Totês, foram parados por um oficial prussiano que exigiu que descessem da diligência, entrassem em um albergue e apresentassem a ordem de partida assinada pelo general-comandante alemão de Rouen. Nesse interim, o dono do local apareceu e perguntou sobre Elizabeth Rousset, informando que o oficial prussiano gostaria de conversar com ela. Bola de Sebo respondeu que se tratava dela e estranhou o desejo do oficial em lhe falar, negando-se a ir. Por meio dessa parte do conto, apreendemos dois aspectos, sendo o primeiro, o nome de Bola de Sebo e o

---

<sup>44</sup> (MAUPASSANT, 1987, p. 8).

<sup>45</sup> (MAUPASSANT, 1987, p. 8).

segundo, o asco que ela possuía pelos prussianos. No entanto, como alertou o dono do albergue, recusar conversar com o oficial poderia dificultar a saída deles do local. Por isso, os passageiros, com medo das consequências, incentivaram Elizabeth a conversar com o prussiano:

Todos o apoiaram, instaram com ela, pediram-lhe, aconselharam-na, e acabaram por convencê-la; pois todos temiam as complicações que poderiam resultar de uma cabeçada. Ela afinal declarou: — É pelos senhores que obedeço, podem crer! A condessa tomou-lhe a mão: — E nós todos lhe agradecemos (MAUPASSANT, 1987, p. 10).

Relutante, Bola de Sebo aceitou pensando no bem daqueles que estavam com ela. Após alguns minutos, voltou nervosa devido o teor da conversa que tiveram. Curiosos, os outros passageiros a questionaram sobre o que o oficial havia lhe falado. Não querendo responder, Bola de Sebo argumentou que se tratava de um assunto pertinente apenas a ela. Nesse dia, passaram a noite no albergue, estabelecendo que partiriam no dia seguinte às oito da manhã. Porém, de manhã, foram avisados que o oficial prussiano havia proibido a saída dos passageiros, os retendo no albergue. Com isso, o oficial voltou a questionar se Bola de Sebo havia mudado de ideia em relação ao seu pedido. Mantendo-se firme, ela negou novamente:

Quando se dirigiam para a mesa, Follenvie reapareceu. E, com a sua voz rouca, pronunciou: — O oficial prussiano manda perguntar a Mme. Elisabeth Rousset se ela ainda não mudou de opinião. Bola de Sebo permaneceu de pé, muito pálida; depois tornando-se subitamente vermelha, ficou tão sufocada de cólera que não podia falar. Afinal explodiu: — Diga a esse canalha, a esse porco, a esta peste de alemão que eu nunca consentirei. Compreende bem? Nunca! Nunca! O gordo estalajadeiro retirou-se. Então Bola de Sebo foi cercada, interrogada, solicitada por todo o mundo para desvendar aquele mistério. A princípio resistiu, mas logo se deixou arrebatado: — O que ele quer... O que ele quer... Ele quer dormir comigo! — gritou ela. Ninguém se chocou com a frase, tão viva foi a indignação (MAUPASSANT, 1987, p. 13).

A partir do momento que todos souberam o motivo de estarem retidos no albergue, uma mistura de pensamentos e sentimentos invadiu o grupo. Inicialmente, ficaram ao lado de Bola de Sebo, reprovando as intenções do oficial

prussiano e apoiando sua decisão de não se deitar com ele. No jantar, já estavam todos quietos e pensativos sobre a situação. No almoço, já imaginavam:

Quase que odiavam aquela rapariga, agora, por não ter ido encontrar-se secretamente com o prussiano, a fim de dar, pela manhã, uma boa surpresa aos seus companheiros de viagem. Haveria coisa mais simples? E depois, quem ficaria sabendo? Ela bem podia salvar as aparências, dizendo ao oficial que só o fazia de pena dos viajantes. E aquilo, para ela, tinha afinal tão pouca importância! Mas ninguém confessava ainda tais pensamentos (MAUPASSANT, 1987, p. 14).

Nesse momento, já sentiam ódio por Bola de Sebo, acreditavam ser dever dela deitar-se com o prussiano para liberá-los. Para eles, isso não era um problema, para ela, tendo em vista o que pensavam sobre sua profissão e, ainda, por se tratar de pessoas de uma classe superior<sup>46</sup>, entendiam que Bola de Sebo estava lá para servi-los: “Nós é que não vamos morrer de velhice aqui. Pois se é o ofício dessa ordinária fazer isso com todos os homens, acho que ela não tem o direito de recusar quem quer que seja”<sup>47</sup>. No entanto, Bola de Sebo se tratava de uma mulher com valores morais e patriotas, para ela, deitar-se com um prussiano era uma ofensa. Observamos que Maupassant buscou demonstrar que a profissão de Elizabeth não definia seu caráter, assim, não é porque seu trabalho era como prostituta, que ela se deitaria com qualquer pessoa. Nesse sentido, Bola de Sebo, por não querer deitar-se com o prussiano devido ao que acreditava, demonstrou uma relação entre aquilo que ela pensava, acreditava e professava em relação a suas ações.

Apesar da situação, até certo momento, ela se manteve firme no que acreditava, não cedendo as ameaças do oficial. Ao contrário dela, seus companheiros estavam entregues aos seus sentimentos, permitindo que eles predominassem em suas ações. É necessário observar que, percebemos nas personagens a representação de uma sociedade individualista, que procurava satisfazer apenas seus interesses individuais. Para eles, era mais fácil e vantajoso que Bola de Sebo se deitasse com o oficial, visto que ela não possuía importância para eles, assim, estariam livres para prosseguir sua viagem. Esse

---

<sup>46</sup> Nobreza e burguesia.

<sup>47</sup> (MAUPASSANT, 1987, p. 15).

sentimento individualista ficou mais evidente quando os passageiros passaram a ignorar e depois manipular Bola de Sebo.

Os homens, que discutiam à parte, aproximaram-se. Loiseau, enfurecido, queria entregar "aquela miserável", atada de pés e mãos, ao inimigo. Mas o conde, oriundo de três gerações de embaixadores, e dotado de um físico de diplomata, era partidário da habilidade:—Seria preciso dissuadi-la—disse ele. Puseram-se então a conspirar (MAUPASSANT, 1987, p. 15).

Nesta passagem, podemos observar com mais precisão o quanto essas personagens da “ala endinheirada” acreditavam serem superiores aos outros, pensando até mesmo em entregar Bola de Sebo contra a sua própria vontade e conhecimento, pressupondo, com isso, um domínio sobre ela. Compreendemos a existência de uma ideia de que o outro, por ser considerado inferior, no que diz respeito as questões morais e sobretudo, econômicas pode ser usado e manipulado como objeto por aqueles que acreditam ser superiores. Para Lima e Tabak (2016), ao tratar da natureza humana, Maupassant demonstrou uma visão crítica das relações sociais e da forma como as pessoas se posicionam em um mundo em ruínas, no caso, na Guerra Franco-Prussiana.

Com isso, seus companheiros de viagem voltaram a ser amáveis com Bola de Sebo, pretendendo manipulá-la. Sentiam-se satisfeitos com a ideia, faziam piadas sobre ela e revelavam o que realmente pensavam sobre sua profissão, sem polidez e consideração: “[...] e o pensamento brutalmente expresso por sua mulher dominava todos os espíritos: pois "se aquele era o seu ofício, ela não tinha o direito de recusar quem quer que fosse"<sup>48</sup>.

Assim, conversavam com Bola de Sebo sobre sacrifícios, histórias fantasiosas de mulheres que utilizaram o corpo para ajudar em guerras e o quanto eles estavam sofrendo por sua causa por estarem ali retidos. Sabendo do seu apego religioso, envolviam as freiras para falar sobre pessoas da bíblia que precisaram cometer atos que não desejavam por um bem maior e depois, foram honradas e perdoadas por Deus. Chegaram até parar de chamá-la de madame e passaram a usar mademoiselle, como se ela tivesse perdido parte do prestígio antes conquistado.

---

<sup>48</sup> (MAUPASSANT, 1987, p. 15).

— Então, irmã, acha que Deus aceita todas as vias e perdoa o fato, quando o motivo é puro? — Quem o poderia duvidar, madame? Uma ação censurável em si torna-se muitas vezes meritória pelo pensamento que a inspira. E continuavam, assim, destrinchando os desígnios de Deus, prevendo suas decisões, fazendo-o interessar-se em coisas que, na verdade, não lhe diziam respeito. Tudo isso velado, hábil, discreto. Mas cada palavra da santa mulher abria brecha na resistência indignada da cortesã (MAUPASSANT, 1987, p. 16).

Devido as manipulações e promessas de que todos ficariam ao seu lado, Bola de Sebo acabou por ceder ao pedido do prussiano: “[...] o conde não disse nada a seus companheiros, mas limitou-se a fazer-lhes um breve aceno de cabeça. E um grande suspiro de alívio exalou-se de todos os peitos [...]”<sup>49</sup>. Ao contrário do que foi prometido, após ela deitar-se com o oficial e todos serem liberados, os passageiros passaram a ignorá-la, como se a não conhecessem.

Ninguém a olhava, ninguém se importava com ela. Sentia-se afogada no desprezo daqueles honestos crápulas, que primeiro a haviam sacrificado, e rejeitado depois, como uma coisa indecente e inútil. Pensou então no seu grande cesto cheio de boas coisas, que eles tinham sofregamente devorado, nos seus dois frangos reluzentes de gordura, nos seus patês, nas suas pêras, nas suas quatro garrafas de bordéus; então seu furor tombou de repente, como uma corda muito tensa que rebenta, e ela sentiu-se prestes a chorar (MAUPASSANT, 1987, p. 19).

O conto *Bola de Sebo* transmitiu a visão crítica de Maupassant da sociedade do século XIX e da natureza humana. Na segunda seção desta pesquisa, contextualizamos esse período e observamos que ele se tratou, em especial, da ascensão da burguesia e do *selfmade-man*, o que conseqüentemente, influenciou na constituição de uma sociedade mais individualista, focada em seus próprios interesses e prazeres.

Entendemos que os passageiros acreditavam ser superiores a Bola de Sebo devido seu *status* econômico e social, de modo que ela deveria servi-los. Para tanto, utilizavam-se de estratégias antiéticas e sem valor moral, como promessas falaciosas, mentiras e manipulações, algo contrário do que foi pregado por Tomás de Aquino e Aristóteles em relação a função do ser humano no cosmos. A única personagem na qual percebemos uma coerência entre o que

---

<sup>49</sup> (MAUPASSANT, 1987, p. 17).

ela acreditava e as suas ações foi Bola de Sebo, que desde o princípio demonstrou ser uma pessoa empática em relação as pessoas que estavam a sua volta, religiosa e extremamente patriota, o que fazia com que fosse inconcebível para ela aceitar deitar-se com um oficial prussiano. Os outros passageiros, no entanto, apesar de alimentarem uma imagem de pessoas cordiais e que se importavam com os outros, observamos que isso era relativo as consequências que poderiam sofrer pelos seus atos.

O segundo conto que analisamos foi *O Colar* (1884). Nossa personagem redonda e principal é Mathilde Loisel, que foi apresentada no início da narrativa por Maupassant, que descreveu suas características físicas e sua situação social e emocional:

Era uma dessas moças lindas e encantadoras, nascidas, como por um erro do destino, numa família de funcionários. Não tinha dote nem esperanças, nenhum meio de ser conhecida, compreendida, amada, desposada por um homem rico e distinto; e deixou que a casassem com um amanuense do Ministério da Instrução Pública. Ela foi singela e modesta, já que não podia entregar-se ao luxo, mas infeliz como uma desclassificada; pois as mulheres não têm casta nem raça, e a sua beleza, a sua graça e o seu encanto é que lhes servem de nascimento e de família. A delicadeza nata, o instinto da elegância e a finura de espírito são a sua única hierarquia, e fazem das filhas do povo rivais das mais altas damas (MAUPASSANT, 1987, p. 21).

A Sra. Loisel se tratava de uma mulher linda e encantadora, que estava insatisfeita com sua situação econômica e social. Como não possuía nenhum modo de casar-se com um homem de situação econômica mais elevada, casou-se com um copista do Ministério da Instrução Pública. Com isso, sentia-se injustiçada por não poder ascender socialmente e economicamente, haja vista que já estava casada e que no século XIX, como mulher, não poderia enriquecer por meio do trabalho.

Sentindo-se nascida para todas as delicadezas e para todos os luxos, ela sofria continuamente. Sofria com a pobreza da sua casa, a miséria das paredes, com as cadeiras púidas, os estofados de mau gosto. Todas essas coisas, que qualquer outra mulher da sua casta nem mesmo teria notado, a torturavam e indignavam. A vista da pequena bretã que a servia despertava nela profundos pesares e sonhos sem fim (MAUPASSANT, 1987, p. 21).

Mathilde, sofria constantemente, com seu modo de vida e com as coisas que não havia conquistado, questões estas, que mulheres da mesma classe social que ela nem percebiam. Ela pensava apenas nos bens materiais que não poderia ter e como ela os desejava, logo, não conseguia perceber tudo aquilo que já possuía.

Ela pensava nas antecâmaras silenciosas, forradas de panos orientais, iluminadas por altos candelabros de bronze, e nos dois grandes lacaios de calções curtos que cochilam nas vastas poltronas, com o calor pesado do aquecedor. Pensava nos grandes salões revestidos de seda antiga, nos móveis finos carregados de bibelôs inestimáveis, e nos graciosos salõezinhos perfumados, feitos para a conversa das cinco horas com os amigos mais íntimos, os homens conhecidos e cortejados, cuja atenção todas as mulheres invejam e desejam (MAUPASSANT, 1987, p. 21).

Nesse ponto, já compreendemos que Maupassant desejou representar e desenvolver, com esse conto, a supervalorização dos modos de vida da alta burguesia e da nobreza. Como salientamos na segunda seção, com base em Ribeiro (1987), era comum que a classe mais baixa se espelhasse nos modos de vida da classe que fosse superior a ela. E ainda, no século XIX, tivemos uma crescente valorização da propriedade privada e dos bens materiais. Nesse sentido, entendemos que Maupassant buscou expor essa alta valorização por uma vida de aparências, luxos e riquezas, repleta de bailes e jantares.

No livro I da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles escreveu sobre a *eudaimonia* e em suas reflexões questionou sobre o que ela seria, se prazeres, honras ou riquezas. Percebemos em Mathilde uma pessoa que entendia a riqueza como a única forma de encontrar a felicidade, no entanto, sobre isso, o próprio filósofo alertou que se tratava de uma vida vazia, pois quanto maiores fossem suas riquezas, maior seria o desejo de adquiri-las ainda mais. Em sua conclusão, Aristóteles compreendeu que a *eudaimonia* não significava riquezas, prazeres ou honras, mas, a autorrealização do ser, como dito na seção anterior.

Sr. Loisel é uma personagem plana, que diferentemente de sua mulher, demonstrava estar confortável com sua situação, no momento de sua refeição

dizia: “Ah! Que lindo cozido! Não há nada melhor que isto [...]”<sup>50</sup>. Já Mathilde, imaginava os finos jantares com pratarias e comidas exóticas. Entendemos que Maupassant trouxe um contraste interessante entre um indivíduo que compreendia e aceitava sua situação econômica e um que desejava e perseguia a ascensão.

Na tentativa de agradar sua mulher, Sr. Loisel conseguiu um convite para um sofisticado baile. Sua mulher não ficou satisfeita. Mathilde começou a frustrar-se por não possuir vestidos e joias para usar. Seu marido, novamente, esforçando-se para fazer com que sua mulher ficasse feliz, deu-lhe o dinheiro que havia guardado para uma viagem para que fosse comprado o vestido que ela tanto desejava. As joias foram emprestadas de sua amiga, a Sra. Forestier. Maupassant a apresentou da seguinte forma: “Tinha uma amiga rica, uma colega do colégio, que não queria mais visitar, tanto isto a fazia sofrer”<sup>51</sup>. Mathilde invejava o *status* social e econômico de sua amiga, por isso, sofria ao ver os bens materiais da Sra. Forestier. Lembremos novamente o que pensava Aristóteles sobre a inveja, sendo esse, um sentimento que não admite um meio-termo e por isso, algo que prejudica a vida do ser humano. Na casa da amiga, a Sra. Loisel se encantou com as diferentes joias, entretanto, um colar de diamantes foi o que realmente chamou sua atenção.

No dia da festa Sra. Loisel obteve um verdadeiro sucesso, Maupassant a descreveu como a mais radiante entre todas as mulheres. Entretanto, será mesmo que ela alcançou alguma mínima parte da felicidade aristotélica? Os homens a olhavam, perguntavam seu nome, procuravam ser apresentados e a convidavam para dançar. “Ela dançava com embriaguez, com êxtase, arrebatada pelo prazer, sem pensar em mais nada, na apoteose da sua beleza, na glória do seu sucesso, em uma espécie de nuvem de felicidade [...]”<sup>52</sup>. No entanto, o final da noite não ocorreu como esperado, Mathilde perdeu o colar emprestado pela Sra. Forestier. Por vergonha de contar a verdade, ela e seu marido endividaram-se para comprar um novo.

Naturalmente, observamos a ação da personagem sendo influenciada por seu medo, no caso, a vergonha de demonstrar que teve certo descuido com o

---

<sup>50</sup> (MAUPASSANT, 1987, p. 21).

<sup>51</sup> (MAUPASSANT, 1987, p. 21).

<sup>52</sup> (MAUPASSANT, 1987, p. 21).

colar de uma amiga que Mathilde sentia tanta inveja, preferindo não falar a verdade, pois se preocupava com o que a amiga pensaria dela. É nesse aspecto que percebemos a questão do intelecto, de modo que, se ela tivesse refletido sobre a situação, perceberia que o mais recomendável era contar a verdade e que essa ação, no final, teria sido melhor para ela, a poupando de demitir sua empregada, reduzir seu padrão de vida e seu esposo trabalhar em dois empregos para pagarem um novo colar de diamantes a Sra. Forestier.

Sra. Loisel conheceu a vida horrível dos necessitados. Ela tomou seu partido, aliás, sem hesitações, heroicamente. Era preciso pagar aquela dívida terrível. Ela pagaria. Despediram a criadinha, mudaram de casa, alugaram uma água-furtada. Ela conheceu os trabalhos grosseiros da casa, as odiosas tarefas da cozinha. Lavou os pratos, estragou as unhas róseas na louça gordurosa e no fundo das caçarolas. Ela ensaboou a roupa suja, as camisas e os esfregões, que fazia secar numa corda; manhã após manhã, carregou o lixo para a rua e a água para dentro, parando a cada andar para tomar fôlego. E, vestida como uma mulher do povo, foi ao mercadinho, ao vendeiro, ao açougueiro, regateando e recebendo injúrias, defendendo cobre a cobre o seu miserável dinheiro. Era preciso cada mês pagar letras, renovar outras, conseguir prazo. O marido fazia à tardinha a escrita de um comerciante e, de noite, muitas vezes, fazia cópia a cinco sous a página. E esta vida durou dez anos (MAUPASSANT, 1987, p. 24).

Entendemos, que de certo modo, o casal Loisel era honesto, pois se comprometeram a pagar um novo colar, porém, ao mesmo tempo mentiram sobre a situação. Acreditamos que Maupassant buscou ironizar essa dualidade da condição humana, isto é, ninguém é completamente bom ou ruim. No entanto, retomando os estudos sobre o conceito de intelecto de Tomás de Aquino, compreendemos a partir de sua concepção da alma, que ela abrange três partes, a intelectual, a sensitiva e a nutritiva, de modo que o mesmo ser humano que pensa, sente. Nesse sentido, assim como Tomás de Aquino e Aristóteles observaram uma possibilidade e necessidade de a alma racional predominar sobre a irracional, isto é, o intelecto predominar em relação aos desejos e aos prazeres, entendemos a possibilidade de aperfeiçoar nosso modo de ser e de agir enquanto seres humanos que vivem e convivem com outras pessoas em uma certa sociedade por meio de bons hábitos. No caso do conto, sabemos que

se Mathilde tivesse contado a verdade a Sra. Forestier não precisaria ter comprado um novo, considerando que se tratava de um colar falso.

Portanto, entendemos que conto *O Colar* (1884) desenvolveu a valorização das aparências e dos hábitos da sociedade francesa do século XIX. Compreendemos que por certa inocência, Mathilde acreditava que, por sua amiga ser da alta sociedade, só usaria joias verdadeiras, o que vimos não ser a realidade. O conto nos proporcionou diferentes reflexões, tanto as de cunho pessoal como as de cunho social, de modo que em nosso cotidiano, percebemos que não valorizamos o que possuímos e buscamos cada vez maiores conquistas. Nesse sentido, a filosofia-moral de Tomás de Aquino e Aristóteles pode contribuir para concebermos um sentido para existência humana, bem como, perceber que a felicidade não é conquistada por meio de bens materiais, mas de hábitos contínuos coerentes com a racionalidade do ser humano, que o permitam a alcançar a realização do ser.

Encerrando a análise dos contos de Maupassant, vejamos agora o livro *Bel-Ami* (1885). A personagem redonda e central dessa obra é Georges Duroy, um provinciano que se mudou para Paris com o desejo de adquirir fortuna. Maupassant o descreveu como um arrivista social capaz de mentir e manipular pessoas para alcançar o prestígio social e econômico que almejava. Em conformidade com Hervot (1995), entendemos que essa personagem se tratava de um homem complexo e que, em muito, se parece com as outras personagens, que assim como ele, prezam por riquezas, pelos prazeres, por poder e pelo luxo ostensivo<sup>53</sup>, fazendo uso de mentiras, trapaças, corrupções e extorsões para ascender socialmente.

Naturalmente, a primeira personagem a ser apresentada foi Duroy, retratado como um homem belo e encantador, porém pobre. Possuía um caráter observador, de modo que examinava a sociedade em que vivia e as pessoas com quem se relacionava e, até por isso, Hervot (1995) salientou que a personagem de Duroy demonstrava uma aprendizagem pelo olhar, de forma a aperfeiçoar seu comportamento para se sobressair em uma situação ou seduzir alguém de seu interesse. A questão da sua aparência é frequentemente reafirmada na narrativa, haja vista que se tratou de uma característica importante

---

<sup>53</sup> Algo que observamos na segunda seção como decorrência de uma sociedade fundamentada na ascensão social por meio de riquezas.

para ele conquistar e persuadir as personagens, em especial, as mulheres que poderiam ajudá-lo a chegar onde desejava.

Forestier pôs-se a rir: — Sabes, meu velho, que és um verdadeiro sucesso com as mulheres? É preciso cultivar isso. Tal coisa pode te levar longe. — Calou-se por um segundo, depois continuou com o tom sonhador das pessoas que pensam em voz alta: — Ainda é através das mulheres que se sobe mais depressa (MAUPASSANT, 2012, p. 21).

A trama foi construída a partir de um encontro entre Duroy e Forestier, dois amigos que, anteriormente, haviam servidos juntos em Hussardo. O primeiro, já apresentado, trabalhava na estrada de ferro, e o segundo dirigia a seção política de um respeitado jornal, o *La Vie Française*. Charles Forestier foi apresentado por Maupassant como um jovem doente e gordo, porém casado e com uma ótima situação social e econômica. Percebendo a situação de Duroy, Forestier o convidou para um jantar em sua casa com a premissa de que poderia ajudá-lo a conseguir um emprego no jornal que trabalhava. Nesse jantar, conhecemos as outras personagens que constituíram a narrativa.

A primeira personagem mulher que conhecemos foi Madelaine Forestier, inicialmente, esposa do antigo amigo de Duroy. Desde o primeiro momento, Georges Duroy ficou encantado com a beleza dessa mulher, com seu ar misterioso e imponente, com sua segurança e com a firmeza de suas palavras.

Ela possuía olhos cinzentos, de um cinza azulado que lhe dava uma expressão estranha, nariz pequeno, lábios grossos, queixo ligeiramente carnudo, uma figura irregular e sedutora, cheia de gentileza e malícia. Era um desses rostos de mulher em que cada uma das linhas revela uma graça particular, parece ter um significado, em que cada movimento parece dizer ou esconder alguma coisa (MAUPASSANT, 2012, p. 54).

Compreendemos que Madelaine era também uma personagem redonda e foi uma das que mais inspirou e orientou Duroy durante sua caminhada de ascensão. A relação que se estabeleceu entre os dois, desde a entrada de Georges ao *La Vie Française* em virtude do artigo que escreveu com ela, até o momento em que se casaram depois que Forestier faleceu, foi de uma associação ou um negócio acordado entre as partes.

Sim, por que não tentar, ele mesmo, essa conquista? Como seria forte com ela, e temível! Como poderia subir depressa, ir longe, de modo seguro! E por que não teria sucesso? Sentia que a agradava, que ela tinha por ele, mais que simpatia, uma dessas afeições que nascem entre duas naturezas semelhantes, que têm tanta sedução recíproca quanto uma espécie de cumplicidade muda. Ela sabia que ele era inteligente, resoluto, tenaz; podia ter confiança nele (MAUPASSANT, 2012, p.148).

Duroy se interessava por sua beleza, mas também pela perspectiva de ascender ao estar ao seu lado, pelos seus conselhos, por sua facilidade e domínio em escrever artigos políticos e pelo seu prestígio na sociedade. Como a própria Sra. Marelle, personagem que conheceremos adiante, descreveu, Madelaine era:

Na verdade, faz tudo. Está ao corrente de tudo, conhece todo mundo sem parecer ver ninguém; obtém tudo que quer, como quer e quando quer. Oh! Ela é fina, hábil e intrigante como ninguém. Um tesouro para um homem que quer vencer na vida (MAUPASSANT, 2012. p. 117).

Madelaine, por seu turno, deseja continuar escrevendo para o jornal, expondo suas ideias e sendo livre para fazer o que desejava. O interesse mútuo fez com que se unissem em um relacionamento que mais se assemelhava a um negócio e, como em muitos negócios, esse também terminou quando um dos sócios já não via mais vantagem. Georges Duroy se tratava de um arrivista que pensava apenas em sua ascensão econômica e em seu prestígio social, quando acreditou que Madelaine não teria mais utilidade para ele, conseguiu com que se separassem.

Ela o tornava ridículo. Pensou em Forestier. Talvez dissessem: “Aquele corno do Du Roy.” Quem era ela? Uma pequena arrivista bastante hábil, mas, na verdade, sem grandes meios. Iam à sua casa porque o temiam, porque sentiam que era forte, mas deviam falar sem constrangimento daquele pequeno lar de jornalistas. Jamais iria longe com aquela mulher que tornava sua casa sempre suspeita, que sempre se comprometia, cujo comportamento a denunciava como intrigante. Ela agora seria um joanete em seu pé (MAUPASSANT, 2012, p. 259).

Em seguida, conhecemos Clotilde de Marelle, amiga de Madelaine e com quem Georges manteve um caso durante toda a narrativa: “Somente uma rosa

vermelha, espetada em seus cabelos negros, atraía violentamente o olhar e parecia marcar sua fisionomia, acentuar seu caráter especial” (MAUPASSANT, 2012, p. 25). Durante a história, observamos que Clotilde e Duroy possuíam uma relação afetiva e amistosa, e entendemos que ela tenha acontecido dessa forma pois ambos possuíam a mesma personalidade e os mesmos valores éticos e morais. Clotilde, uma mulher casada, se entregava constantemente aos prazeres sem pensar nas consequências e em como isso afetaria a sua relação com seu esposo e com suas amigas, a mesma despreocupação com o outro, percebemos em Duroy. Nesse sentido, entendemos que ambos, devido aos prazeres, abandonavam sua condição intelectual e priorizavam sua condição sensitiva, isto é, suas paixões. A exemplo disso, o momento em que saíram juntos com o Sr. de Marelle e se divertiram por estarem o enganando:

Duroy respondeu: — Apenas alguns meses. — Ah! O senhor subiu depressa. — Sim, bastante depressa; — e pôs-se a falar ao acaso, sem pensar muito no que dizia, pronunciando todas as banalidades usadas pelas pessoas que não se conhecem. Sentia-se mais seguro agora, e começava a achar a situação bastante divertida. Observava a figura séria e respeitável do Sr. de Marelle com desejo de rir, pensando: “Faço-te de corno, meu velho, faça-te de corno.” E invadia-lhe uma satisfação íntima, viciosa, uma louca alegria de viver. De repente, sentiu vontade de ser amigo daquele homem, de ganhar sua confiança, de fazer-lhe contar coisas secretas de sua vida (MAUPASSANT, 2012, p.117)

Por fim, conhecemos a família Walter, constituída pelo Sr. Walter, proprietário do jornal *La Vie Française*, a Sra. Walter, e suas duas filhas, Suzanne e Rose. O Sr. Walter e a Sra. Walter foram apresentados no jantar, como: “Mas a porta novamente se abriu e um homenzinho gordo, baixo e arredondado, surgiu segurando o braço uma mulher grande e bela, mais alta que ele, muito mais jovem, de maneiras elegantes e andar discreto”<sup>54</sup>. Assim como as outras personagens femininas da narrativa foram usadas por Duroy para satisfazer seus prazeres ou para o ajudar a ascender, Sra. Walter foi atraída por ele, que a usou para conseguir informações importantes sobre o jornal e sobre apostas.

No entanto, seu desgosto com a amor da mãe transformou-se em incontrolável repugnância; não conseguia mais vê-la, ouvi-la

---

<sup>54</sup> (MAUPASSANT, 2012, p. 25).

ou pensar nela sem sentir cólera. Assim sendo, deixou de ir à sua casa, de responder suas cartas, de ceder aos seus apelos (MAUPASSANT, 2012, p. 228)

Do mesmo modo que fez com as outras personagens femininas, em certo momento, Duroy se cansou da Sra. Walter, passando a desejar sua filha, Suzanne. A família Walter, no decorrer da narrativa, enriqueceu consideravelmente devido a apostas e, por isso, Georges Duroy percebeu uma oportunidade em ascender e alcançar riquezas antes nunca sonhadas por meio da filha do casal. Como esperado, Duroy conseguiu casar-se com Suzanne, chegando ao *status* tão sonhado, contudo, sem abandonar seus velhos hábitos e pensamentos:

Lentamente, desceu os degraus do alto patamar, entre duas fileiras de espectadores. Mas não os via; seu pensamento agora voltava ao passado; diante de seus olhos ofuscados pelo brilho do sol flutuava a imagem da Sra. de Marelle, arrumando diante do espelho os pequenos cabelos frisados de suas têmporas, sempre desfeitos ao sair da cama (MAUPASSANT, 2012, p. 303).

Outro aspecto que observamos na personalidade de Duroy e que também evidenciamos na personagem de Mathilde Loisel do conto *O Colar*, foi o de que Duroy nunca estava satisfeito com o que havia conquistado. A cada mulher que conquistava, já não estava mais interessado, procurando outra para substituir, a cada promoção que recebia, passava a gastar mais dinheiro, criando dívidas e aumentando sua necessidade de conquistar mais riquezas.

No entanto, como não recebia mais que dez cêntimos por linha, além dos seus 200 francos de salário fixo, e como era dispendiosa a vida dos bulevares, a vida dos cafés, a vida dos restaurantes caros, jamais tinha um soldo no bolso e lamentava sua miséria (MAUPASSANT, 2012, p. 61).

Mas essas excursões, renovando-se duas ou três vezes por semana, começaram a cansar Duroy que, por outro lado, tinha dificuldade para ganhar os meio-luíses necessários para pagar o carro e as consumações. Agora vivia em infinita dificuldade, mais apertado que nos dias em que era empregado da Estrada de Ferro do Norte, pois, tendo gastado à larga durante os primeiros meses de jornalismo, sem contar, na esperança constante de ganhar grandes somas no dia seguinte, esgotara

todos os seus recursos e todos os meios de ganhar dinheiro (MAUPASSANT, 2012, p. 83).

Igualmente Mathilde Loisel, Duroy era um homem que acreditava que sua felicidade estava em bens materiais e em sua condição social, o que na realidade, ao invés de lhe proporcionar um bem, causava seu sofrimento, pois nunca estava feliz e satisfeito com o que já havia conquistado, pensando apenas no que não possuía e no que ainda devia conquistar. Assim como no conto *O Colar*, entendemos que vida de Duroy, ao final, era vazia, em busca de bens que nunca seriam suficientes para ele.

Em suma, observamos que a maioria das ações das personagens, tanto dos contos, como do livro, era mediada e influenciada pelos seus medos, prazeres e desejos e não pelo seu princípio intelectual e racional. Suas ações não eram coerentes com aquilo que pensavam e pregavam ser, na realidade, seus comportamentos eram modulados conforme percebiam a necessidade ou entendiam que de alguma forma poderiam lucrar com isso. Nessa perspectiva, observamos nas personagens uma ausência do inteligir e um predomínio de sua condição sensitiva, algo contrário ao que pregavam Aristóteles e Tomás de Aquino. Além disso, consideravam que a felicidade estava nos bens materiais e não encontravam em si, a finalidade de sua existência. Nesse sentido, entendemos que, muitas vezes, as pessoas permitem ser influenciadas pelos seus desejos e sentimentos, não usando de sua racionalidade, isto é, abandonando o princípio intelectual que os diferencia dos animais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Depois de um longo processo de pesquisa, argumentação e reflexão chegamos em nossas considerações finais, apesar de acreditar que a palavra final não caberia a esta e a nenhuma pesquisa. Isto porque, como professores, no meu caso, ou como pesquisadores, devemos sempre buscar ampliar nossos horizontes, o que acarreta em novas compreensões e conseqüentemente, em novas considerações. No entanto, compreender que não se trata de um fim, não retira o valor educacional e social de uma pesquisa científica. Entendo que essa

dissertação possibilitou compreender com mais profundidade os conceitos de intelecto para Tomás de Aquino e hábito de Aristóteles e estabelecer entre eles um diálogo a partir da análise das personagens das obras de Guy de Maupassant, que nos permitiu refletir sobre a potencialidade do ser humano e como ele pode aperfeiçoar seu modo de ser e agir, priorizando sua racionalidade e o bem-estar comum. Além disso, a pesquisa proporcionou novas formas, do eu, enquanto pessoa e educadora, pensar na responsabilidade do ser humano em relação a suas ações e escolhas. Também permitiu observar atentamente os meus comportamentos e as minhas ações, assim como de outros, e como eles se relacionam com aquilo que penso ou acredito ou com o que sinto e desejo.

Pensando neste momento em específico, vejo que nossas considerações finais giram em torno dos seguintes aspectos: do entendimento de como a sociedade influencia na formação do ser humano e que, por sua vez, o ser humano interfere na organização da sociedade, no que diz respeito, aos seus valores morais e éticos. Em como essa formação social, também está relacionada com a formação/ educação escolar e em como ela pode potencializar a busca pela verdade, por meio da pesquisa, da reflexão, da argumentação e na possibilidade de desenvolver hábitos que contribuam para uma vivência mais consciente, pautada em virtudes e não em vícios. Sobre intelecto e hábito se tratarem de conceitos atemporais e essências na constituição do ser, de modo que nós, seres humanos, podemos pensar acerca do que realmente acreditamos, o que defendemos que somos, o que professamos aos outros, e internalizar isso em nós, demonstrando essas mudanças conscientes, em nossos comportamentos e ações.

Por meio do estudo sobre a sociedade francesa do século XIX, observamos que se tratou de um período com intensas transformações, sendo a principal delas, a ascensão da burguesia. Com a elevação da classe burguesa, percebemos uma valorização das riquezas e dos bens materiais, o que naturalmente, influenciou na formação de uma sociedade pautada nos interesses individuais e particulares de cada pessoa, e não na percepção da sociedade como uma comunidade formada por seres humanos que pensam e priorizam o bem-estar coletivo. Como discorreremos em nossa segunda seção, a sociedade francesa do século XIX era entendida como a sociedade do *selfmade-man*, isto é, de homens, e com isso quero dizer pessoas do sexo masculino, que

poderiam construir suas próprias riquezas e ascender socialmente, politicamente e economicamente por meio delas, haja vista que, nesse momento, as mulheres ainda não possuíam essa mesma condição.

A partir análise dos contos e do livro, observamos um enaltecimento dos costumes e do modo de vida daqueles que possuíam riquezas por parte daqueles que não possuíam as mesmas condições sociais e econômicas, gerando um desejo de ascensão e insatisfação com suas próprias conquistas. Nisso, podemos inserir a ideia de hábito e intelecto, no sentido de que por as personagens não priorizarem sua condição intelectual não se satisfaziam com o que já haviam conquistado e também possuíam um hábito de sempre estar buscando mais, o que, considerando a ética da eudaimonia aristotélica, não se refere a um hábito moralmente correto. Além disso, os aspectos sociais e econômicos influenciaram a escrita de Guy de Maupassant e o modo como observava as pessoas, demonstrando em suas narrativas uma visão dos diferentes segmentos que formavam a sociedade.

Já na terceira seção da pesquisa, compreendemos que o ato do intelecto, é o entender, e que este intelecto encontra-se presente em todos os seres humanos, e ainda, está em potência para novos conhecimentos ou aprendizagens, de forma que, todos nós, seres humanos, somos capazes de aprender e aperfeiçoar nossas descobertas. Sobre o hábito, conforme o pensamento aristotélico, compreendemos que era definido como práticas, ações ou exercícios contínuos que, de acordo com o tempo e a prática, tornavam-se parte da natureza humana. De forma que o hábito se constituiu como um princípio regulador da conduta humana, tanto na vida individual, como coletiva. De modo a exemplificar, para que o ser humano fosse realmente ético, era preciso que transparecesse isso em seus comportamentos e ações de forma intencional.

Nesse sentido, pensamos que a educação, ou a escola, na perspectiva de ser o lugar onde a educação formal deve acontecer, seja responsável por instigar o intelecto e formar hábitos virtuosos em seus educandos, de maneira que as pessoas possam viver de forma mais harmonica em sociedade. Pensamos que por meio dela é possível formar cidadãos conscientes de seus comportamentos e de suas ações e como eles podem interferir na vivência de outras pessoas. É também pela educação que podemos potencializar o intelecto, na perspectiva de que as pessoas sejam encorajadas a pesquisar, a refletir, a

criticar e a argumentar em busca da verdade, e não aceitem a pensar o mesmo que o outro apenas por conveniência ou interesse.

Nessa lógica, entendemos que o professor deve perceber a criança, o jovem ou adolescente, como um ser em formação, dotado de potencialidades intelectuais e práticas. É preciso, enquanto formadores, acreditarmos que os alunos possuem a potência de aprender e que o professor carrega um papel fundamental neste processo. O professor, por ser aquele que possuiria o conhecimento em ato, seria o responsável por promover o desenvolvimento desse intelecto e do hábito no aluno, que até então se encontra em potência, possibilitando, desse modo, a sua transformação em ato. É evidente, como observado por Tomás de Aquino, que a ação do aluno é intrínseca nesse processo, no entanto, isso não deixa de lado o papel essencial do professor.

É preciso ressaltar, ainda, a importância individual de cada pessoa, e não apenas dos professores. Como pessoa adulta de uma determinada sociedade, temos a responsabilidade em passar os valores morais e éticos estabelecidos, e de entender se eles realmente se tratam de um bem-coletivo ou um mal à comunidade que pertencemos. É nesse sentido que influenciemos e participamos na construção de uma sociedade. Por isso, acreditamos que os conceitos de intelecto e hábitos são pertinentes para que os seres humanos entendam suas potencialidades e examinem seus próprios comportamentos, de forma que compreendam que é possível transformar a própria natureza e a sociedade a qual pertencem.

Por isso, ao estabelecer um diálogo entre o conceito de intelecto e hábito e as personagens de Guy de Maupassant, buscamos evidenciar o quanto estes conceitos estão presentes na natureza humana e o quanto são essenciais para entendermos uma formação integral do ser humano, que pensa e sente, e não apenas vive uma existência puramente animal, considerando apenas os aspectos sensitivos e de mobilidade. Assim, o predomínio do uso da razão sobre os prazeres e os desejos pode permitir que o ser humano entenda que ele é o senhor de suas ações e tome decisões mais assertivas com base no conhecimento científico e pensando no bem-estar da sociedade a qual pertence. Para finalizar, faço a seguinte questão: e você, caro leitor, já refletiu se suas ações e seus comportamentos têm como base sua racionalidade ou apenas são guiados pelos seus medos e desejos?

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **De anima**. 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 2006.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4.ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

BALZAC, Honoré de. **A Comédia Humana**. São Paulo: Globo, 1953.

BALZAC, Honoré de. **A Mulher de 30 anos**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

BALZAC, Honoré de. Memória de duas jovens esposas. In: **A Comédia Humana**. São Paulo: Globo, 2012.

BARROS, José D' Assunção. **Fernand Braudel e a geração dos Annales**. Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, v. 6, n. 11, jan/jun, 2012.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: BARTHES, Roland et al. **Literatura e Semiologia**. Petrópolis: Vozes, 1971.

BASTOS, Hermenegildo. Introdução - a obra literária como leitura/interpretação do mundo. In: BASTOS, Hermenegildo; ARAÚJO, Adriana (Org.). **Teoria e prática da crítica literária dialética**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOÉTIE, Etienne de la. Discurso da servidão voluntária. **São Paulo: Brasiliense**, 1982.

BORGES, Lô; BORGES, Márcio. **Tudo o que você podia ser**. Belo Horizonte: EMI-Odeon, 1972.

BOSI, Alfredo. Interpretação da obra literária. Literatura Brasileira, v. 2: **Criação, Interpretação e Leitura do Texto Literário**, 1986.

BOVETO, Lais. **Hábito e subjetividade na educação**: aproximações entre Aristóteles, Tomás de Aquino e a neurociência. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Terezinha Oliveira; Coorientador: Rafael Bruno Neto. Maringá, 2018

BOVETO, Lais. OLIVEIRA, Terezinha. A potencialidade na filosofia da educação antiga e medieval. **Educação e filosofia**, v. 35, n. 74, 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992

BRAUDEL, Fernand. Prefácio. In: TOCQUEVILLE, Alex. **Lembranças de 1848**: as jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

DUMESNIL, René. **Guy de Maupassant**. J. Tallandier, 1947.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERREIRA FILHO, Moacir. A ontologia da alma em São Tomás de Aquino. **Paulus: Comfilotec**, v. 3, n. 2, 2016.

FIORIN, José Luiz. A noção de texto na semiótica. **Organon**, v. 9, n. 23, 1995.

GARDEIL, Henri-Dominique. **Iniciação à filosofia de S. Tomás de Aquino**. Duas Cidades, 1967.

GUIZOT, François. **Historia general de la civilizacion en Europa**. Barcelona: Librería de J. Oliveres Y Gavarró, v. I, 1839.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

HERVOT, Brigitte Monique. A mentora literária de Guy de Maupassant. **Lettres Françaises**, 2010.

HERVOT, Brigitte Monique. De Duroy até o barão Georges-Prosper du Roy de Cantel. **Revista de Letras**, p. 153-167, 1993.

HERVOT, Brigitte Monique. O olhar em “Bel-Ami”. **Revista de Letras**, p. 129-148, 1995.

HERVOT, Brigitte Monique. Pontos de vista matizados: a focalização em Bel-ami, de Maupassant. **Lettres Françaises**, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Editora Paz e Terra, 2015.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LIMA, Clarissa Navarro Conceição; LEITE, Guacira Marcondes Machado. **Os contos de guerra de Maupassant, uma espécie de testemunho**. **Lettres Françaises**, v. 2, n. 16, 2015.

LIMA, Clarissa Navarro Conceição; TABAK, Fani Miranda. A construção da personagem feminina em “Boule de suif”. **Lettres Françaises**, 2015.

LIMA, Clarissa Navarro Conceição. **Um testemunho (re)velado, uma forma de ler Maupassant'** 22/05/2017 107 f. Mestrado em estudos literários Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Araraquara Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

LIMA, Jane Cristina Franco de. Serviço social e educação: uma análise sobre a educação feminina no século XIX. **Em revista**, v.1, n.1, p. 101-114 2000.

LIMA, Luís Gustavo Medeiros de. **A reificação do sujeito e o arrivismo social em O vermelho e o negro**. 2019. 82 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

LOPES, Marcos Antônio. O direito divino dos reis: para uma história da linguagem política no Antigo Regime. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 19, n. 57, 1992.

MACHADO, Guacira Marcondes. **O discurso realista em Guy de Maupassant**. *Lettres Françaises*, Araraquara, n. 1, 1995.

MACINTYRE, Alasdair Chalmers. **Depois da virtude**: um estudo em teoria moral. Edusc, 2001.

MARTINS RAUTA, Leonardo. Karl Marx e Alexis de Tocqueville: interpretações sobre a Revolução de 1848. **Ágora**, v. 23, n. 1, p. 331-347, 2021.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSAUND, Moisés. **A análise literária**. Editora: Cultrix, 2007

MAUPASSANT, Guy de. **Bel-ami**. São Paulo: Editora Landmark, 2012.

MAUPASSANT, Guy de. **Bola de Sebo e Outros contos**. Trad. Mário Quintana, Casimiro Fernandes. Rio de Janeiro: Globo, S. A. 1987.

MAUPASSANT, Guy de. **La Folle**. France: Éditions Ebooks Libres et Gratuits, 2015.

MAUPASSANT, Guy de. Prefácio - Le roman. In: **Pierre et Jean**. France: Éditions Ebooks Libres et Gratuits, 1888, p.3-18.

MICHELET. Jules. **O Povo**. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

OLIVEIRA, Terezinha. **Guizot e a Idade Média: civilização e lutas políticas no século XIX**. Assis: Unesp, 1997, 407p. (Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade).

OLIVEIRA, Terezinha. Conhecimento, intelecto e memória na universidade parisiense: uma leitura tomasiana. **Educação e Filosofia** (UFU. Impresso), v. 24, p. 73-90, 2010.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Editora Paz e Terra, 2017.

PLATÃO. **A República**. 9. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

ROCHA, Paulo Roberto da; ALBERTUNI, Carlos Alberto; ESPÍNDOLA, Arlei de. As virtudes no pensamento de Santo Tomás de Aquino. **Seminário de pesquisa em ciências humanas**, v. 8, p. 1.677-1.691, 2010.

ROSILLO, José A. Gallegos. La Francia del XIX a través de las obras de Guy de Maupassant. In: **I, II Curso y ciclo de conferencias abiertas. Aula de Formación Abierta, 2003/2004: Universidad para Mayores**. Servicio de Publicaciones, 2004. p. 53-60.

SANTIN, Rafael Henrique. **A proposta tomasiana para a formação do educador no ocidente medieval do século XIII**: o intelecto como o princípio essencial da sabedoria magistral. 2018. 195 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação, Maringá, 2018.

SANTIN, Rafael Henrique; OLIVEIRA, Terezinha. Intelecto, educação e formação docente na *Suma Teológica* de Tomás de Aquino. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 451-468, 2019.

SÊNECA, L. A. **Sobre a brevidade da vida**. Trad. L. S. Rebello, E. I. N. Vranas e G. N. Macedo. Porto Alegre: L&PM, 2016.

SISMONDI, Jean Charles-Léonard Simonde de. **Novos princípios de economia política**. Curitiba: Segesta, 2009.

TOCQUEVILLE, Alex. Discurso pronunciado na câmara dos deputados, a 27 de janeiro de 1848, na discussão no projeto de declaração de voto em resposta ao discurso da coroa. In: **A democracia na América**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1987.

TOCQUEVILLE, Alex. **Lembranças de 1848**: as jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

TOCQUEVILLE, Alex. **O Antigo Regime e a Revolução**. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 1997.

TOMÁS DE AQUINO. **A unidade do intelecto, contra os Averroístas**. São Paulo: Paulus, 2017.

TOMÁS DE AQUINO. Questão 56. In: TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, 2001.

TOMÁS DE AQUINO. Questão 75 a 79. In: TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, 2001.

VARES, Sidnei Ferreira de. Durkheim, o Caso Dreyfus e o republicanismo liberal na Terceira República Francesa. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 2, p. 481-481, 2014.

WAWRO, Geoffrey. **The Franco-Prussian War**: the German conquest of France in 1870-1871. Cambridge University Press, 2003.